

**Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração**

Suzanny Carla Santos Almeida

**Adequação dos Cursos do Pronatec à Dinâmica de
Desenvolvimento do Território da Cidadania do
Agreste de Alagoas**

Recife

2015

Suzanny Carla Santos Almeida

**Adequação dos Cursos do Pronatec à Dinâmica de
Desenvolvimento do Território da Cidadania do
Agreste de Alagoas**

Orientadora: Prof.^a Dra. Jackeline Amantino de Andrade

Dissertação apresentada como requisito complementar para obtenção do grau de Mestre em Administração, área de concentração em Gestão Organizacional, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco.

Recife

2015

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

- A447a Almeida, Suzanny Carla Santos
Adequação dos cursos do Pronatec à dinâmica de desenvolvimento do território da cidadania do Agreste de Alagoas / Suzanny Carla Santos Almeida. - 2015.
180 folhas: il. 30 cm.
- Orientadora: Prof.^a Dra. Jackeline Amantino de Andrade.
Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2015.
Inclui referências e apêndices.
1. Programas de sustentação de renda. 2. Educação – Programas de Atividades. 3. Desenvolvimento econômico – Aspectos sociais. 4. Adequação (Ética). I. Andrade, Jackeline Amantino de (Orientadora). II. Título.
- 658 CDD (22. ed.) UFPE (CSA 2017 – 183)

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração

Adequação dos Cursos do Pronatec à Dinâmica de Desenvolvimento do Território da Cidadania do Agreste de Alagoas

Suzanny Carla Santos Almeida

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Administração
da Universidade Federal de Pernambuco e aprovada em 14 de setembro de 2015.

Banca Examinadora:

Prof^a. Jackeline Amantino de Andrade, Dr.^a, UFPE (Orientadora)

Prof^a. Débora Coutinho Paschoal Dourado, Dr.^a, UFPE (Examinadora Interna)

Prof. Luiz Alberto da Costa Mariz, Dr., UFPE (Examinador Externo)

*À Cidinha,
por ser mãe sempre presente
e por ser tudo que sempre precisei para alcançar meus objetivos.*

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a Deus pela dádiva da vida e pelas bênçãos diariamente concedidas a mim e aos meus.

Aos meus pais, por todo esforço e incentivo aos meus estudos. Em especial, à minha mãe, que tudo fez (e faz) para que seus filhos prosperem na vida, por ter me mostrado o valor da educação para ser alguém melhor, por seu companheirismo, por sua compreensão, por ter me dado à vida, sou imensamente grata.

Ao meu irmão, com quem compartilho não apenas o sangue, mas também as lembranças de toda uma vida, regada a momentos de alegria e também de dificuldades, mas todos necessários para a nossa formação enquanto seres humanos. Agradeço também a todos os membros da família da qual tenho orgulho de pertencer. Pelas folgas no sítio da vó, pelas frutas ainda verdes tiradas do pé, pelas conversas à toa trocadas com os primos (as), por tudo sou muito grata e feliz.

Agradeço imensamente ao Carlos Barbosa, por seu companheirismo, sua amizade, o seu amor; por termos nos permitido escolher um ao outro para compartilhar a vida, com todos os seus momentos de dificuldades e de alegria plena. Sou grata a Deus, ao universo e à vida porque podemos contar um com o outro sempre.

Agradeço, sinceramente, à Professora Jackeline Amantino de Andrade, por sua orientação durante a realização de todo esse trabalho. Apesar de alguns momentos difíceis, de eu não ter sido a mais fácil das orientandas, aproveito esse momento para expressar minha admiração por alguém que em muitos momentos me emocionou com sua dedicação à pesquisa, por seu empenho e por seu conhecimento, sou grata.

Agradeço também aos professores Lilian Outtes, Débora Dourado e Alberto Mariz pela disponibilidade e pelas valiosas contribuições direcionadas à pesquisa. Agradeço a todos os professores do PROPAD e aos que vieram antes dessa experiência que é o mestrado, todos contribuíram para que eu chegasse até aqui.

Aos colegas do PROPAD, especialmente os da turma 19, com quem dividi momentos de alegria e de muita tensão. Em especial, à Edilma, que para mim tornou-se uma amiga, com quem dividi muitas inquietações, mas também tardes leves de cinema da fundação e sushi sempre que possível, era nosso momento de alegria. Ao Carlos Everaldo, com quem compartilhei momentos importantes da vida, no Propad fortalecemos uma amizade que já vinha da graduação, quando ele estava na posição de meu professor e orientador, é meu espelho enquanto profissional e, sem dúvida, tornou mais fácil a minha estadia em outra cidade.

A todos os entrevistados e suas respectivas instituições por terem permitido que esse estudo fosse possível.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro durante o mestrado.

E, finalmente, agradeço a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para que eu pudesse chegar ao fim desta longa e difícil trajetória. Cada pessoa, cada palavra, cada gesto, foram imprescindíveis para que pudesse concluir mais este ciclo da minha vida.

A tudo, sou grata!

Resumo

Este trabalho é um estudo de caso qualitativo, que teve como campo de pesquisa o Território da Cidadania do Agreste de Alagoas. O objetivo do estudo foi analisar até que ponto há a adequação da oferta de cursos do Pronatec à dinâmica de desenvolvimento do Território investigado. Esta pesquisa foi realizada a partir das experiências vividas por representantes das instituições locais e das informações disponibilizados no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e em outros documentos oficiais complementares. Assim, procedeu-se à coleta de dados por meio da análise documental e entrevistas abertas com os representantes das instituições ofertantes dos cursos e de instituições relevantes para a compreensão da dinâmica territorial. Deste modo, procurou-se: Identificar a dinâmica de desenvolvimento do Território, a partir das dimensões enunciadas por Boisier (1999a; 1999b; 1997; 2005); Levantar o panorama da oferta de cursos do Pronatec no Território investigado, identificando as organizações envolvidas, os cursos ofertados e os setores atendidos pelas formações disponíveis; Para, por fim, analisar a relação entre a oferta de cursos do Pronatec e o desenvolvimento no Território da Cidadania do Agreste e responder ao objetivo desta pesquisa. Como fundamentação teórica e conceitual utilizou-se como parâmetro o desenvolvimento endógeno e a literatura do próprio Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Os resultados obtidos indicam que não há uma total adequação da oferta de cursos à dinâmica de desenvolvimento do Território investigado, o que se dá em decorrência de fragilidades identificadas na dinâmica do Território e da predominância de interesses de alguns municípios em detrimento do todo. Apesar dos resultados obtidos não serem satisfatórios a pesquisa justifica o seu aparecimento e aponta alguns caminhos possíveis.

Palavras – Chave: Pronatec. Adequação. Desenvolvimento.

Abstract

This work is a qualitative case study, had as a research field the Territory of Alagoas Agreste Citizenship. The purpose of the study was to analyze the extent to which there is adequate supply of National Program for Access to Technical Education and Employment – Pronatec courses to the development dynamics of the investigated territory. This research was conducted from the experiences of representatives of local institutions and information available on the Territorial Plan for Sustainable Rural Development and other complementary official documents. So we proceeded to the collection of data through document analysis and open interviews with representatives of institutions offering relevant courses and institutions for the understanding of territorial dynamics. Thus, it sought: Identifying the Territory developmental dynamic, from the dimensions set by Boisier (1999a; 1999b; 1997; 2005); access the landscape offering courses in Pronatec investigated Territory, identifying the organizations involved, the courses offered and the sectors served by the training available; to end, to analyze the relationship between the supply of Pronatec courses and development in the Territory of Agreste Citizenship and respond to the objective of this research. As a theoretical and conceptual basis it was used as a parameter endogenous development and and even the National Program for Access to Technical Education and Employment. Results obtained indicate that there aren't an overall matching supply courses to the Territory developmental dynamic investigated, which occurs due to weaknesses identified in the dynamics of the Territory and the prevalence of interests of some municipalities to the detriment of the whole. Although the results obtained not be satisfactory research justifies its appearance and points out some possible paths.

Key Words: Pronatec. Adequation. Development.

Lista de Figuras

Figura 1(2): Linha do Tempo da Rede Federal de EPT	41
Figura 2(3): Desenho da pesquisa	51
Figura 3(3): Organização da Análise.....	59
Figura 4(4): Território da Cidadania do Agreste de Alagoas*	62
Figura 5(4): Proporção da população rural e urbana – 2010	62
Figura 6(4): Categorias de análise do desenvolvimento endógeno	68
Figura 7(4): Evolução da renda per capita no Território da Cidadania do Agreste.....	82
Figura 8(4): Renda per capita por município no Território da Cidadania do Agreste.....	83
Figura 9(4): Principais atividades agrícolas no Território.....	87
Figura 10(4): Agricultores familiares cadastrados	104
Figura 11(4): Planos do Desenvolvimento Endógeno.....	110
Figura 12(4): Turmas ofertadas pelo SENAC por eixo tecnológico	117
Figura 13(4): Turmas ofertadas pelo SENAC por tipo de curso	118
Figura 14(4): Evolução do quantitativo de turmas do Pronatec ofertadas pelo SENAC	119
Figura 15(4): Turmas ofertadas pelo SENAI por eixo tecnológico	122
Figura 16(4): Turmas ofertadas pelo SENAI por tipo de curso	122
Figura 17(4): Turmas ofertadas pelo SENAR por tipo de curso	126
Figura 18(4): Turmas ofertadas pelo SENAR por município	127
Figura 19(4): Turmas ofertadas pelo IFAL por eixo tecnológico	130
Figura 20(4): Turmas ofertadas pelo IFAL por tipo de curso	131
Figura 21(4): Evolução do quantitativo de turmas do Pronatec ofertadas pelo IFAL.....	134
Figura 22(4): Turmas ofertadas pela Escola Pedro Reis por eixo tecnológico	136
Figura 23(4): Turmas ofertadas pela Escola Pedro Reis por tipo de curso	137
Figura 24(4): Evolução da oferta de cursos do Pronatec no Território	140
Figura 25(4): Composição da oferta total dos cursos e coparticipações por instituição	140
Figura 26(4): Quantitativo geral de turmas por eixo tecnológico	143

Lista de Quadros

Quadro 1(2): Linhas de atuação do Pronatec.....	44
Quadro 2(3): Síntese dos principais dados documentais	54
Quadro 3(3): Síntese de informações das entrevistas	57
Quadro 4(4): Gerências Regionais do EMATER/AL.....	102

Lista de Tabelas

Tabela 1(4): População Rural e Urbana no Território da Cidadania do Agreste	63
Tabela 2(4): Índices de Desenvolvimento Humano – 2010	68
Tabela 3(4): PIB total e PIB por setores da economia, por município – Território da Cidadania do Agreste - 2011	80
Tabela 4(4): Programa Bolsa Família no Território da Cidadania do Agreste – 2014.....	85
Tabela 5(4): N° de estabelecimentos de agricultura familiar por município no Território	86
Tabela 6(4): Efetivo de rebanhos no Território da Cidadania do Agreste.....	92
Tabela 7(4): Quadro demonstrativo da força de trabalho da EMATER – AL	103
Tabela 8(4): Detalhamento da oferta de cursos do SENAC.....	115
Tabela 9(4): Detalhamento da oferta de cursos do SENAI	121
Tabela 10(4): Detalhamento da oferta de cursos do SENAR.....	125
Tabela 11(4): Detalhamento da oferta de cursos do IFAL	129
Tabela 12(4): Detalhamento da oferta de cursos da Escola Pedro Reis	135
Tabela 13(4): Quantitativo do total de turmas do Pronatec ofertadas no Território e coparticipação das instituições ofertantes.....	139
Tabela 14(4): Alocação da oferta de turmas por eixo tecnológico.....	141
Tabela 15(4): Os dez cursos mais ofertados no Território da Cidadania do Agreste	145

Lista de Abreviaturas e Siglas

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CODETER – Colegiado de Desenvolvimento Territorial
EMATER/AL – Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FIES – Fundo de Financiamento Estudantil
GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IFAL – Instituto Federal de Educação Científica e Tecnológica de Alagoas
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC – Ministério da Educação
MinC – Ministério da Cultura
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
PAPL – Programa de Promoção e Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROINF – PRONAF Infraestrutura
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT – Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
RECASA – Rede de Educação Contextualizada para o Agreste e Semiárido.
SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAGRI – Secretaria de Estado da Agricultura, Pesca e Aquicultura
SEBRAE – Serviço Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECTI – Secretaria da Ciência, da Tecnologia e da Inovação do Estado de Alagoas
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPLANDE – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Alagoas
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TRs – Territórios Rurais
UFAL – Universidade Federal de Alagoas
UNEAL – Universidade Estadual de Alagoas

Sumário

1 Introdução.....	14
1.1 Apresentação do Problema de Pesquisa	19
1.2 Objetivos.....	21
1.2.1 Objetivo Geral	21
1.2.2 Objetivos Específicos	21
1.3 Justificativa.....	22
1.4 Estrutura da Dissertação	24
2 Referencial Teórico-Empírico	25
2.1 Desenvolvimento	25
2.1.1 Uma Aproximação à Dinâmica Endógena do Desenvolvimento	28
2.1.2 Desenvolvimento como Invenção Endógena	34
2.2 Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.....	40
2.2.1 Contextualização	41
2.2.2 O Programa.....	42
3 Procedimentos Metodológicos	47
3.1 Abordagem da Pesquisa.....	47
3.2 Método de Pesquisa	48
3.3 Definição do <i>Lócus</i> da Pesquisa	49
3.4 Desenho da Pesquisa	50
3.4.1 Técnicas e Procedimentos para a Coleta e Análise dos Dados na Primeira Etapa.....	52
3.4.2 Técnicas e Procedimentos para a Coleta e Análise dos Dados na Segunda Etapa.....	55
4 Análise e Discussão dos Resultados	61
4.1 Sobre a Dinâmica do Desenvolvimento no Território da Cidadania do Agreste de Alagoas.....	61
4.1.1 Plano Político.....	69
4.1.2 Plano Econômico	77
4.1.3 Plano Científico e Tecnológico	94
4.1.4 Plano Cultural	106
4.1.5 Apresentação do Panorama Geral.....	109
4.2 O Panorama da Oferta de Cursos do Pronatec no Território da Cidadania do Agreste de Alagoas	112
4.2.1 Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.....	114
4.2.2 Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	120
4.2.3 Serviço Nacional de Aprendizagem Rural	124
4.2.4 Instituto Federal de Alagoas	128
4.2.5 Escola Estadual Professor Pedro de França Reis	134
4.2.6 Apresentação do Panorama Geral.....	138
4.3 A Oferta de Cursos do Pronatec e a Dinâmica de Desenvolvimento no Território da Cidadania do Agreste de Alagoas.....	146
5 Considerações Finais	154
5.1 Limitações e Sugestões da Pesquisa.....	160
Referências	162
APÊNDICE A – Síntese de informações acerca dos cursos do Pronatec	167
APÊNDICE B: Ranking dos cursos do Pronatec ofertados no Território da Cidadania do Agreste (2012-2014).....	179

1 Introdução

Não é de hoje, o *status* de país desenvolvido tornou-se uma condição desejada e perseguida por todas as nações, de modo que a sua concepção tem sido objeto de debates acirrados em diferentes instâncias, governamentais, institucionais e acadêmicas. Assim, a centralidade que o tema adquiriu se justifica pela preocupação de promover o desenvolvimento nacional, com melhoria da economia do país e da qualidade de vida da sociedade.

No campo das teorias do desenvolvimento, observamos que coexistem diferentes abordagens para a temática. Conforme alertou Silva (2011), a concepção do que é o desenvolvimento nunca foi unânime. Ainda assim, Celso Furtado (1980) apontou duas abordagens frequentemente utilizadas: a primeira relacionada ao crescimento econômico; e a segunda relacionada à satisfação das necessidades humanas.

Apesar de a maioria dos estudos elaborados sobre o tema não fugir do viés econômico, importantes contribuições têm privilegiado essa segunda via. Por exemplo, Furtado (1980; 1984) e Boisier (1999a; 1999b; 1997; 2005) convergem em suas argumentações para uma perspectiva de que desenvolvimento não é exclusivamente crescimento econômico, mas é, antes de tudo, uma condição qualitativa que as sociedades devem buscar e que está relacionada às necessidades humanas e a melhoria da qualidade de vida da população.

Como se verá adiante, os debates nas arenas governamental e acadêmica suscitaram diferentes concepções do que é o desenvolvimento, de modo que a este foram acrescidos variados adjetivos com o passar dos anos. Assim, de uma concepção inicialmente atrelada à ideia de progresso, a compreensão do desenvolvimento incorporou uma visão integrada considerando aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Nessa discussão, o Estado desempenha um papel de destaque, principalmente em países em que prevalecem as desigualdades sociais, pois cabe a este a responsabilidade de promover

as condições necessárias para o alcance do desenvolvimento. Portanto, o modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado influencia o direcionamento dado às políticas públicas do país e, conseqüentemente, tem repercussão na qualidade de vida da sua população.

No Brasil, a intensificação no debate acerca do desenvolvimento data de meados do século XX, quando o Estado buscou intervir a fim de minimizar as desigualdades regionais e sociais historicamente construídas no interior do país. Além disso, também no contexto nacional, percebeu-se que a mesma sociedade que impulsiona o crescimento econômico reproduz e amplia as desigualdades, de modo que ficaram mais claras as diferenças regionais que vinham sendo construídas e o debate sobre a questão regional ganhou força (ARAÚJO, 2009).

Uma das questões regionais que surgiram naquela época se encontrava no Nordeste. Região populosa e pobre, que, além da questão da seca, tinha como elemento complicador a presença e o domínio dos interesses políticos e sociais das velhas oligarquias ligadas aos latifúndios. Além disso, sua baixa industrialização caracterizava a região como bastante problemática para o país (AMARAL FILHO, 2010). Deste modo, mesmo nos períodos em que predominou a acumulação e houve crescimento econômico isso não correspondeu ao desenvolvimento da região, pelo contrário, culminou por projetar em seu interior novas formas de desigualdades sociais, na medida em que a riqueza gerada se concentrou nas mãos de alguns poucos.

Mesmo nos dias de hoje, o nordeste permanece como reduto dos piores indicadores socioeconômicos e abriga a maior parte da população mais pobre e vulnerável do país. Deve-se ressaltar que esta região teve uma introdução tardia nas agendas governamentais e, para isso, contou com a contribuição de Celso Furtado, que já discutia a questão dos desequilíbrios regionais em suas diversas obras. Este economista chegou a questionar se o que era bom para

o Brasil também o era para o nordeste, tendo em vista as especificidades da região (AMARAL FILHO, 2010; CARLEIAL, 2009).

Àquela época, Furtado queria que a ação do Estado desenvolvimentista chegasse ao Nordeste, pois ele acreditava na industrialização como um processo que poderia desenvolver a região. No entanto, tratava-se de uma industrialização voltada para o local, que pudesse desenvolver as potencialidades locais e que os excedentes gerados fossem reinvestidos no local. Portanto, entre as diferentes abordagens suscitadas, ganhou força a perspectiva de que o desenvolvimento se dá através da localidade, deixando de lado a sistematização do planejamento centralizado de cima para baixo e privilegiando a análise a partir dos próprios atores locais, suas redes e suas práticas internalizadas, como prevê a concepção adotada por esta pesquisa.

A perspectiva aqui adotada é a do desenvolvimento endógeno, que, segundo Boisier (2005), se caracteriza como um fenômeno local e fundado nas características econômicas, técnicas, sociais e culturais de um território em particular. Contudo, apesar do âmbito local ser o palco privilegiado para a elaboração e implementação de políticas de desenvolvimento, é comum que muitas vezes se tenha a imposição de estratégias originadas no escalão central (SACHS, 1995). Diante destas possibilidades, acreditamos que o desenvolvimento se faz na relação entre as múltiplas escalas existentes entre o local e o global (BRANDÃO, 2012) e por isso privilegiamos a abordagem de diferentes recortes territoriais, que é comum à concepção do desenvolvimento endógeno. Afinal, o desenvolvimento de um território tanto requer elementos próprios resultantes de sua capacidade territorial quanto requer elementos externos, como os recursos aportados pelo governo Federal.

Como observado, não há como pensar o desenvolvimento para o Nordeste sem considerar as contribuições e ideias de Celso Furtado. Refletir sobre a reforma agrária, os rumos da industrialização, os índices de analfabetismo e a distribuição de renda, por exemplo, implica

em considerar a sua compreensão acerca das causas dos problemas regionais e das possibilidades abertas ao desenvolvimento. Mesmo com a proposta de desenvolvimento da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), não se logrou os resultados desejados e, apesar de alguns picos de crescimento econômico, o grande drama da região não foi solucionado, a grave problemática social. Neste sentido, Furtado tirou uma conclusão fundamental:

Se fez tudo isso, mas quem pegou o essencial do que foi trazido foram as elites do Nordeste, não chegando o resultado dessas ações à grande parte da população da região. E diz, com toda clareza, que as ações realizadas não foram suficientes, que erramos. No Nordeste, para enfrentar mesmo a questão regional, tem-se que distribuir dois ativos importantes ou não adianta. E os ativos que sugere distribuir são: terra e **educação**. Enquanto não se mexer na estrutura fundiária, enquanto não se promover o acesso da população ao conhecimento, não será equacionada a tragédia regional. O investimento colocado é apropriado pelas elites, não chega à população (ARAÚJO, 2006, p. 68, grifo nosso).

Ante o exposto, é preciso ressaltar que não adentraremos na problemática da reforma agrária, que é histórica e presente em todo o território nacional. Com relação à educação, o cenário é bastante alarmante, pois o Nordeste possui os piores índices de analfabetismo do país e são de Alagoas os piores índices do Nordeste (IBGE, 2010). Esta região carece de uma atenção mais efetiva quanto à formulação e implementação de políticas de desenvolvimento que focalizem o enfrentamento das origens dos “atuais” problemas da região.

É neste sentido que, a partir da análise de recentes ações do Governo Federal, interessamos tratar da educação como um “ativo” necessário para o desenvolvimento endógeno (BOISIER, 1999a; 1999b; 2005) de um território localizado no interior do estado de Alagoas, que parece ter uma das realidades mais emblemáticas do Nordeste. Afinal, como alertou Celso Furtado, a educação é um “ativo” necessário para o desenvolvimento dessa região (Araújo, 2006) e esta máxima se aplica ao estado de Alagoas.

Nesta dimensão, o Governo Federal avançou na formulação e implementação de políticas públicas educacionais, que contemplam desde a educação infantil ao ensino superior. Some-se isso aos programas já vigentes que englobam a ampliação do número de creches, escolas em tempo integral, expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica e expansão e interiorização das Universidades Federais. Do conjunto de ações realizadas, interessa-nos tratar daquelas que têm se voltado para a ampliação da oferta de educação profissional, pois como ressaltou Castioni (2013), a demanda por esta modalidade sempre esteve associada às tentativas de novos ciclos de desenvolvimento do país, e, por isso, a necessidade de qualificação profissional em larga escala tornou-se uma preocupação do Estado.

Nos últimos anos, uma série de ações voltadas para a ampliação da oferta de educação profissional tem sido direcionada pelo Governo Federal. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi o instrumento escolhido pelo atual governo para concretizar a expansão desta modalidade de ensino por todo o país. Contudo, estas iniciativas devem ser exploradas e constituídas de forma pensada, planejada e avaliada, considerando as estruturas já existentes e partindo das necessidades reais, que nem sempre são complexas. Portanto, estas ações devem se voltar ao atendimento de demandas legítimas, no intuito de auxiliar na superação de problemas que historicamente têm impedido o “tão sonhado desenvolvimento”.

Por isso, a essência da problemática desta pesquisa se encontra, justamente, sobre um conjunto de ações voltado para a expansão do número de vagas em cursos de educação profissional e tecnológica e sua adequação à dinâmica de desenvolvimento territorial, considerando como universo da pesquisa um recorte territorial específico do estado de Alagoas.

1.1 Apresentação do Problema de Pesquisa

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal em outubro de 2011, com os seguintes objetivos: 1) a expansão, interiorização e democratização da oferta de cursos de educação profissional técnica e de formação inicial e continuada; 2) o fomento e apoio à expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica; 3) a contribuição para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional; 4) a ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores; 5) o estímulo à difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica; 6) o estímulo à articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda.

Através da realização desses objetivos, a meta estipulada era a de qualificar 8 milhões de brasileiros no período compreendido entre o surgimento do programa, em 2011, e o ano de 2014. Com público-alvo composto, prioritariamente, por estudantes do ensino médio da rede pública de ensino, inclusive da educação de jovens e adultos (EJA); trabalhadores; beneficiários dos programas federais de transferência de renda; e estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral (BRASIL, 2011), o programa superou oito milhões de matrículas ao final de 2014 (MEC, 2015).

Contudo, a ampliação do número de matrículas no programa, sem a devida avaliação do seu impacto sobre as realidades localmente atingidas, motivou a investigação que procuramos suprir com este trabalho. Tendo em vista a amplitude dos objetivos do Programa, qualquer análise terá necessariamente um escopo restrito, que obriga a uma seleção prévia dos aspectos analisados. Neste trabalho, a preocupação central está na adequação da oferta desses cursos às demandas de uma localidade em específico.

No que diz respeito aos resultados obtidos pelo programa, as informações disponibilizadas costumam enfatizar, por exemplo, o número de unidades de ensino construídas e/ou reformadas, o número de vagas criadas e o número de matrículas realizadas. Não se costuma ressaltar as implicações destas ofertas diante das heterogeneidades de territórios e regiões do país. Devido a isso, o Programa nos despertou questionamentos acerca de sua efetividade enquanto instrumento para uma intensificação mais diretiva do “ativo” educação alinhada às demandas locais.

De todo modo, como ressaltam Cassiolato e Garcia (2014), o programa é parte de uma estratégia de desenvolvimento, em escala nacional, que busca integrar a qualificação profissional de trabalhadores com a elevação da sua escolaridade, constituindo-se em um instrumento de fomento ao desenvolvimento profissional, de inclusão social e produtiva e de promoção da cidadania. Diante disto e da atual representatividade do Pronatec nas ações políticas de educação profissional do país, é necessário explorar seus objetivos e abrangência e compreender suas implicações para os usuários e o entorno que esses habitam.

Portanto, para além de contabilizar a eficiência do Programa na expansão de vagas pelo território nacional, é necessário questionar acerca de que profissionais estão sendo formados e para que mercado de trabalho. Afinal, como a oferta destes cursos se relaciona aos objetivos de desenvolvimento das localidades a que se destinam? Essa e outras questões só podem ser respondidas mediante a análise de um contexto específico, pois apesar de se tratar de um Programa que tem origem no âmbito do Governo Federal a sua execução ocorre no âmbito dos estados e municípios, os quais têm dinâmicas próprias.

A análise de um contexto específico nos permite a compreensão da sua dinâmica de desenvolvimento. Esta dinâmica pode ser entendida a partir das capacidades territoriais, dos elementos que podem impulsionar o desenvolvimento e “movimentar” o território. Desse modo, será possível compreender quais são as reais demandas para o desenvolvimento do Território.

Portanto, apesar de o Pronatec ter uma base consideravelmente exógena, a sua realização territorial envolve a articulação dos atores locais e a dinamização das capacidades humanas e territoriais. De modo que, diante da necessidade de um estudo contextualizado, foi escolhido o Território da Cidadania do Agreste de Alagoas como campo de pesquisa, tendo em vista que este é o local onde nasceu e reside a pesquisadora.

Com base nesses apontamentos e na compreensão de que cada Território possui uma dinâmica própria, surgiu a pergunta de pesquisa que moveu todo o estudo em questão: **Até que ponto há a adequação da oferta de cursos do Pronatec à dinâmica de desenvolvimento do Território da Cidadania do Agreste de Alagoas?**

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar até que ponto há a adequação da oferta de cursos do Pronatec à dinâmica de desenvolvimento do Território da Cidadania do Agreste de Alagoas.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Apresentar a dinâmica de desenvolvimento do Território, a partir do levantamento das capacidades locais, considerando os planos político, econômico, científico e tecnológico, e cultural;
- Levantar o panorama da oferta de cursos do Pronatec no Território da Cidadania do Agreste de Alagoas;
- Analisar a relação entre oferta de cursos do Pronatec e as demandas provenientes da dinâmica de desenvolvimento territorial.

1.3 Justificativa

A partir da constatação de que o Brasil é um país de dimensões continentais, e heterogêneo no que se refere às suas localidades, a compreensão da dinâmica territorial é relevante para que as ações do governo não ocorram desalinhadas com as demandas territorialmente localizadas, tendo em vista que muitas vezes a proposta lá em cima é muito bem elaborada, mas a sua operacionalização não se efetiva adequadamente. Assim ocorre com diversos programas do Governo Federal, muitas vezes desenhados para atingir o país como um todo, mas que logo esbarram com dificuldades no momento de sua operacionalização, porque estão em desacordo com as demandas locais.

Diante dessas considerações, a necessidade de adequação é o que justifica o desenvolvimento desta pesquisa. Uma vez que o Pronatec se configura como um conjunto de ações escolhido pelo governo federal para superar o problema da baixa qualificação profissional da mão de obra brasileira, a adequação entre a oferta de cursos e a demanda do Território deve contribuir para o desenvolvimento do indivíduo e do meio que este habita. Afinal, o Pronatec se configura enquanto ação do Estado para a ampliação de oportunidades para estudantes e trabalhadores brasileiros. Assim, a necessidade desta pesquisa surgiu em virtude da representatividade que o Pronatec adquiriu nos últimos anos e pela inquietação gerada quanto à sua efetividade para dinamizar contextos localizados e específicos.

Partindo do pressuposto de que somente a ampliação desenfreada do número de matrículas do Pronatec em todo o país, por si só, não revela grande coisa sobre a efetividade do Programa para impulsionar o desenvolvimento de contextos territorializados, cujas dinâmicas costumam ser bem específicas, procura-se dar espaço para perspectivas alternativas e mais justas do desenvolvimento, que sejam pautadas pela concepção de que o próprio território é capaz de determinar as suas necessidades e prioridades, podendo se apropriar de fatores exógenos à sua dinâmica e transformá-los em impulso para o próprio desenvolvimento. Nesse

sentido, este estudo traz contribuições em três dimensões distintas: acadêmica, organizacional e social.

Academicamente, as discussões aqui levantadas fomentarão e enriquecerão o campo dos estudos organizacionais, onde esse trabalho se situa, mediante a abordagem do desenvolvimento para além de sua dimensão econômica, a valorização da dimensão social e a compreensão de que contextos localizados são capazes de conduzir o próprio desenvolvimento. O que se pretende é ampliar as possibilidades de investigação e de compreensão da realidade social, mediante a inserção de visões emergentes nesse campo de estudo.

O estudo do Pronatec como uma política de Estado e de suas implicações para a dinâmica de desenvolvimento do Território da Cidadania do Agreste de Alagoas permitirá compreender de que forma o governo vem conduzindo o desenvolvimento territorial, qual é a sua efetividade diante dos objetivos a que se propõe e quais são as implicações que tal condução traz para a sociedade.

O estudo sobre a adequação do Pronatec à dinâmica de desenvolvimento do Território da Cidadania do Agreste é de extrema importância para se compreender as relações que se estabelecem entre os diferentes atores locais. A partir de uma perspectiva organizacional, acredita-se que a compreensão da configuração local pode possibilitar novas formas de enxergar a sociedade e ocasionar rearranjos institucionais que possibilitem a melhor execução de políticas públicas.

Finalmente, a principal contribuição desse estudo é social, na medida em que pretende trazer contribuições que possam munir os atores locais de um referencial acerca do seu próprio contexto, o que possibilita uma melhor compreensão acerca da própria realidade e dos fatores que podem contribuir para o seu desenvolvimento. Ademais, o tema desenvolvimento para além do eixo centro, no Brasil, no Nordeste e, sobretudo em Alagoas é altamente significativo.

1.4 Estrutura da Dissertação

A partir da proposição de pesquisa anteriormente apresentada e com o intuito de discutir a sua problemática e atingir os objetivos propostos, este trabalho foi organizado em cinco partes, distribuídas da seguinte maneira: 1) Introdução (até aqui apresentada); 2) Referencial teórico-empírico; 3) Procedimentos metodológicos; 4) Análise e discussão dos resultados; e 5) Considerações finais.

Uma vez que a introdução já foi exposta, no segundo item serão apresentados os pressupostos teóricos e conceituais necessários à compreensão, discussão e análise do objeto de pesquisa. Para tanto, o item está organizado da seguinte maneira: 1) Desenvolvimento, onde será apresentada uma breve evolução do conceito, serão discutidas diferentes abordagens e será apresentada a abordagem de desenvolvimento utilizada neste estudo; e 2) Pronatec, onde será apresentada a contextualização, os objetivos, formas de atuação e finalidades do Programa.

O item três se dedica a apresentar as escolhas metodológicas que orientaram o desenvolvimento desta pesquisa e, para tanto, são apresentadas a abordagem e o método de pesquisa, seguidos da definição do *locus* deste estudo, por último são apresentadas as técnicas e os procedimentos para a coleta e análise dos dados.

O item quatro apresenta a análise e discussão dos resultados. Os subitens estão organizados de modo a corresponder aos objetivos inicialmente propostos e, por fim, procura-se responder ao problema de pesquisa a partir das relações entre os tópicos apresentados neste item.

Por último, no item cinco, são apresentadas as considerações finais do trabalho.

2 Referencial Teórico-Empírico

Neste item são apresentados os pressupostos teóricos e conceituais necessários à compreensão, discussão e análise do objeto de pesquisa. Para tanto, está organizado da seguinte maneira: 1) Desenvolvimento, onde será apresentada uma breve evolução do conceito, serão discutidas diferentes abordagens e será apresentada a abordagem de desenvolvimento utilizada neste estudo e 2) Pronatec, onde será apresentada a contextualização, os objetivos, formas de atuação e finalidades do Programa que é o objeto deste estudo.

2.1 Desenvolvimento

Ao longo da história da humanidade, as discussões em torno do desenvolvimento se intensificaram e adquiriram novas nuances. Assim, pode-se dizer que as teorias de desenvolvimento se “desenvolveram”. Entretanto, apesar de ocupar as principais pautas políticas e econômicas das nações, esta discussão jamais teve uma compreensão unívoca. Como ressaltou Silva (2011), a cada época, a sua compreensão adquiriu diferentes sentidos, sendo reinterpretado por diferentes autores e correntes de pensamento.

No início do século XX, desenvolvimento estava relacionado ao processo de urbanização e intervenção em áreas periféricas. De modo que, até a década de 1940, desenvolvimento significava simplesmente ocidentalização, na medida em que os países mais ricos buscavam converter o resto do mundo em sociedades modernas (FISCHER, 2002). É neste sentido que Bresser-Pereira (2006) trata o desenvolvimento como um fenômeno proveniente da modernidade dos estados nacionais. Para este autor, o desenvolvimento deve ser compreendido como um fenômeno histórico que se caracteriza pelo aumento da produtividade, acompanhado por um processo sistemático de acumulação de capital e progresso dos Estados nacionais que realizaram sua revolução capitalista (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Ainda a década de 1940 marcou o período em que ficou claro o papel do Estado enquanto instrumento de ação coletiva da nação para promover o desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2006). Aqui, a ajuda dos países ricos aos mais pobres, no intuito de acelerar seu desenvolvimento e modernização, decorria de órgãos internacionais e se concretizava através de programas e acordos de ajuda mútua. O Brasil foi um dos países que recebeu considerável ajuda no período, calcada nos princípios desenvolvimentistas difundidos no final da década de 40 e na década de 50 (FISCHER, 2002).

Apesar de ser um tema frequentemente discutido nos âmbitos dos estados nacionais, o desenvolvimento ganhou notoriedade como temática internacional somente em meados do século XX. É neste sentido que Boisier (1999a) afirma que o conceito de desenvolvimento é um tópico do pós-guerra e das Nações Unidas, na medida em que todos os homens devem desfrutar de uma seguridade social e econômica e que se buscava uma nova ordem mundial que permitisse alcançar esses objetivos, uma vez cessada a guerra.

O pós-guerra inaugurou a fase ‘desenvolvimentista’ de nossa história. Apesar de dividir com a fase liberal (predominante no século XIX) a crença na industrialização como principal meio para o desenvolvimento, começou-se a pensar que tal industrialização não era uma consequência natural de políticas liberais, mas algo que devia ser buscada com intervenção estatal (SILVA, 2011).

Por muito tempo a industrialização identificou-se com o desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2006). Contudo, a corrida desenfreada pela industrialização e pelo desenvolvimento econômico acarretou em efeitos negativos em diferentes âmbitos da vida humana, de tal modo que o termo desenvolvimento foi adquirindo novas conotações. A centralidade foi deslocada das esferas industrial e econômica para contemplar as dimensões social, política e ambiental (SILVA, 2011).

De fato, como alertou Bresser-Pereira (2006), apesar de promover melhoria dos padrões de vida da sociedade, o desenvolvimento econômico não resolve todos os seus problemas. De modo que, para além do desenvolvimento econômico, os estados nacionais devem buscar a segurança, a liberdade, a justiça social e a proteção ao ambiente (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Na década de 1970, com a tomada de consciência da humanidade acerca da problemática ambiental, tem-se uma nova abordagem do desenvolvimento privilegiando o enfoque sustentável, atento aos danos ocasionados pelo uso desenfreado de recursos naturais escassos e preocupado com as gerações futuras (SILVA, 2011; BRESSER-PEREIRA, 2006). Àquela época, o desenvolvimento começa a ser enxergado como um conceito integrado que inclui todos os aspectos da vida de uma coletividade (FISCHER, 2002).

Ainda nesta década (1970), surge a proposição do desenvolvimento endógeno contrapondo-se ao desenvolvimento em estágios característicos da doutrina desenvolvimentista tradicional, refutando a imitação de modelos de sociedades industriais e chamando a atenção para a necessidade de se levar em conta as especialidades de cada país (FISCHER, 2002, p. 4). De fato, o modelo desenvolvimentista como proposto era inviável diante da realidade dos países mais pobres.

Com o passar dos anos, o termo desenvolvimento foi acrescido de adjetivos de modo a incorporar uma visão integrada de desenvolvimento sustentável, passando a considerar os aspectos econômico, social e ambiental.

Além disso, a década de 1990 marcou o surgimento do conceito de desenvolvimento humano. Esta perspectiva mantém o foco diretamente nas pessoas, suas oportunidades e capacidades. Parte-se do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade de vida humana (PNUD, s/d). Mesmo em uma perspectiva de desenvolvimento econômico, deve-se ressaltar que este decorre tanto

da acumulação de capital físico quanto humano (BRESSER-PEREIRA, 2006), sendo que o segundo costuma prevalecer sobre o primeiro e demanda um olhar privilegiado para ele.

Ainda em meados de 1990, ganha força a perspectiva que trata o desenvolvimento através da localidade, por meio de uma dimensão territorial, estruturando sua análise a partir dos próprios atores locais, suas redes e suas práticas internalizadas, deixando de lado a sistematização do planejamento centralizado de cima para baixo (GOULART, 2006; FISCHER, 2002). Portanto, chega-se a uma perspectiva de que o verdadeiro desenvolvimento é decorrente da articulação em âmbito local, considerando as suas especificidades e dinâmicas. Neste sentido, o item seguinte procura se aproximar da dinâmica endógena do desenvolvimento.

2.1.1 Uma Aproximação à Dinâmica Endógena do

Desenvolvimento

Apesar da abordagem inicial de desenvolvimento ter sido fortemente relacionada com a ideia de progresso, este último não rendeu os frutos desejados. É certo que muitos países se desenvolveram com a máxima de que crescimento econômico e desenvolvimento são sinônimos, mas o que se observa é que mesmo nos países em que mais se avançou o processo de acumulação, proveniente do processo de industrialização, parte da população não logrou êxito e não obteve a renda necessária para satisfazer suas necessidades elementares.

Além disso, também no contexto nacional, percebeu-se que a mesma sociedade que impulsiona o crescimento econômico reproduz e amplia as desigualdades. No Brasil não foi diferente, tendo em vista suas dimensões territoriais e desigualdades regionais e sociais, construídas historicamente.

Data de meados do século XX a intensificação no debate acerca do desenvolvimento no Brasil. Aliás, segundo Araújo (2000), data dos anos 1950 a intervenção planejada do Estado e como exemplo de uma de suas maiores evidências tem-se o plano de metas que orientou o

governo de Juscelino Kubitschek (1955 – 1960), nomeadamente nacional-desenvolvimentista. É nesse sentido que, sob o mote da integração nacional, ainda no final da década de 1950, o Estado buscou intervir a fim de minimizar as desigualdades relativas ao crescimento econômico que, como já evidenciado, ocasionava a concentração (ANDRADE e MACÊDO, 2012), no caso do Brasil, em torno da região sul/sudeste do país.

No momento em que ficaram mais claras as diferenças regionais que vinham sendo construídas no Brasil, o debate sobre a questão regional ganhou força (ARAÚJO, 2009). Naquela época (década de 1950) havia muitas questões regionais, tendo em vista a formação do território brasileiro que priorizou a ocupação da costa, gerando o problema do vazio no interior do país. Entretanto, Amaral Filho (2010) recorda duas questões regionais claramente postas. A primeira delas referia-se ao caso do centro-oeste, região vasta e pouco povoada, que sugeria um problema de insegurança nacional. Assim, a questão logo foi introduzida na agenda do Governo JK com a construção da nova capital Brasília, promovendo a ocupação, povoamento e aproveitamento econômico do centro-oeste do país (AMARAL FILHO, 2010).

A segunda questão regional apontada por Amaral Filho (2010, p.58) se encontrava no Nordeste. Região populosa e pobre, que, além do problema da seca, tinha como “elemento complicador a presença e o domínio dos interesses políticos e sociais das velhas oligarquias ligadas aos latifúndios”. Além disso, sua baixa industrialização caracterizava a região como bastante problemática para o país.

Esta região teve uma introdução tardia na agenda do governo JK (1958-1959) e, para tanto, contou com a forte influência do economista paraibano Celso Furtado (AMARAL FILHO, 2010, p. 4). Como ressaltou Carleial (2009), a questão dos desequilíbrios regionais está presente em diferentes trabalhos na obra deste autor, tendo ele questionado se aquilo que era bom para o Brasil também o era para o Nordeste.

Furtado queria que a ação do Estado desenvolvimentista chegasse ao Nordeste, pois acreditava que o processo de industrialização seria fundamental para o seu desenvolvimento e para que o mesmo fosse inserido num novo Brasil que surgia, industrializado. Esta industrialização que Furtado defendia deveria ser fundada em bases regionais.

Neste contexto, surgiu em 1956 o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), com o objetivo de definir um conjunto de prioridades e ações para a região. Resultou daí a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que tinha como um de seus objetivos dotar a região de um mecanismo que lhe permitisse participar da formação econômica e financeira do país. Desse modo, tem-se que “o Estado, propriamente representado pelo Governo Federal, é a instituição básica no objetivo de superar obstáculos estruturais para a industrialização e o desenvolvimento econômico da região” (ANDRADE e MACÊDO, 2012, p. 69).

Entretanto, com a tomada do poder pelos militares, em 1964, “a SUDENE teve que abandonar a proposta industrializante, mas reformista, do GTDN para promover a industrialização situada, agora, no projeto de modernização conservadora conduzida por sucessivos governos militares” (ARAÚJO, 2000, p. 18). Deste modo, instalou-se no Nordeste uma base industrial que nada tinha de nordestina, prevalecendo a presença de filiais de grandes empresas nacionais e multinacionais.

À época, Celso Furtado chamou a atenção para a “não correspondência entre crescimento econômico e desenvolvimento na evolução recente da região” e ilustrou com o caso do nordeste das décadas de 60 e 70, período de evidente crescimento econômico, com significativa melhora da infraestrutura física, mas sem grandes reflexos para o desenvolvimento da região, uma vez que “os salários reais da grande massa da população em nada refletiram esse crescimento econômico e que a grande maioria da população rural pouco ou nada dele se beneficiou” (FURTADO, 1984, p. 16-17). Portanto, mesmo nos períodos em que predominou

a acumulação e houve crescimento econômico isso não correspondeu ao desenvolvimento (nos termos de Furtado) da região.

Dito isto, o que se observa é que Furtado defendia a industrialização como um processo que poderia desenvolver o Nordeste. No entanto, tratava-se de uma industrialização voltada para a região, que pudesse desenvolver as potencialidades locais e que os excedentes gerados fossem reinvestidos no local. Trata-se do aspecto endógeno do desenvolvimento, uma vez que não se deve dissociar o local desse processo de transformação. No entanto, não foi essa a industrialização que se deu nos anos seguintes. Os objetivos da SUDENE, tais como propostos pelo GTDN, não chegaram a se cumprir.

Entre os anos 1960 e 1980, o país “tinha como projeto básico construir um parque industrial importante e com isso entrar para o restrito elenco das principais potências mundiais” (ARAÚJO, 2000, p.7). Assim, instalaram-se filiais de matriz internacional e houve apoio e/ou financiamento para a construção da proposta do “Brasil Grande Potência”. Desta forma, o país se inseriu no capitalismo mundial do pós-guerra, apesar de fazê-lo a partir de um processo interno excludente que ao estimular o crescimento da renda a concentrou imensamente (ARAÚJO, 2000).

Nesse contexto, como afirma Ferreira (2009, p. 80), “reconhecem que se efetuou uma expansão industrial na região, induzida, sobretudo, por incentivos fiscais administrados pela SUDENE, embora com alto grau de concentração espacial, localizada especialmente em poucos estados e, no interior destes, no entorno de suas capitais. Ademais, promoveu-se uma integração econômica subordinada com a região sudeste por causa de seu caráter de complementaridade, seja porque o Nordeste se caracteriza como produtor de matérias-primas ou porque as indústrias são filiais de empresas instaladas naquela região”. Deste modo, o processo de modernização conservadora resultou em uma industrialização fragilizada que, apesar de ocasionar

crescimento econômico, não resultou na resolução dos problemas crônicos da região, por outro lado manteve e até mesmo ampliou as desigualdades sociais já existentes (ARAÚJO, 2009).

Por sua vez, a transição democrática ocorrida na década de 1980 acompanhada pela onda neoliberal que predominou nos anos 1990 “se caracterizou pelo abandono de uma política nacional de desenvolvimento, estando os governos muito mais direcionados à adoção de medidas relativas ao livre mercado e aos ajustes estruturais delineados pelo Consenso de Washington” (ANDRADE e MACÊDO, 2012, p. 69). Segundo Carinhato (2008), a ideologia neoliberal rejeitou a intervenção estatal na economia e a responsabilidade pelas ações em prol do desenvolvimento passou para as “mãos” do setor privado.

Assim, segundo o pensamento neoliberal, deveria haver uma reorientação do desenvolvimento brasileiro e a redefinição do papel do Estado. Tratava-se de “promover a passagem de um capitalismo tutelado pelo Estado para um capitalismo moderno, baseado na eficiência e competitividade” (CARINHATO, 2008, p. 39). No entanto, como alertou Araújo (2009), tem-se aqui uma tendência a ampliar as diferenças intrarregionais, na medida em que a economia nacional é impulsionada por macrorregiões que possuem alguma dinâmica própria, concentrando-se nessas o foco dos investimentos.

Após anos em que o Brasil se pautou por um modelo de desenvolvimento dirigido pelo Estado, as transformações decorrentes da perspectiva neoliberal teriam inaugurado um novo ciclo caracterizado pela adesão à globalização financeira e à lógica de mercado (DINIZ e BOCHI, 2013), que teria experimentado seu auge nos anos 1990, com a privatização de empresas públicas e modificação no papel do Estado.

Contudo, mais recentemente, “a eleição de governos progressistas de esquerda na maioria dos países (da América Latina, incluindo o Brasil) reintroduziu na agenda a retomada de políticas de cunho desenvolvimentista, caracterizadas por maior intervencionismo, novas modalidades de regulação e recuperação das capacidades estatais” (DINIZ e BOCHI, 2013,

p.25). Assim, tem-se uma retomada do crescimento a partir de um modelo de desenvolvimento que recupera o papel do Estado, remontando ao período desenvolvimentista, mas também incorpora elementos das reformas do mercado. Origina-se, assim, o “novo desenvolvimentismo”. Um traço distintivo desse novo modelo é a clara incorporação e priorização da dimensão social (DINIZ e BOCHI, 2013).

Deste modo, parte-se da premissa de que a industrialização ocorrida na América Latina e no Brasil não foi suficiente para solucionar seus distúrbios sociais, sendo necessário adotar um plano de desenvolvimento que tenha como finalidade a equidade social, para que se tenha crescimento econômico sustentável associado a uma melhor distribuição de renda para seus habitantes. Assim, novas políticas de desenvolvimento são associadas às políticas de educação, saúde, habitação, entre outras.

Além disso, com a adoção de novas escalas territoriais para a discussão do desenvolvimento, o papel do Estado adquire novos significados. Sachs (1995) já argumentava que é comum que muitas vezes se tenha uma imposição de estratégias originadas no escalão central, mas afirmava ser preciso privilegiar as iniciativas vindas da base, pois é quem melhor pode definir as necessidades e prioridades no âmbito local, é nesse sentido que suas capacidades devem ser fortalecidas.

Afinal, baseado no consenso de que as instâncias locais têm enorme vantagem em relação ao governo central, pois estão melhor situadas e têm proximidade em relação aos usuários finais, são essas as mais indicadas para captar informações e detectar necessidades em âmbito territorial (AMARAL FILHO, 2001). Essa nova perspectiva deve contribuir para uma aplicação mais efetiva de recursos públicos e maior adequabilidade com a realidade local.

Com isso, não se defende aqui uma atuação isolada de municípios, estados ou regiões, mas a articulação planejada entre essas diferentes escalas na busca do desenvolvimento. Sachs (1995) já alertava que,

seria ilusório esperar que a complexidade do mundo atual permitisse se satisfazer com a simples justaposição de estratégias locais. A articulação dos espaços de desenvolvimento do nível local aos níveis regional, nacional e transnacional constitui um campo privilegiado da política. O desequilíbrio atual, que favorece o escalão central, assim como a incapacidade desse para conceber estratégias finamente adaptadas aos contextos locais exigem que sejam encorajadas as iniciativas da base. Elas, porém, terão de ser compatibilizadas e assistidas por complementação exterior dos recursos criticamente necessários que não podem ser mobilizados localmente (SACHS, 1995, p. 49).

Dessa forma, o grande desafio que surge é a dinamização do desenvolvimento em diferentes escalas territoriais, cabendo ao Estado a sua promoção, o que significa criar condições de que em todo o território nacional não apenas o crescimento econômico seja potencializado, mas principalmente as desigualdades sejam diminuídas (ANDRADE e MACÊDO, 2012). Esse desafio deve ser enfrentado por todas as instâncias de governo e também pela própria sociedade que deve identificar e criar possibilidades para concretizar as aspirações coletivas, principalmente em âmbitos territorialmente localizados. É a partir dessa perspectiva que Brandão (2012) afirma que o desenvolvimento se faz na relação entre as múltiplas escalas existentes entre o local e o global. Esta abordagem, a partir de diferentes recortes territoriais, é privilegiada pela concepção do desenvolvimento endógeno.

2.1.2 Desenvolvimento como Invenção Endógena

Nos últimos anos, as teorias do desenvolvimento regional passaram por transformações ocasionadas em parte pela crise fiscal do Estado, pelo desgaste de políticas centralizadoras e neoliberais excludentes e por transformações nos modos e meios de produção (AMARAL FILHO, 1996; 2001). Em decorrência dos acontecimentos citados, reivindica-se um novo paradigma de desenvolvimento, construído “de baixo para cima”, conhecido como endógeno ou local.

Apreendendo a dinâmica do desenvolvimento como uma questão global, a esfera local situa-se como palco legítimo para a construção do desenvolvimento e é nesse sentido que o conceito de desenvolvimento local costuma ser acionado ao se tratar do desenvolvimento de contextos específicos, apesar de ser comumente utilizado de forma simplificada. Boisier (1999a) o define como uma modalidade de desenvolvimento que pode tomar forma em territórios de vários tamanhos. O autor ressalta que a noção de local só tem sentido quando olhado “de cima e de fora”. Nesse sentido, por exemplo, as regiões são espaços locais quando olhadas a partir do nacional; o município é um espaço local quando visto a partir da região, e assim por diante. Desse modo, o conceito de local é relativo a um espaço maior e mais complexo.

É certo que o desenvolvimento tem sido acompanhado de adjetivações, como alertaram Sachs (1995) e Boisier (1999a), que mais confundem do que contribuem para a compreensão do fenômeno. É por isso que, neste estudo, mesmo reconhecendo suas especificidades, ao se falar em desenvolvimento territorial, regional, local ou endógeno, se tomará os termos como semelhantes, priorizando a característica de um desenvolvimento originado “de baixo para cima”, que é comum a todos eles. Além disso, não se pretende adentrar na discussão conceitual acerca desses termos designativos, tomando-se como território, e seus afins, qualquer recorte da superfície terrestre que passa a ser sujeito de intervenções promotoras do desenvolvimento (BOISIER, 1999a).

Admitindo o aspecto territorialmente localizado do desenvolvimento, Boisier o caracteriza como um fenômeno local e fundado nas características econômicas, técnicas, sociais e culturais do território em particular. Assim, o desenvolvimento se inicia em um lugar e sempre como um processo essencialmente endógeno, mesmo que sua base material seja consideravelmente exógena. Afinal, apesar de surgir a partir de um movimento interno, o

desenvolvimento local está inserido em uma realidade mais ampla e complexa, com a qual interage e troca influências (BOISIER, 2005).

Boisier (1997) aponta que o desenvolvimento territorial pode ser visto como um “jogo” no qual participam dois jogadores, o Estado e a região (entendida como um território que possui seu próprio potencial endógeno de desenvolvimento). Ao primeiro jogador, o Estado, corresponde o papel de criar as condições para o crescimento econômico (o que se dá basicamente por meio de dois processos: a alocação de recursos entre regiões e a determinação da política econômica), enquanto ao segundo, a região, corresponde a complexa tarefa de transformar o crescimento em desenvolvimento (BOISIER, 1997, p. 55, tradução nossa; grifo do autor).

No intuito de esclarecer os termos aqui utilizados, é necessário diferenciar desenvolvimento endógeno de outra concepção com a qual comumente é confundido – crescimento endógeno. Ao diferenciar estes termos, Andrade e Macêdo (2012) ressaltam a aproximação entre as concepções de Furtado e Boisier. Para estes autores “o desenvolvimento é um conceito teleológico; um fenômeno de ordem qualitativa e de características intangíveis, enquanto o conceito de crescimento econômico caracteriza-se por sua instrumentalidade” (ANDRADE e MACÊDO, 2012, p. 72). Desta forma, enquanto o crescimento econômico se manifesta por meio da simples dinamização da matriz econômica de uma determinada localidade, a exemplo dos modelos de distritos industriais, o processo de desenvolvimento envolve a mobilização de recursos e capacidades territoriais que possibilitam inovar em âmbito local. Assim, como ressaltou Haddad (s/d apud BOISIER, 2005, p 55), a capacidade de organização social do território é o fator endógeno para transformar o crescimento em desenvolvimento, através de uma complexa malha de instituições e agentes de desenvolvimento articulados por uma cultura local e por um projeto político.

Ainda tratando dessa distinção, Barquero (2007) afirma que estas são perspectivas diferentes e o desenvolvimento endógeno possui certas particularidades.

[...] La teoría del desarrollo endógeno se diferencia de los modelos de crecimiento endógeno en que integra el crecimiento de la producción en la organización social e institucional del territorio, en que adopta una visión territorial y no funcional de los procesos de crecimiento y cambio estructural, en que entiende que los mecanismos y las fuerzas del desarrollo actúan sinérgicamente y condicionan la dinámica económica. Tiene, por lo tanto, una visión más compleja del proceso de acumulación de capital, lo que le lleva a plantearse las políticas de desarrollo económico desde el territorio, y darle a la sociedad civil un papel protagonista en la definición y ejecución del futuro de la economía (BARQUERO, 2007, p. 187).

Boisier (1999b) defende que o desenvolvimento deve ser entendido como um fenômeno de ordem qualitativa, o que significa que seu foco não deve ser direcionado a mera contagem do acúmulo das rendas. O que Boisier pontua é que crescimento é algo medido, porque riqueza é de ordem quantitativa, enquanto o desenvolvimento se relaciona com a qualidade de vida.

No início dos anos 1980, surgiu uma nova perspectiva de desenvolvimento endógeno, o que ocorreu, por um lado, pela aceitabilidade da inoperância dos modelos de desenvolvimento baseados no fundamentalismo do capital (BARQUERO, 2007) e, por outro, pela decadência do pensamento e da prática de desenvolvimento baseado na política de difusão “do centro para baixo” (BOISIER, 1999a).

É neste sentido que Amaral Filho (2001) aponta como característica do novo modelo de desenvolvimento “de baixo para cima” a sua origem a partir das potencialidades originais do local, contrariando o modelo de desenvolvimento “de cima para baixo”, que parte do planejamento e da intervenção conduzidos pelo Estado nacional. Por isso, esse novo desenvolvimento é resultante da capacidade dos atores locais para estruturarem-se e mobilizar seus vetores potenciais (BOISIER, 2005; BARQUERO, 2007).

Além disso, Amaral Filho (2001, p. 268) aponta que outro aspecto desse modelo “está associado ao perfil e à estrutura do sistema produtivo local, ou seja, a um sistema com coerência

interna, aderência ao local e sintonia com o movimento mundial dos fatores”, o que converge com o que Furtado (1980; 1984) sonhara para o desenvolvimento do Nordeste, ao reivindicar um processo de industrialização transformador e atrelado às raízes locais.

O desenvolvimento endógeno pode ser entendido como “a capacidade para transformar o sistema socioeconômico; a habilidade para reagir aos desafios externos; a promoção de aprendizagem social, e a habilidade para introduzir formas específicas de regulação social a nível local que favoreçam o desenvolvimento das características anteriores” (GAROFOLI, 1995 apud BOISIER, 2005, p 54, tradução nossa). Portanto, desenvolvimento endógeno denota a capacidade de inovar em nível local.

Neste sentido, é possível compreender a endogeneidade dos processos de transformação territorial como um fenômeno que se apresenta em pelo menos quatro planos que se cruzam entre si. Em primeiro lugar, a endogeneidade se refere ou se manifesta no **plano político**, onde se identifica como uma crescente capacidade local para tomar as decisões relevantes frente a diferentes opções de desenvolvimento, a diferentes estilos de desenvolvimento, e ao uso dos instrumentos correspondentes, ou seja, a capacidade de desenhar e executar políticas de desenvolvimento, e sobretudo, a capacidade de negociar com os elementos que definem o entorno do território. Em segundo lugar, a endogeneidade se manifesta no **plano econômico**, e se refere neste caso à apropriação e reversão local de parte do excedente a fim de diversificar a economia local, dando-lhe ao mesmo tempo uma base de sustentação de longo prazo. Em terceiro lugar, a endogeneidade é também interpretada no **plano científico e tecnológico** como a capacidade interna de um sistema – neste caso, de um território organizado – para gerar seus próprios impulsos tecnológicos de transformação, capazes de provocar modificações qualitativas no próprio sistema. Em quarto lugar, a endogeneidade tem raízes no **plano da cultura**, como uma matriz geradora da identidade socioterritorial, questão agora considerada

como fundamental do ponto de vista de um desenvolvimento bem compreendido (BOISIER, 1997; 1999a; 2005).

Neste sentido, as instituições, as organizações e os atores locais são elementos relevantes para a construção de uma política de desenvolvimento apropriada para o território (BOISIER, 1997; 2005; BARQUERO, 2007). *“Esta interpretación ha recibido el apoyo de aquellos que argumentan que el desarrollo no es importado sino que se produce gracias al trabajo y al esfuerzo económico y social de las comunidades locales”*. Assim, esse modelo de desenvolvimento reivindica estratégias que mobilizem e impulsionem o potencial de desenvolvimento existente no território (BARQUERO, 2007, p. 188).

Em síntese, o processo de desenvolvimento endógeno parte da premissa de que o território passa a assumir um papel ativo na tomada de decisões, de modo a não mais se comportar como um sujeito passivo diante de influências exógenas ao ambiente local. Daí a importância da interação entre os atores públicos e privados para criar a sinergia necessária, fundamental para o processo de desenvolvimento. Trata-se de um projeto coletivo, que se articula dentro de um território, por isso denomina-se endógeno, através da organização da sociedade local para o desenvolvimento das potencialidades do território.

Contudo, cabe ao Estado criar as condições para que o Território consiga se desenvolver. No desempenho deste papel, o Estado age por meio de políticas públicas, planos e programas de governo a fim de potencializar o desenvolvimento nos estados e municípios brasileiros. O processo e as abordagens de desenvolvimento têm como foco a intenção de revitalizar a interação dos atores políticos e diferentes setores sociais, a exemplo do governo federal e estadual, além de órgãos não-governamentais e a sociedade civil organizada na busca pela melhoria das condições de vida das regiões economicamente mais pobres.

Portanto, este estudo, mais especificamente, irá focar em um conjunto de políticas públicas do Governo Federal brasileiro denominado Programa Nacional de Acesso ao Ensino

Técnico e Emprego (Pronatec), o qual se tornou o carro-chefe do governo petista no Brasil, no que se refere ao enfrentamento de um dos maiores problemas da mão-de-obra brasileira – a baixa qualificação profissional. Neste sentido, o Pronatec será pauta do tópico seguinte.

2.2 Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

No Brasil, diversos projetos, planos e programas têm sido implementados com o intuito de capacitar a grande massa da população para atender às demandas do crescimento econômico. Uma vez que, como ressaltou Castioni (2013), a demanda pela educação profissional sempre esteve associada às tentativas de novos ciclos de desenvolvimento do país, a necessidade de qualificação profissional em larga escala tornou-se uma preocupação do Estado.

Desde 2004, o Governo Federal iniciou a expansão da oferta de educação profissional pelo território brasileiro, fato que ocorreu em convergência com a ampliação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. O então governo trazia uma preocupação com o fortalecimento do mundo do trabalho e com a inclusão de segmentos inferiorizados da sociedade brasileira (CASSIOLATO e GARCIA, 2014), priorizando como público-alvo pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Atualmente, as ações de educação profissional estão concentradas no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, que será o tema abordado neste tópico. Antes disso, porém, é necessário contextualizar o surgimento do Programa e sua atual representatividade no cenário brasileiro.

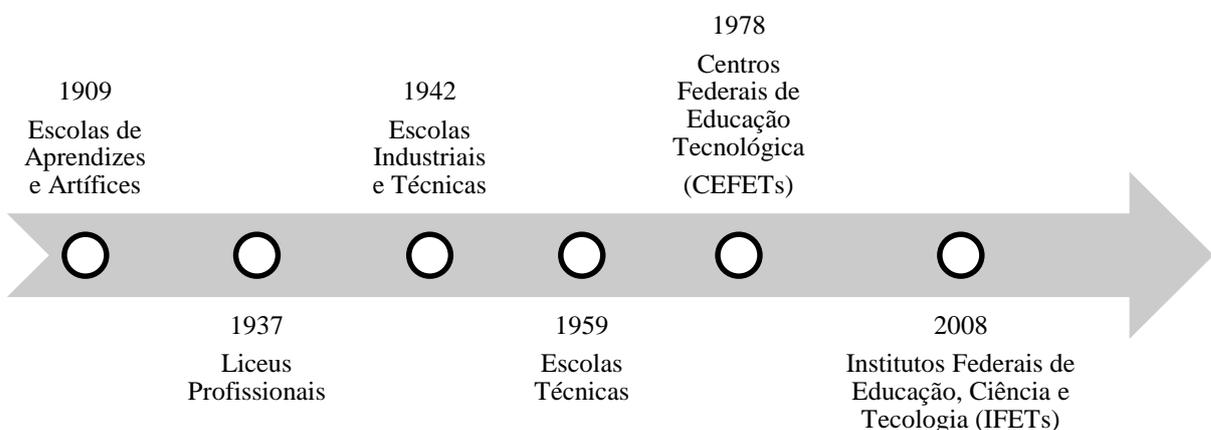
2.2.1 Contextualização

Nos últimos anos, o tema da educação profissional tornou-se constante na agenda governamental, principalmente nos Ministérios da Educação (MEC) e do Trabalho e Emprego (MTE), mas também com a participação de outros Ministérios. Neste sentido, muitas foram as ações, planos e programas para enfrentar um dos principais problemas do mercado de trabalho brasileiro: a baixa escolaridade dos trabalhadores (CASTIONI, 2013). Somadas a essas iniciativas, a retomada da valorização da Educação profissional no país converge com o novo plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que recuperou o “fôlego” nos últimos 10 anos.

A história da Rede Federal de Educação Profissional iniciou em 1909, quando surgiram as primeiras escolas de Aprendizes e Artífices. Àquela época, a educação profissional destinava-se aos “desvalidos da sorte” que não tinham acesso à educação básica disponível para os de classe mais abastada. Passados mais de um século, estas instituições adquiriram novas denominações e responsabilidades, de modo a atender um público cada vez maior.

A Figura 1(2) apresenta momentos marcantes desde as primeiras escolas, em 1909, até a recente criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) em 2008.

Figura 1(2): Linha do Tempo da Rede Federal de EPT



Fonte: Adaptado de Brasil (2009)

Com a instituição da Lei 11.195, de 18 de novembro de 2005 (BRASIL, 2005), que alterou a redação da Lei 8.948/94 (que restringia a ação do Governo Federal nesta modalidade de ensino), retomou-se o protagonismo da União na expansão da educação profissional pelo país (BRASIL, 2009).

Após alteração da lei que impedia a União de ampliar sua rede de educação profissional, foi lançado o **Plano de Expansão da Rede Federal de EPT**, com operacionalização inicial dividida nas fases I (2005 – 2007) e II (2007 – 2010). Deste modo, teve início a maior expansão da história da Rede Federal de Educação Profissional. De 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no país; enquanto de 2003 a 2010 o MEC entregou as 214 instituições previstas e federalizou outras escolas. Mais de R\$ 1,1 bilhão foram investidos na expansão, que, em 2011, iniciou sua fase III (BRASIL, s/d).

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego surgiu na fase III como estratégia para unificar todas as ações de Educação profissional no país, articulando o Sistema Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), atualmente constituído pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – IFETs, UFTPR, CEFETs de Minas Gerais e do Rio de Janeiro –, redes estaduais de EPT, o Sistema S e as instituições privadas de EPT credenciadas a operarem com o Fies, e expandindo as ações do Programa para o interior do país (CASSIOLATO e GARCIA, 2014).

2.2.2 O Programa

Nos últimos dez anos, a expansão da Educação Profissional e Tecnológica foi realizada a partir de um conjunto de ações e programas que tinham como base a reformulação das escolas técnicas e dos centros tecnológicos, além da implantação dos Institutos Federais. Desta forma, esta modalidade de ensino tornou-se uma das principais ações do Governo Federal na área de educação.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi instituído em 26 de outubro de 2011, pela Lei nº 12.513 que em seu Art. 1º declara que o Programa será executado pela União com a finalidade de ampliar oferta de educação profissional e tecnológica por meio de ações, projetos e programas (BRASIL, 2011).

Desse modo, são objetivos do Pronatec: 1) expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; 2) fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica; 3) contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional; 4) ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional; 5) estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica; e 6) estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda (BRASIL, 2011).

Todos esses objetivos convergem para a ampliação da oferta de cursos profissionalizantes e conseqüente aumento no número de vagas, distribuídos pelo país. Assim, o Pronatec surgiu com a pretensão de capacitar, até 2014, 8 milhões de estudantes e trabalhadores brasileiros.

Conforme disponibilizado no documento da Lei que o instituiu, o Pronatec tem como públicos prioritários: 1) estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos; 2) trabalhadores; 3) beneficiários dos programas federais de transferência de renda; e 4) estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento (BRASIL, 2011).

O Programa é coordenado pelo Ministério da Educação (MEC), através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), e reúne todos os esforços relacionados à Educação Profissional, articulando as seguintes ações: Bolsa-formação (estudante e trabalhador); Plano de Expansão da Rede Federal de EPT; Brasil profissionalizado; Acordo de gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem (Sistema S); Rede e-Tec Brasil; e Fundo de Financiamento Estudantil – FIES (FIES técnico e FIES empresa), conforme sintetiza o quadro 1(2).

Quadro 1(2): Linhas de atuação do Pronatec

Linhas de Atuação	Descrição
Bolsa – Formação	Oferta de cursos gratuitos nas modalidades técnico, para estudantes matriculados no ensino médio, e Formação Inicial e Continuada – FIC, para pessoas que buscam qualificação profissional (incluem-se nesse grupo os beneficiários de programas de transferência de renda).
Plano de Expansão da Rede Federal de EPT	Promoção da expansão física da Rede Federal e do fortalecimento dos IFETS com o objetivo de ampliar a oferta de educação profissional.
Brasil Profissionalizado	Fomenta a ampliação de vagas, a modernização e a expansão das redes públicas estaduais de ensino médio, integradas à educação profissional.
Acordo de Gratuidade com o Sistema S	Ampliação de vagas gratuitas em cursos técnicos e de FIC oferecidos por instituições do Sistema S (SENAI, SENAC, SESI e SESC) para estudantes de baixa-renda e trabalhadores (empregados ou desempregados).
Rede E-Tec Brasil	Oferta gratuita de cursos técnicos ou de cursos FIC na modalidade de Educação à Distância (EaD).
Fundo de Financiamento Estudantil – FIES	Concessão de financiamento aos estudantes para custeio de cursos técnicos de nível médio (FIES Técnico) e às empresas para custeio da qualificação profissional (através de FIC) de seus empregados (FIES Empresa).

Fonte: Lei 12.513/2011.

Como observado no quadro 1(2), o Pronatec reúne um conjunto de iniciativas que variam de acordo com as estratégias de implementação e públicos diferenciados. Ainda assim, todas estas ações convergem para a ampliação do número de vagas em cursos profissionalizantes.

No que diz respeito à execução do Programa, o Art. 3º, da referida Lei, complementa que o “Pronatec cumprirá suas finalidades e objetivos em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com a participação voluntária dos serviços

nacionais de aprendizagem e instituições de educação profissional e tecnológica habilitadas nos termos desta Lei” (BRASIL, 2011, p. 4).

O Art. 5º da Lei que o instituiu descreve as duas modalidades de cursos que o programa oferece: a primeira são os cursos de qualificação profissional ou de formação inicial e continuada, com carga horária mínima de 160 horas; a segunda modalidade são os cursos de educação profissional tecnológica de nível médio, que seguem as diretrizes do Conselho Nacional de Educação, organizados pelo MEC.

Considerando a necessidade de estabelecer um referencial comum às denominações dos cursos, além de critérios de qualidade, tais como: carga horária mínima; infraestrutura recomendável; escolaridade mínima necessária; etc. o Pronatec utiliza a concepção de eixos tecnológicos para sistematizar e organizar a oferta dos cursos. Além disso, o MEC trabalha com duas publicações frequentemente atualizadas: o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos¹ e o Guia Pronatec de Cursos de Formação Inicial e Continuada².

Os cursos técnicos estão organizados em 13 eixos tecnológicos e compreendem cursos nas áreas de: Ambiente e Saúde; Controle e Processos Industriais; Desenvolvimento Educacional e Social; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Militar; Produção Alimentícia; Produção Cultural e Design; Produção Industrial; Recursos Naturais; Segurança; e Turismo, Hospitalidade e Lazer. Quanto aos Cursos de Formação Inicial e Continuada, o Guia Pronatec disponibiliza 644 opções diferentes, distribuídos nos 13 eixos tecnológicos referidos anteriormente. O Apêndice A apresenta uma descrição sumária dos eixos tecnológicos e exemplifica com cursos ofertados nos seguimentos Técnico e FIC.

A partir dessas duas publicações são definidos os cursos que podem ser ofertados nos estados e municípios brasileiros. A oferta dos cursos deverá considerar as atividades econômicas predominantes na região, no intuito de potencializar a dinâmica local preexistente.

¹ Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/cnct/index.php>.

² Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/fic/index.php>.

No estado de Alagoas, a “rede” que compõe os ofertantes dos cursos do Pronatec é formada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); o Instituto Federal de Alagoas (IFAL); a Escola Técnica de Artes (vinculada à Universidade Federal de Alagoas - UFAL); as escolas estaduais de Educação Profissional e algumas faculdades e universidades particulares. No Território do Agreste, somente a Escola Técnica de Artes e as instituições particulares não ofertaram cursos do Pronatec no período compreendido como recorte desse estudo (2011-2014).

A adequação entre a oferta de cursos e a demanda do Território deve contribuir para o desenvolvimento do indivíduo e do meio que este habita, afinal, por um lado, o Pronatec se configura enquanto ação do Estado para a ampliação de oportunidades para estudantes e trabalhadores brasileiros e, por outro, é preciso considerar que com oportunidades sociais adequadas os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros (SEN, 2010) contribuindo para o verdadeiro desenvolvimento do local em que vivem.

A necessidade de adequação é o que justifica o desenvolvimento desta pesquisa, afinal, como ressaltou Boisier (1997) ao tratar das capacidades endógenas do território, o desenvolvimento é construído pelas pessoas que habitam o local. Entendendo que a oferta dos cursos almeja contribuir para a melhoria da qualidade de vida de seus usuários e que possibilita o acesso a conhecimentos específicos, ampliando suas oportunidades de colocação profissional e em sociedade, a utilização destes cursos enquanto objeto de pesquisa permitirá compreender até que ponto há uma adequação do que tem sido ofertado às demandas do Território a que se destina. Destarte, o tópico seguinte apresenta os procedimentos metodológicos utilizados neste estudo e caracteriza o recorte utilizado para a delimitação do campo de pesquisa.

3 Procedimentos Metodológicos

Este item apresenta os procedimentos metodológicos que orientaram o desenvolvimento deste estudo. Nesta parte da dissertação, a preocupação central consistiu em apresentar: a abordagem da pesquisa; o método de pesquisa; o *locus* da pesquisa; e, os procedimentos para a coleta e análise dos dados, que subsidiaram as análises e interpretações apresentadas posteriormente.

3.1 Abordagem da Pesquisa

Esta é uma pesquisa exploratória, de caráter descritivo e interpretativo, cuja abordagem qualitativa (DENZIN; LINCOLN, 2010) se justifica pelo esforço para entender situações em sua singularidade, como parte de um contexto particular e suas interações (PATTON, 2002). Trata-se de uma abordagem comumente utilizada quando se procura compreender a realidade por meio da percepção dos participantes envolvidos e a pesquisa é norteada por intermédio de suas reflexões, opiniões e comportamentos (LEÃO; MELLO; VIEIRA, 2009; CRESWELL, 2010; FLICK, 2013).

A escolha pela abordagem qualitativa é justificável quando se deseja aprofundar o conhecimento acerca de situações e atividades ligadas à sociedade, a partir do olhar das pessoas que participam desta realidade (MERRIAM, 2009; PATTON, 2002; GODOY, 2005). De modo que, na pesquisa qualitativa, se costuma explorar o fenômeno no ambiente no qual ele ocorre a partir da significação que os atores sociais atribuem a ele (GEPHART, 2004; CRESWELL, 2010).

Do mesmo modo, é preciso ressaltar que, dada a flexibilidade característica deste tipo de perspectiva, os planos traçados com as escolhas metodológicas não são necessariamente imutáveis ao longo da pesquisa e evoluem à medida que o pesquisador avança nos

procedimentos de coleta e análise. Portanto, a pesquisa qualitativa exige do investigador sensibilidade e resiliência, pois o caminhar do estudo é um exercício constante de percepção e adaptação à realidade encontrada no campo.

Outrossim, a pesquisa qualitativa é, em si mesma, um campo de investigação muito amplo (DENZIN; LINCOLN, 2010) que tem como característica o fato de ser multi-metodológica (GEPHART, 2004). Este fato possibilita a disponibilidade de diferentes estratégias de investigação (MERRIAM, 2008) e confere ao pesquisador a responsabilidade de identificar aquela que melhor atenda aos objetivos da pesquisa.

3.2 Método de Pesquisa

Uma vez que o objetivo desta pesquisa foi analisar até que ponto há a adequação da oferta de cursos do Pronatec à dinâmica de desenvolvimento do Território da Cidadania do Agreste de Alagoas, optou-se pelo método do **estudo de caso** como forma de compreender o fenômeno ora investigado.

Apesar de ser um método frequentemente utilizado nos estudos da área de administração, deve-se atentar para o fato de que nem tudo é um caso. Merriam (2009) diz que um caso pode ser uma pessoa, um programa, uma organização, entre outros. Por outro lado, para Schramm (1971, apud YIN, 2001), o estudo de caso consiste na observação detalhada de um contexto e tem como foco esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões, o motivo pelo qual foram tomadas, como foram implementadas e com quais resultados.

Estudos de caso qualitativos procuram descrever sua unidade de análise em profundidade e detalhe, holisticamente e no contexto (PATTON, 2002). Neste sentido, a generalização não é a finalidade deste estudo (STAKE, 1995). A opção pela realização do estudo de caso único tem o objetivo de compreendê-lo em sua essência, aprofundando o máximo possível o conhecimento sobre o fenômeno estudado.

Em adição, Yin (2001, p. 19) coloca que o método de estudo de caso “representa a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo ‘como’ e ‘por que’, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real”, por isso este método mostrou-se adequado para o desenvolvimento deste estudo.

Finalmente, como característica de um método de pesquisa qualitativa, o estudo de caso permite a utilização de várias técnicas de coleta. As mais comuns são as observações, as entrevistas e a análise documental. Para a realização desse estudo foi utilizada a pesquisa documental, na coleta de dados secundários, e a entrevista não estruturada para a obtenção de dados primários. O item a seguir apresenta a determinação do *locus* da pesquisa.

3.3 Definição do *Locus* da Pesquisa

A definição do *locus* da pesquisa compreende a fixação das fronteiras deste estudo. Deste modo, se o objeto de pesquisa ora investigado envolve a oferta de cursos para a formação de mão-de-obra qualificada, em tese, a definição desta oferta deve estar alinhada a um projeto de desenvolvimento a partir de recortes territoriais, contemplando a sua dinâmica e potencialidades.

Ao definir onde se realizaria a pesquisa, foram consideradas a acessibilidade e a viabilidade, de modo que o recorte do campo de pesquisa se fez de forma intencional e não probabilística, a partir da vivência da pesquisadora como docente em cursos do Pronatec ofertados em Arapiraca e em alguns municípios circunvizinhos.

A partir da necessidade de estabelecer um recorte territorial, que englobasse Arapiraca e esses municípios, adotou-se o recorte já estabelecido pelo Programa Territórios da Cidadania. Assim, o recorte contextual para a análise do objeto deste estudo compreendeu o Território da Cidadania do Agreste de Alagoas, que é composto por 16 municípios, a saber: Arapiraca,

Campo Grande, Coité do Nóia, Craíbas, Estrela de Alagoas, Feira Grande, Girau do Ponciano, Igaci, Junqueiro, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia, Olho D'Água Grande, Palmeira dos Índios, São Sebastião, Taquarana e Traipu. Mais adiante (item 4.1) será feita uma descrição e caracterização do Território investigado.

Cabe ressaltar que o território escolhido envolve o contexto de vivência da pesquisadora (Arapiraca e entorno), o que facilitou o acesso aos atores sociais envolvidos e o pleno desenvolvimento da pesquisa de campo, conforme será descrito adiante.

3.4 Desenho da Pesquisa

A pesquisa de campo foi realizada em duas etapas, tendo início em julho de 2014 e sendo finalizada em agosto de 2015. Após a delimitação do Território da Cidadania do Agreste de Alagoas como campo de pesquisa, deu-se início à primeira etapa desse estudo que consistiu, basicamente, na coleta de dados por meio da pesquisa documental e objetivou coletar informações gerais acerca do objeto de pesquisa, identificando os tipos de cursos ofertados no âmbito do Pronatec, as instituições envolvidas, os eixos tecnológicos privilegiados, entre outros. Além disso, ainda nessa primeira etapa, a pesquisa documental serviu para a obtenção de informações acerca da dinâmica de desenvolvimento do Território investigado e orientou a escolha dos respondentes para a etapa seguinte.

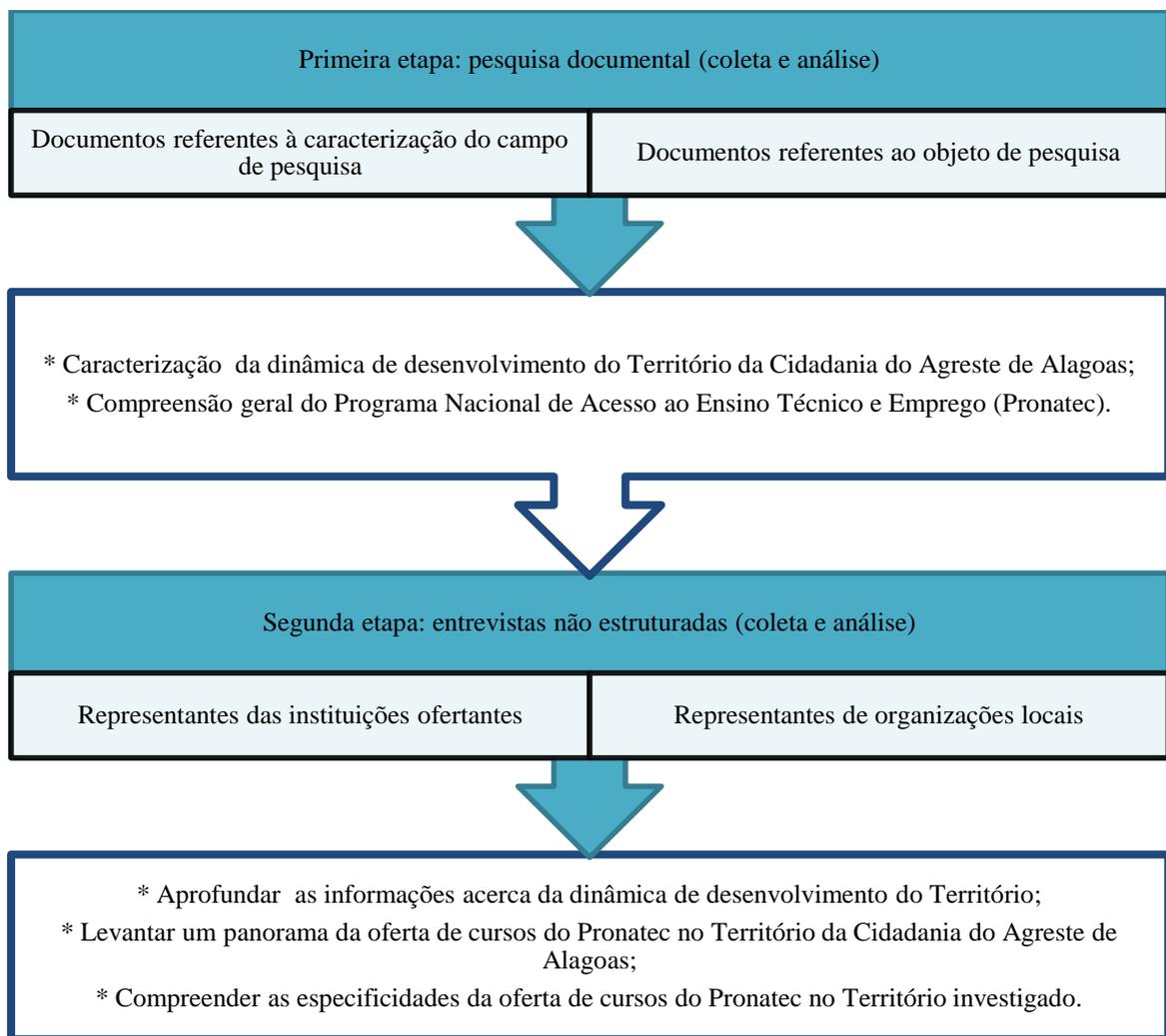
A segunda etapa consistiu na obtenção de dados primários por meio da aplicação da técnica da entrevista não estruturada com representantes das instituições ofertantes de cursos do Pronatec no Território investigado. Além disso, foram realizadas entrevistas com representantes de instituições locais a fim de aprofundar as informações obtidas por meio da primeira etapa da pesquisa.

Cabe aqui ressaltar que embora estejam divididos em duas etapas, houve momentos em que esses dois procedimentos ocorreram de forma simultânea. Alguns documentos

institucionais só foram obtidos com a realização das entrevistas. O intuito era obter o máximo de informação possível para uma descrição densa dos itens apresentados nos resultados.

Portanto, os dados utilizados neste trabalho tiveram duas origens, fontes documentais e entrevistas, e foram obtidos por meio de um desenho de pesquisa que segmentou o processo de investigação em duas etapas, conforme apresenta a figura 2(3) a seguir.

Figura 2(3): Desenho da pesquisa



Fonte: elaborado pela autora

A seguir serão descritas cada uma das etapas, apresentando os procedimentos para a coleta e para a análise das informações obtidas durante a pesquisa.

3.4.1 Técnicas e Procedimentos para a Coleta e Análise dos Dados na Primeira Etapa

A escolha adequada das técnicas de coleta de dados é fator primordial para o alcance dos objetivos propostos. Elas devem permitir a captação de informações relevantes para a análise de modo que a mesma contribua para responder às questões levantadas durante a pesquisa. Neste sentido, a pesquisa documental é uma técnica de coleta de dados utilizada para a captação de dados em pesquisa, a partir de elementos derivados de memorandos, ofícios, balancetes, arquivos digitais originários de sites e blogs, redes sociais, entre outros. Esse tipo de pesquisa auxilia na ampliação do conhecimento sobre os fenômenos estudados porque, dos documentos, o pesquisador pode resgatar dados valiosos que o ajudam a ampliar sua relação com o fenômeno, bem como propicia aprofundar o conhecimento sobre o objeto de pesquisa (YIN, 2001).

No primeiro momento, de familiarização com o objeto de estudo, foram consultados documentos diversos que permitiram compreender a organização, em termos gerais, do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), os principais atores envolvidos, as terminologias utilizadas, o *status* de execução do programa, os principais discursos institucionais sobre a temática, as organizações participantes e alguns contornos particulares do caso escolhido, dentre outros elementos que subsidiariam a realização das atividades referentes ao segundo momento das etapas da pesquisa.

Os documentos, de uma maneira geral, têm uma importante relevância no caminhar da pesquisa. Permitem conclusões acerca do que seus autores pretendem ou fizeram, como também, a maneira que avaliam alguma questão (FLICK, 2013, p. 125-126). A forma como são concebidos e a transparência dos dados são critérios importantes para se extrair informações, por isso é preciso escolher bem as fontes documentais.

Os documentos aqui utilizados foram coletados, principalmente, ao longo dos meses de julho a dezembro de 2014. Para a realização da coleta, recorreu-se aos arquivos disponibilizados na internet e se procurou coletar materiais que abordassem a temática deste estudo. Assim, a coleta de dados compreendeu os seguintes documentos: legislação vigente relativa ao Pronatec; dados quantitativos oficiais disponibilizados pelas instituições ofertantes, e; informações noticiadas em páginas oficiais dos governos Federal, estadual e/ou municipal, dentre outros.

No intuito de obter informações em profundidade acerca do contexto em que se analisaria o objeto deste estudo, a coleta de dados referentes à dinâmica de desenvolvimento territorial concentrou-se no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do Território da Cidadania do Agreste de Alagoas (2011), em informações do Atlas Brasil (2013), e em publicações disponibilizadas pela Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico de Alagoas (SEPLANDE), do Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas (EMATER) e da Secretaria do Estado da Ciência, da Tecnologia e da Inovação (SECTI). As informações, aqui obtidas, buscaram caracterizar o contexto de desenvolvimento do Território da Cidadania do Agreste conforme será apresentado no item 4.1 adiante.

A diversificação dos documentos foi pensada a fim de ampliar a variedade de representações no *corpus* trabalhado (BAUER e AARTS, 2008), assim, foram utilizados documentos relativos a projetos, relatórios, notas de esclarecimentos, planos, dentre outros, conforme sintetiza o Quadro2(3).

Realizados os procedimentos de identificação das fontes e obtenção do material, conforme apresentado no quadro anterior, partiu-se para as leituras destes materiais. Em primeiro lugar, foi realizada uma leitura exploratória a fim de conhecer os aspectos gerais dos textos e confirmar sua utilidade para a pesquisa. Posteriormente, procedeu-se com a leitura seletiva, destacando pontos relevantes e relativos às temáticas abordadas. Neste momento,

retornou-se várias vezes ao material coletado para, finalmente, realizar a leitura analítica dos textos, ordenando as informações de modo a possibilitar possíveis respostas ao problema de pesquisa e compor o texto apresentado no capítulo de apresentação dos resultados.

Quadro 2(3): Síntese dos principais dados documentais

Arquivo	Fonte	Síntese
Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território do Agreste de Alagoas (PTDRS)	Sistema de informação territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (http://sit.mda.gov.br/).	Trata-se de um documento construído por atores locais em que consta o diagnóstico territorial, bem como as demandas e direcionamentos para ações futuras.
Atlas Brasil 2013	http://www.atlasbrasil.org.br/2013/	O Atlas Brasil traz, além do IDHM, mais de 200 indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade, para todos os municípios brasileiros, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.
Perfil Municipal (relativos aos municípios pertencentes ao Território investigado)	Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico de Alagoas (SEPLANDE). Disponível em: http://dados.al.gov.br/	Publicação eletrônica que reúne as principais informações e indicadores sobre a realidade dos municípios alagoanos.
Leis; Portarias MEC; Guia Pronatec de Cursos FIC; Catálogo Nacional de Cursos Técnicos; Resoluções FNDE.	Todos estes arquivos estão disponíveis no site: http://pronatec.mec.gov.br/	Reúne o conjunto de informações relativas à organização, legislação e operacionalização do Pronatec.
Quantitativo da oferta de cursos do Pronatec no Território da Cidadania do Agreste de Alagoas nos anos de 2012 a 2014.	Disponibilizado pelas instituições ofertantes durante levantamento inicial.	Reúne informações acerca dos cursos ofertados, eixos tecnológicos, modalidade de cursos, número de turmas e municípios atendidos.
Plano Anual de Trabalho (PAT 2014) e relatório mensal de setembro de 2014 do EMATER.	Material disponibilizado pela instituição em visita para entrevistas na regional de Arapiraca.	Contém informações acerca do planejamento de ações da EMATER para o estado de Alagoas em 2014 e comparações entre o pretendido e o executado até setembro de 2014.
Plano Estadual da Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Alagoas.	Disponibilizado pela internet no site da SECTI: http://www.cienciaetecnologia.al.gov.br/	Dispõe sobre as ações de C,T&I para o estado de Alagoas.

Fonte: elaborado pela autora

Estes procedimentos convergem com aquilo que Chaumier (1989 apud BARDIN, 2009) definiu como análise documental, qual seja, uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente do original, a fim de facilitar, num estado ulterior, a sua consulta e diferenciação. Para tanto, procedeu-se ao recorte da informação, divisão em categorias segundo o critério da analogia e a condensação segundo as relações entre os textos (BARDIN, 2009).

Uma vez que nesta pesquisa se fez uso de diferentes fontes para a coleta de dados documentais, é preciso ressaltar que os dados demográficos e aqueles relativos, especificamente, à oferta de cursos do Pronatec foram analisados quantitativamente através do programa Excel 2010 do pacote office da Microsoft e apresentados em forma de gráficos, tabelas e quadros no capítulo referente aos resultados. Após a compreensão básica, fornecida por meio da análise das fontes documentais, prosseguiu-se à segunda etapa da pesquisa, conforme se apresenta a seguir.

3.4.2 Técnicas e Procedimentos para a Coleta e Análise dos Dados na Segunda Etapa

A segunda etapa da pesquisa consistiu na produção de dados primários por meio da realização de entrevistas não estruturadas. Neste segundo momento, o uso de entrevistas adquiriu relevância para a realização deste estudo, pois a partir dos relatos de sujeitos representativos foi possível aprofundar algumas temáticas fundamentais oriundas da primeira fase da pesquisa.

A entrevista é um dos recursos mais utilizados nas pesquisas qualitativas (GASKELL, 2008; DENZIN e LINCOLN, 2010) pela profundidade e detalhe das informações que pode proporcionar, sendo capaz de ser aperfeiçoada durante o processo de interlocução. Esta técnica,

pois, fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação.

Com a finalidade de operacionalizar a abertura e flexibilidade das entrevistas, utilizou-se como recurso a entrevista não estruturada, entendida como aquela em que é deixado ao entrevistado decidir-se pela forma de construir a sua resposta de modo que cabe ao pesquisador se apoiar em um ou vários temas para prosseguir com suas perguntas a depender das respostas obtidas (LAVILLE e DIONE, 1999). Deste modo, as conversações com os entrevistados se deram de forma aberta e flexível, permitindo a apreensão de informações relevantes dos entrevistados, uma vez que eles vivenciam o fenômeno abordado na problemática deste estudo (GASKELL, 2008; CRESWELL, 2010).

Nesse sentido, as entrevistas auxiliaram a pesquisadora a entender mais sobre seu tema de estudo e a atingir o objetivo proposto. Em essência, as entrevistas são consideradas uma fonte de grande importância aos estudos de casos, porque os entrevistados, de acordo com o seu nível de conhecimento, podem proporcionar valiosas informações e reveladores *insights*, ampliando a visão do pesquisador (YIN, 2001).

Como recurso para a ampliação dos achados da pesquisa documental e para a melhor compreensão da realidade investigada, selecionou-se uma “amostra representativa” de estratos que pudessem tratar de forma abrangente e extensa a questão da adequação dos cursos às demandas do Território. O quadro 3(3) sintetiza algumas informações acerca das entrevistas realizadas.

A seleção dos respondentes se deu segundo dois passos: 1) através de pesquisa documental, em que ficaram claras as instituições envolvidas com a oferta de cursos do Pronatec e com a dinâmica de formação no Território da Cidadania do Agreste; 2) Por meio de sondagem inicial nessas instituições, verificou-se quem seriam os informantes-chave, ou seja, quem teria maior conhecimento e envolvimento com a temática abordada, o que resultou na

seleção dos respondentes apresentados no quadro 3(3). A fase de realização das entrevistas ocorreu de janeiro a agosto de 2015, quando foram realizadas as 12 entrevistas com duração média de 35 minutos.

Quadro 3(3): Síntese de informações das entrevistas

Respondentes	Instituição e vínculo institucional	Atuação no Pronatec	Código*
D.F.S.S.	SENAR (coordenadora pedagógica)	Coordenadora	R.I.O.1
L.V.F.	SENAI (secretário escolar)	Apoio administrativo	R.I.O.2
C.A.P.	SENAC (gestor)	Gestor	R.I.O.3
F.J.S.	SENAC (assessor técnico)	--	R.I.O.4
J.J.L.	IFAL (professor)	Coordenador	R.I.O.5
C.A.C.F.	ESCOLA PEDRO REIS (coordenadora pedagógica)	Vice-coordenadora	R.I.O.6
M.S.	ESCOLA PEDRO REIS (não há vínculo com a instituição)	Apoio administrativo	R.I.O.7
C.S.S.	RECASA (membro e educadora social)	--	R.T.1
V.R.S.	Delegacia Federal do MDA do estado de Alagoas (consultor técnico e ex-articulador estadual dos Territórios da Cidadania de Alagoas)	--	R.T.2
J.J.A.F.	EMATER (servidor cedido de outro órgão público estadual – ligado à secretaria de agricultura)	--	R.T.3
M.D.	EMATER(servidor cedido de outro órgão público estadual – ligado à secretaria de agricultura)	--	R.T.4
I.L.	EMATER (bolsista)	--	R.T.5

Fonte: organizado pela autora

*R.I.O. – Representante de Instituição Ofertante; R.T. – Representante do Território.

Para que as entrevistas fossem realizadas junto às instituições ofertantes, inicialmente a pesquisadora fez uma visita preliminar para fornecimento de informações gerais acerca da pesquisa. A indicação de quem seriam os respondentes-chave foi feita na própria instituição. Quando ocorreu de a pessoa abordada na sondagem inicial ser o respondente-chave, a realização da entrevista já se deu naquele momento, seguida da obtenção dos dados quantitativos acerca da oferta de cursos. Quando não, a entrevista foi marcada de acordo com a disponibilidade do entrevistado e o quantitativo de dados foi fornecido impresso ou enviado por e-mail. No momento indicado, a pesquisadora seguiu para a realização das entrevistas.

Como a técnica utilizada foi a entrevista não estruturada, não houve a utilização de um roteiro de entrevistas, as conversas com os entrevistados fluíram de acordo com o conhecimento

pertencente aos entrevistados e foram guiadas pela pesquisadora a partir das temáticas surgidas na primeira etapa da pesquisa e no desenvolvimento das entrevistas. Assim, o quadro geral de informações obtidas por meio das entrevistas foi sendo construído na medida em que estas aconteciam de modo que, quando necessário, retornou-se aos entrevistados iniciais, por telefone, e-mail e/ou pessoalmente, para sanar lacunas que eventualmente surgiram.

Para as entrevistas nas instituições locais, inicialmente, a pesquisadora entrou em contato com a representante da RECASA (Rede de Educação Contextualizada do Agreste e Semiárido), que foi escolhida devido à sua contribuição no PTDRS do Território da Cidadania do Agreste. Depois de sucessivos contatos e esclarecimentos, a entrevista foi marcada e realizada no município de Igaci.

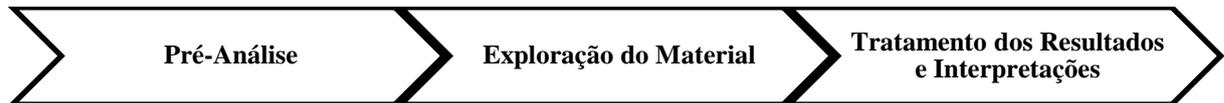
Foi dessa entrevistada a indicação para a realização da entrevista com o então articulador estadual dos municípios do Território na época de formação do Território da Cidadania do Agreste. Foram muitas as tentativas para contato e confirmação da entrevista, que ocorreu na Delegacia Federal do MDA no estado de Alagoas, localizada em Maceió, na qual o entrevistado atua como assessor técnico atualmente.

Por último, a fim de sanar lacunas da pesquisa documental, principalmente no tocante às informações relativas à caracterização do Plano Científico e Tecnológico, foi realizada uma visita ao EMATER (Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas - Gerência Regional do Agreste I), localizado em Arapiraca, e foram realizadas entrevistas com três representantes dessa instituição, conforme apresentado no quadro 3(3). Além das entrevistas, outros dois novos documentos foram fornecidos (o PAT – Plano Anual de Trabalho –2014 e o relatório mensal de setembro de 2014) e serviram para complementar os achados da fase inicial da pesquisa.

Após a realização das entrevistas, teve início o processo de transcrição do material, cuja exploração e tratamento foram pautados, predominantemente, na técnica da análise de conteúdo de Bardin (2009).

Esta técnica de análise consiste na identificação, codificação e categorização dos dados encontrados e deve permitir ao pesquisador fazer inferências a partir de elementos importantes encontrados nos textos. A organização da análise se deu a partir das três etapas indicadas por Bardin (2009), conforme ilustra a Figura 3(3).

Figura 3(3): Organização da Análise



Fonte: Adaptado de Bardin (2009)

A pré-análise comportou a fase de organização do material que constituiu o *corpus* da pesquisa. Neste caso, se referiu ao processo de transcrição das entrevistas, atribuição de códigos aos respondentes e leitura preliminar a fim de identificar elementos gerais acerca da problemática da pesquisa.

A exploração do material constituiu, essencialmente, a fase de codificação. Tal fase teve por finalidade a transformação dos dados brutos do texto. Assim, o texto das entrevistas passou por uma leitura mais detalhada, que resultou no recorte, agregação e classificação do conteúdo segundo semelhanças de significado. Para realizar a codificação foi necessário estabelecer a unidade de registro, ou seja, “a unidade de significação a codificar corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando à categorização e a contagem frequencial” (BARDIN, 2009, p. 130). Neste caso, se utilizou como unidade de registro o tema.

Assim, foi realizada a análise temática ou categorial das mensagens que foram segmentadas em subconjuntos, para formar categorias até que fossem estabelecidas fronteiras

entre elas. E, no tratamento dos resultados, a análise temática foi realizada mediante o *framework* teórico e o objetivo da pesquisa. Desta forma os resultados das entrevistas foram interpretados considerando-se as seguintes dimensões do desenvolvimento endógeno: plano político, plano econômico, plano científico e tecnológico e plano cultural. Além disso, foram considerados aspectos que relacionassem a definição da oferta de cursos à dinâmica territorial existente.

Em síntese, o que ocorre na análise de conteúdo é a classificação dos elementos pertencentes ao conjunto de dados coletados, fazendo com que o pesquisador se debruce sobre os elementos classificando-os por sua diferenciação e reagrupando esses elementos de acordo com uma categoria, que se baseia no referencial teórico previamente desenvolvido, classificando-os conforme o sentido das palavras ou tema a que está associado.

Portanto, o processo de análise das entrevistas pode ser sintetizado da seguinte maneira: após efetuar uma “leitura flutuante” (BARDIN, 2009, p.122) sobre os materiais coletados, iniciou-se a etapa de “exploração do material” (BARDIN, 2009, p.127), nesta etapa, as informações obtidas nas entrevistas foram organizadas em conjuntos de dados, separadas em blocos e codificadas de acordo com o que se mostrava significativo na mensagem. Assim, foi realizada a análise temática das mensagens que foram segmentadas em subconjuntos, para compor as categorias até que ficassem estabelecidas fronteiras entre elas. A construção de categorias a partir da pesquisa empírica permitiu que suas descrições fossem utilizadas para complementar e/ou contradizer os achados da pesquisa documental.

4 Análise e Discussão dos Resultados

Neste item são apresentados os resultados da pesquisa, organizados de modo a corresponder aos objetivos propostos inicialmente. Em primeiro lugar se buscou descrever a dinâmica de desenvolvimento no Território da Cidadania do Agreste de Alagoas a partir das categorias indicadas por Boisier. Em seguida, é apresentado o panorama da oferta de cursos do Pronatec neste Território. Por fim, se busca relacionar a oferta de cursos do Pronatec à dinâmica de desenvolvimento territorial, no intuito de responder ao objetivo desta pesquisa.

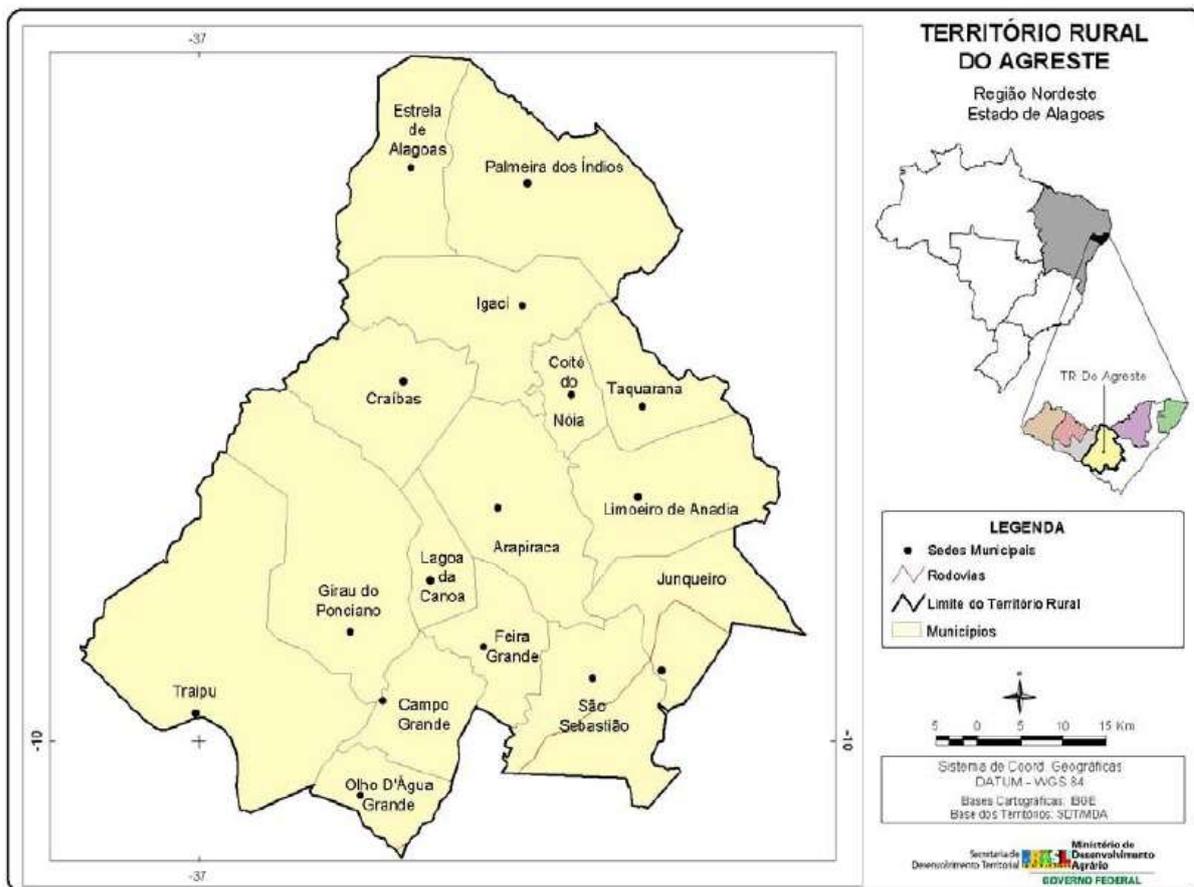
4.1 Sobre a Dinâmica do Desenvolvimento no Território da Cidadania do Agreste de Alagoas

O Território da Cidadania do Agreste de Alagoas está localizado na região Nordeste e é composto por 16 municípios, a saber: Arapiraca; Campo Grande; Craíbas; Coité do Nóia; Estrela de Alagoas; Feira Grande; Girau do Ponciano; Igaci; Junqueiro; Lagoa da Canoa; Limoeiro de Anadia; Olho D'Água Grande; Palmeira dos Índios; São Sebastião; Taquarana; e Traipu, localizados conforme mostra a Figura 4(4).

Segundo dados do IBGE³, o Território da Cidadania do Agreste de Alagoas possui uma área de 4.579,40 km² correspondendo a aproximadamente 16% da área total do estado de Alagoas, que é de 27.774,993 km². A população total do território é de 578.100 habitantes, sendo que 256.760 vivem na zona rural enquanto os 321.340 restantes vivem na zona urbana. Esta distribuição configura uma taxa média de urbanização de aproximadamente 56%, conforme evidencia a Figura 5(4).

³ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: <http://www.ibge.gov.br/>

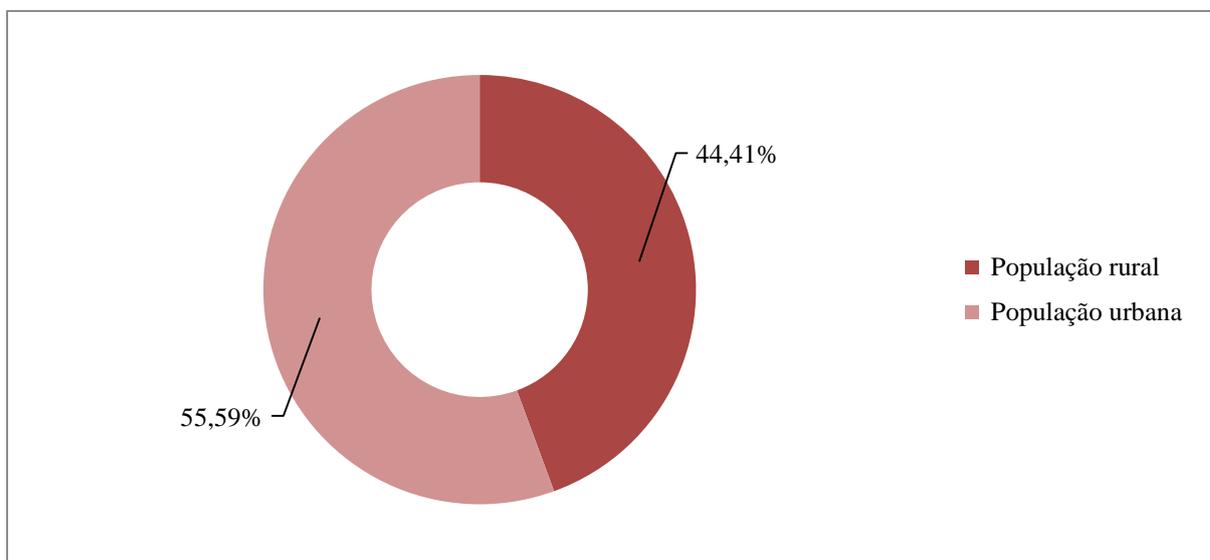
Figura 4(4): Território da Cidadania do Agreste de Alagoas*



Fonte: Santos (2009)

* Conforme sugere a apresentação da figura, a composição do Território Rural do Agreste é a mesma do Território da Cidadania do Agreste de Alagoas.

Figura 5(4): Proporção da população rural e urbana – 2010



Fonte: Atlas Brasil (2013)

Apesar de a figura 5(4) apontar para uma realidade territorial predominantemente urbana, é preciso compreender como se dá essa configuração nas instâncias municipais, pois elas podem divergir do que está representado pela média do Território. Por isso, para melhor compreensão da organização da população dos municípios que compõem o Território da Cidadania do Agreste, os referidos dados são apresentados e detalhados na tabela 1(4).

Tabela 1(4): População Rural e Urbana no Território da Cidadania do Agreste

Município	2010				
	População total (hab)	População rural (hab)	População rural (%)	População urbana (hab)	População urbana (%)
Arapiraca	214.006	32.525	15,20	181.481	84,80
Campo Grande	9.032	4.847	53,66	4.185	46,34
Coité do Nória	10.926	7.189	65,80	3.737	34,20
Craibas	22.641	15.313	67,63	7.328	32,37
Estrela de Alagoas	17.251	13.222	76,64	4.029	23,36
Feira Grande	21.321	17.900	83,95	3.421	16,05
Girau do Ponciano	36.600	25.302	69,13	11.298	30,87
Igaci	25.188	19.004	75,45	6.184	24,55
Junqueiro	23.836	16.033	67,26	7.803	32,74
Lagoa da Canoa	18.250	9.085	49,78	9.165	50,22
Limoeiro de Anadia	26.992	24.746	91,68	2.246	8,32
Olho D'Água Grande	4.957	3.754	75,73	1.203	24,27
Palmeira dos Índios	70.368	18.758	26,66	51.610	73,34
São Sebastião	32.010	19.701	61,55	12.309	38,45
Taquarana	19.020	11.706	61,55	7.314	38,45
Traipu	25.702	17.675	68,77	8.027	31,23
Total	578.100	256.760	44,41	321.340	55,59

Fonte: Atlas Brasil (2013)

A leitura da tabela nos permite uma análise acerca da diversidade presente no interior do Território. Ao verificarmos as realidades municipais, notamos alguns municípios com uma significativa população urbana, como é o caso de Arapiraca que apresenta uma taxa de urbanização de 85%, seguida por Palmeira dos Índios, com 73%. Porém, é também perceptível a presença de municípios predominantemente rurais, como ocorre com o município de Limoeiro

de Anadia, cuja população rural corresponde a mais de 90% da sua população total e Feira Grande, cuja população rural corresponde a mais de 83% em relação à sua população total.

Destarte, ao observarmos atentamente os dados da tabela 1(4) fica evidente que a predominância do indicativo de urbanização, apresentado na figura 5(4), é decorrente da representatividade da população absoluta dos municípios de Arapiraca (214.006 habitantes) e Palmeira dos Índios (70.368 habitantes) que juntos comportam quase 50% da população absoluta de todo o Território. Os demais municípios apresentam população total inferior a 40 mil habitantes, por isso a pouca representatividade na determinação da média territorial.

A composição da população de Arapiraca não é a mais comum entre os municípios alagoanos. Trata-se da segunda cidade do estado em população absoluta, abaixo apenas da capital Maceió, que possui cerca de 1 milhão de habitantes. Excetuando-se Arapiraca, cuja população já ultrapassa os 230 mil habitantes, os demais municípios alagoanos apresentam população abaixo de 75 mil. E dos 102 municípios alagoanos, cerca de 28% tem população inferior a 10 mil habitantes.

Deste modo, uma vez que somente a população de Arapiraca representa aproximadamente 37% do total da população do Território da Cidadania do Agreste, é natural que alguns de seus aspectos predominem em detrimento dos de outros municípios quando se busca caracterizar a realidade territorial. Assim, no panorama territorial temos que, dos 321.340 habitantes que vivem na área urbana, a grande maioria é residente no município de Arapiraca, seguido por Palmeira dos Índios, cujas populações absoluta e urbana são maiores e juntas correspondem a mais de 70% da população urbana de todo o Território da Cidadania do Agreste de Alagoas.

Com relação a estes aspectos populacionais, é preciso refletir sobre o que é urbano e o que é rural ao tratarmos de pequenos municípios. Apesar de não ser o objetivo deste estudo aprofundar esta discussão, é preciso ressaltar que o próprio PTDRS (Plano Territorial de

Desenvolvimento Rural Sustentável) do território prevê as implicações que a configuração apresentada pode trazer para o direcionamento de políticas públicas para a localidade, tendo em vista o obscurecimento da realidade do campo quando os dados do Território são agregados.

Essas reflexões devem apontar para a valorização do espaço do campo, em detrimento do que direcionam as classificações obtidas por meio da agregação de dados territoriais (PTDRS, 2011). Aspectos como estes devem refletir nos debates realizados no âmbito do Colegiado Territorial, uma vez que as demandas dos espaços urbano e rural são, em alguns pontos, divergentes.

Apesar do crescimento das atividades de comércio e serviços nos centros urbanos, que vêm acomodando a mão-de-obra resultante do campo, muitas dessas atividades se relacionam ou dependem das atividades rurais. De tal modo, muitas dessas pessoas mantêm terras, trabalham ou dependem do campo, em que ainda permanece parte significativa da família. O que ocorre é que a população rural, em sua maioria composta por agricultor familiar, opta por desenvolver outras atividades nos centros urbanos a fim de complementar a sua renda ou mesmo acaba por tornar essas atividades a sua fonte de renda principal.

(Os agricultores) tão tendo dificuldades. Muito desse pessoal, depois da crise do fumo, eles hoje estão trabalhando nessas distribuidoras [...]. Outros estão trabalhando... muita gente do sítio está trabalhando como moto táxi aqui (Arapiraca), foi uma alternativa de opção para ele trabalhar como moto táxi e no inverno trabalhar na roça. Teve que procurar alternativas para acomodar essa situação [...] (Entrevista com R.T.3).

Desse modo, a alta taxa de urbanização do município de Arapiraca pode ser ocasionada em decorrência de sua localização e dinâmica de desenvolvimento que atrai para o seu perímetro urbano um grande número de pessoas de municípios e povoados circunvizinhos em busca de melhores oportunidades na cidade, ainda que suas raízes rurais permaneçam.

Estas questões suscitam a necessidade de compreensão da realidade territorial para além das classificações determinadas por dados agregados. Como dito, a percepção desta realidade

traz implicações no direcionamento de políticas públicas para o Território e podem ocorrer em desacordo com as reais demandas locais.

Assim, apesar da classificação apontada pela média, no Território da Cidadania do Agreste fica evidente a existência de uma realidade rural muito “viva” e com grande dependência da agricultura familiar, afinal, no Território residem 48.183 agricultores familiares, 986 famílias assentadas, 12 comunidades quilombolas e 6 terras indígenas (TERRITÓRIOS DA CIDADANIA, s/d). A compreensão deste cenário é o que deve determinar quais são as demandas e prioridades para o desenvolvimento territorial, considerando as suas potencialidades e dinâmica preexistentes.

Alguns indicadores são cruciais para a caracterização e compreensão da dinâmica de desenvolvimento local e apresentam valor ainda mais significativo quando justapostos e comparados a outras escalas territoriais. Assim ocorre com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que analisa as condições de vida de uma população através das condições de renda, longevidade e educação, o que auxilia na identificação das principais carências e respectivas demandas territoriais.

O Território da Cidadania do Agreste pertence ao estado de Alagoas e este, por sua vez, é um dos estados com os piores índices de desenvolvimento do país. O Atlas Brasil (2013) traz informações acerca dos estados e municípios brasileiros compiladas a partir do Censo Demográfico 2010 do IBGE. Nele, o IDH do Brasil é de 0,727, enquanto Alagoas apresenta o menor índice do país, com 0,631. O IDH do Território da Cidadania do Agreste é de 0,539 e está abaixo das médias anteriores.

Ao isolarmos cada uma das dimensões do IDH, notamos que o IDH longevidade do Brasil é de 0,816, o de Alagoas é de 0,755 e a média do Território é de 0,733. No que se refere ao IDH renda, enquanto o referente ao país é de 0,739, Alagoas apresenta um índice de 0,641, o que o coloca a frente apenas dos estados do Maranhão e Piauí, que apresentam os piores

índices do país, com 0,612 e 0,635 respectivamente. Por outro lado, a média do Território da Cidadania do Agreste é de 0,539, o que o coloca abaixo das médias desses últimos estados.

No que diz respeito à dimensão educação, o cenário torna-se ainda mais alarmante, pois é no qual o país apresenta os seus menores índices, tanto em nível nacional, como em nível de estados e municípios. O IDH Educação do Brasil é de 0,637 (o menor em relação aos outros dois componentes do IDH nacional) enquanto o de Alagoas situa-se em 0,520. Já o IDH Educação do Território apresenta uma média de 0,416, que está significativamente abaixo das médias anteriores e se localiza na escala do IDH na posição de baixo desenvolvimento.

Os resultados apontados por esses indicadores são preocupantes, pois refletem as disparidades existentes no interior do Brasil e revelam que os piores índices de desenvolvimento ainda se encontram na região nordeste. Contudo, a fim de esclarecer como se deu a composição das médias do Território e evitar a generalização de resultados para todos os seus municípios, a tabela 2(4) detalha os valores do IDH para cada município pertencente ao Território e traz também os valores referentes aos indicadores do estado, da região e do país, no intuito de facilitar a comparação entre estes cenários.

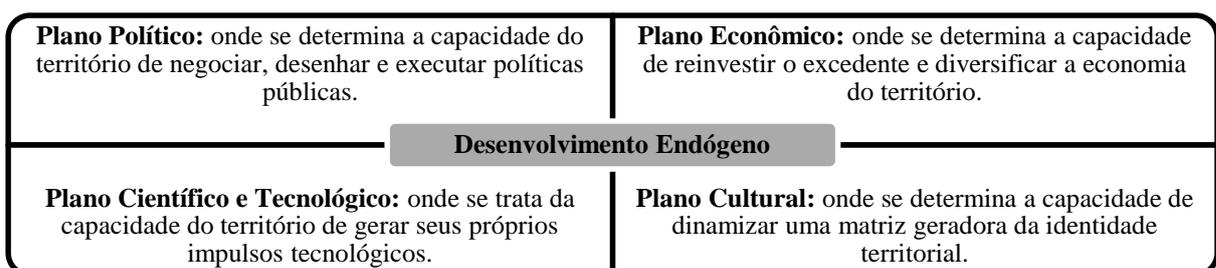
Na conjuntura territorial é possível observar variações nos IDHs dos municípios em relação aos demais recortes territoriais. Em decorrência de uma variação positiva, mais uma vez se destacam os municípios de Arapiraca e Palmeira dos Índios, pois apresentam os melhores IDHs quando comparados aos demais. De todo modo, considerando o cenário territorial, os resultados apontados indicam que existem demandas nas áreas de educação, saúde, emprego e renda que carecem de atenção. Portanto, o conhecimento dessas demandas deve direcionar a execução de políticas públicas alinhadas às reais necessidades do Território, no sentido de dinamizar a localidade ao potencializar suas capacidades territoriais.

Tabela 2(4): Índices de Desenvolvimento Humano – 2010

Recorte Territorial	IDHM	IDHM		
		Renda	Longevidade	Educação
Brasil	0,727	0,739	0,816	0,637
Nordeste	0,660	0,656	0,783	0,560
Alagoas	0,631	0,641	0,755	0,520
Território da Cidadania do Agreste de Alagoas	0,539	0,525	0,733	0,416
Arapiraca	0,649	0,638	0,780	0,549
Campo Grande	0,524	0,502	0,739	0,387
Coité do Nóia	0,533	0,520	0,730	0,398
Craibas	0,525	0,517	0,687	0,408
Estrela de Alagoas	0,534	0,515	0,720	0,410
Feira Grande	0,533	0,512	0,736	0,402
Girau do Ponciano	0,536	0,498	0,762	0,405
Igaci	0,564	0,547	0,774	0,424
Junqueiro	0,575	0,586	0,714	0,454
Lagoa da Canoa	0,552	0,541	0,703	0,443
Limoeiro de Anadia	0,580	0,575	0,742	0,457
Olho D'Água Grande	0,503	0,473	0,673	0,399
Palmeira dos Índios	0,638	0,625	0,794	0,523
São Sebastião	0,549	0,537	0,714	0,432
Taquarana	0,541	0,529	0,710	0,421
Traipu	0,532	0,499	0,765	0,395

Fonte: Atlas Brasil (2013)

Deste modo, os subitens que se seguem tratam de descrever a dinâmica de desenvolvimento do Território da Cidadania do Agreste a partir das categorias indicadas por Boisier (1999a; 1999b; 2005), quais sejam: o plano político; o plano econômico; o plano científico e tecnológico; e o plano cultural, conforme apresentado na Figura 6(4).

Figura 6(4): Categorias de análise do desenvolvimento endógeno

Fonte: Adaptado de Boisier (1996, 1997, 1999a, 1999b)

Essa abordagem teórica foi escolhida devido à compreensão de que as capacidades internas do Território são capazes de transformar um impulso externo de crescimento econômico, em nosso caso o Pronatec, em desenvolvimento para a sociedade. De modo que, essas categorias endógenas não podem ser negligenciadas quando da análise e execução de políticas e programas de desenvolvimento. Afinal, a descrição desses planos permitirá a compreensão da dinâmica de desenvolvimento do Território da Cidadania do Agreste de Alagoas.

4.1.1 Plano Político

No plano político, podemos tratar da capacidade local para tomar as decisões frente a diferentes opções e estilos de desenvolvimento e ao uso dos instrumentos correspondentes, ou seja, a capacidade de desenhar e executar políticas de desenvolvimento, e, sobretudo, a capacidade de negociar com os elementos que definem o entorno do território (BOISIER, 1997; 1999a; 2005). Logo, a capacidade organizativa do Território determinará se há voz, e quais são elas, na definição dos rumos do desenvolvimento local.

A configuração desse plano pode ser abordada, primeiramente, a partir da capacidade administrativa dos governos municipais, pois se trata de algo determinante no direcionamento das políticas públicas em âmbito local. O Governo Municipal compreende os poderes executivo e legislativo. O primeiro é exercido pelo prefeito, auxiliado pelos secretários municipais, e o segundo pelas câmaras municipais de vereadores. Além disso, são também importantes as diferentes representações locais dos governos estadual e federal.

No que se refere às representações governamentais, o Território da Cidadania do Agreste possui 16 prefeituras municipais, com suas respectivas secretarias. A composição de secretarias diverge de um município para outro, mas são comuns as secretarias de saúde, educação, assistência social, infraestrutura, meio ambiente, finanças, agricultura, planejamento,

desenvolvimento, cultura, etc., em conjunto essas secretarias contribuem para a execução das políticas setoriais em seus respectivos municípios. Já às câmaras municipais cabe a função de fiscalizar as ações do poder executivo e deliberar acerca de leis locais e complementares.

Por outro lado, a sociedade civil organizada é composta por organizações representativas dos diversos segmentos sociais e econômicos, movimentos sociais e organizações não governamentais. A esta cabe reivindicar por melhorias e pela garantia dos direitos do cidadão e participar ativamente do direcionamento das ações locais a fim de determinar e fazer cumprir a resolução das verdadeiras demandas locais.

Desde 2004, quando surgiu o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), que é o predecessor do Programa Territórios da Cidadania, vários atores sociais se organizaram e se articularam em torno do pensar e agir territorialmente. Neste mesmo ano instituiu-se uma comissão composta por diversos atores sociais para a elaboração do primeiro Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do então Território Rural do Agreste, que foi concluído em 2006. Através da mobilização tanto da sociedade civil quanto dos gestores públicos em torno das questões relativas à agricultura, foram dados importantes passos para a consolidação do Território do Agreste (PTDRS, 2011), o que é indicativo de que o Território possui capacidade organizativa.

Em 2008, o Governo Federal lançou o Programa Territórios da Cidadania, cujo principal objetivo era promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Com o surgimento desse novo Programa, o território passou a ser denominado Território da Cidadania do Agreste, cujo colegiado de gestão denomina-se CODETER – Colegiado de Desenvolvimento Territorial – e é composto por organizações não governamentais e governamentais. Nesse processo de reestruturação também foram criadas as câmaras temáticas responsáveis por auxiliar o colegiado territorial (PTDRS, 2011) e, apesar da ampliação da

concepção do Programa, *“as pessoas, organizações e seguimentos sociais continuaram os mesmos e alguns novos entraram”* (Entrevista com R.T.2), o que indica que os principais atores sociais permanecem.

Cabe aqui ressaltar que a participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia de desenvolvimento territorialmente localizada. Logo, a articulação entre as instâncias governo e sociedade é determinante na definição dos rumos do desenvolvimento local.

O Território possui uma organização, representada por seu colegiado, e já vem trabalhando em um plano de desenvolvimento, o PTDRS. A forma como a sociedade se articula e participa das ações do território é decisiva para o direcionamento de um plano de desenvolvimento fundamentado nas potencialidades locais. Assim, na composição do CODETER estão presentes organizações representantes da sociedade civil organizada: cooperativas (principalmente voltadas para o rural); organizações sindicais (de produtores e trabalhadores rurais); Federações e Associações de Agricultores Familiares; movimentos sociais; organizações não governamentais; povos tradicionais (quilombolas e pescadores); assim como organizações representantes do governo: prefeituras municipais; órgãos estaduais; órgãos federais; entre outros (PTDRS, 2011).

Apesar da variedade de organizações envolvidas no colegiado do Território, é preciso salientar que estas organizações variam quanto a sua representatividade e grau de participação. Adverte-se ainda que as organizações participantes também determinam quais municípios estão envolvidos no delineamento das ações do Território e, neste caso, o município de Arapiraca possui representações mais participativas, o que influi na determinação das ações para o Território.

Outro ponto que merece ser destacado é a ausência de participação no CODETER de algumas organizações fundamentais para a potencialização da dinâmica de desenvolvimento

territorial e que, por atuar de forma paralela e, por vezes desalinhada, não tem correspondido as reais demandas levantadas no âmbito do colegiado territorial. Ainda assim, esse fato não diminui a importância da sua atuação nos municípios, como ocorre com as instituições ofertantes dos cursos do Pronatec, mas sinaliza certa fragilidade na articulação entre as organizações locais.

Para que a proposta de desenvolvimento territorial funcione efetivamente, é necessária a existência de uma malha de organizações locais que atuem de forma colaborativa em prol dos objetivos do Território. Além disso, essas organizações, governamentais ou não, são necessárias e cruciais na execução de políticas públicas em âmbito local. Afinal, esperar que as ações do governo alcancem a todos os municípios de forma justa e igualitária seria ilusório de modo que a proposta de desenvolvimento territorial surgiu para ampliar o alcance das políticas públicas e possibilitar que municípios mais dispersos fossem alcançados. Neste sentido,

[...] foi uma estratégia fantástica do governo federal ao criar o programa territórios da cidadania. Porque se você conhece a fundo a proposta, você vê que ele tem uma proposta de mudança em nível de território, não é... você pega o estado e você divide ele por território, de acordo com as suas... especificidades e aí você tem um plano, o PTDRS diz isso né.. você tem um plano para que... de mudança, com ações a curto, médio e longo prazo. Então para mim é uma dinâmica fantástica (Entrevista com R.T.1).

[...] a estratégia territorial iniciou-se em 2003, né, quando o governo Lula assumiu. Qual foi a ideia que motivou a criação dos territórios? É que o Brasil tem 5000 e tantos municípios, dos quais... 4000 e tantos, por mais que o IBGE na sua concepção e nomenclatura do que é urbano e do que é rural, diga que são urbanos, mas não é, né. Tem 3000 e tantos municípios que são todos pequenos, médios... municípios rurais com demandas específicas, com problemas rurais, com problema de ordenamento fundiário, com problema de escoamento da produção. Tem um mundo rural muito visível na maioria dos municípios... brasileiros. No entanto, o olhar do Governo Federal não chegava... especificamente a essa área rural. [...] Você tem a imensa maioria dos municípios brasileiros com essa característica do rural, do agrícola... Mas o olhar do Estado – seja o governo federal, seja estadual, seja o próprio município – é muito negligente no atendimento dessas demandas do rural (Entrevista com R.T.2).

A partir das falas dos entrevistados, podemos inferir que a perspectiva de desenvolvimento territorial surgiu com o intuito de ampliar a atuação do Estado para que as suas ações chegassem a um número maior de municípios. Quando se fala da negligência no atendimento às demandas locais, especificamente no âmbito rural, nós podemos resgatar do referencial o fato de que o local se configura como um palco privilegiado para o planejamento e desenvolvimento de políticas públicas. É necessário conhecer as demandas locais para agir de forma mais efetiva, assim a concepção de Território adquiriu notoriedade na medida em que se buscava dotar o Território de recursos e fazê-lo decidir o seu futuro.

A necessidade de empoderar o Território para que seus atores escolhessem os próprios caminhos na condução do desenvolvimento é justificável na medida em que devido a extensão territorial do nosso país não dá para esperar por uma intervenção contextualizada do governo em suas instâncias mais distantes.

[...] então lá de Brasília esperar que o MDA, que o Governo Federal, que os Ministérios olhem..... (por exemplo), Pindoba... e vejam as demandas da agricultura familiar de Pindoba que é um município ... pequenininho, inexpressivo; chega nunca né!! (Entrevista com R.T.2).

Portanto, a criação dos Territórios da Cidadania buscou fortalecer a agricultura familiar e criar um ambiente de discussão e negociação das demandas locais. A criação desse ambiente implica a mobilização dos diferentes atores sociais, afinal, para pensar o desenvolvimento de forma contextualizada e fundamentada nas potencialidades locais é necessária a participação daqueles que são os maiores beneficiados.

Na política de desenvolvimento rural sustentável você tem que trazer as organizações da agricultura familiar, as ONGs, os segmentos da agricultura familiar, os indígenas, os quilombolas e, e... as comunidades tradicionais, os povos ribeirinhos. [...] e o município, porque é lá que a vida acontece.. é o município que executa as ações (Entrevista com R.T.2).

Portanto, os Territórios da Cidadania surgiram com o intuito de dotar a coletividade local de autonomia, de fazê-la decidir onde investir os recursos fornecidos, de fazê-la decidir os rumos do desenvolvimento territorial de modo endógeno, de modo a ampliar as suas capacidades no plano político. O desafio é juntar em um mesmo espaço de negociação o poder público e a sociedade civil organizada uma vez que esses dois atores muitas vezes divergem em seus interesses. Ainda assim, *“o território criou esse espaço chamado colegiado territorial... é um espaço de... proposição de projetos, de debate de demandas, identificação de prioridades... e levantamento de questões para problematizar né..”* (Entrevista com R.T.2). Portanto, para que o colegiado funcione efetivamente é necessário que as representações locais interajam e cheguem a um consenso quanto aos rumos a seguir.

Em uma das entrevistas ficou evidente o papel transformador do Programa Territórios da Cidadania. Ao possibilitar a criação de um espaço de interação e de tomada de decisão coletivo, houve uma maior inserção de políticas públicas direcionadas a esses municípios e, por outro lado, permitiu a vez e a voz a muitas pessoas e seguimentos até então esquecidos:

Aí a gente trouxe para dentro do território o Ministério da Cultura, Ministério da Educação, [...]... trouxemos tudo. Fundação Palmares para discutir quilombola; trouxemos a FUNAI para dentro dos territórios e virou aquele “furdunço” e aquele espaço de debates, que foi muito positiva a história dos territórios da cidadania. [...] E o território era o espaço de cobrança.. de... controle social (Entrevista com R.T.2).

Foi uma experiência muito rica [...]. A grande riqueza dos territórios foi isso... participação, cidadania e controle social... de formação cidadã mesmo. O Território do Agreste... no período em que eu estive... até 2013, começo de 2013... o Território do Agreste foi... a grande referência territorial do Estado de Alagoas. Cada um dos territórios tinha suas virtudes, seus defeitos, as suas fortalezas e as suas fragilidades. Mas... no meu entendimento... já que eu acompanhei o território do Agreste mais de perto... dava gosto de ir pra lá... [...]; As plenárias do território eram mensais... Eram plenárias concorridas... Reuniões que aconteciam... é.. é... a cada mês, num município diferente ... isso.. e todo mundo ia para as reuniões (Entrevista com R.T.2).

Na experiência dos Territórios, durante o período de formação, houve a mobilização de diversos atores sociais, conforme se verifica na composição do Colegiado e também na fala dos entrevistados. Esse conjunto variado de organizações expressa a capacidade organizativa do Território, na medida em que se evidencia que há a representação de diferentes seguimentos e de municípios. No entanto, essa organização se dá de maneira interna, no interior de cada organização, pois quando se parte para a relação entre as organizações e entre essas e o governo, não há a sintonia necessária, pois se trata de uma relação muito fragilizada: “*É.. eu acho que a sociedade civil ela está organizada no seu interno das organizações, mas ainda é um desafio quando você parte para o coletivo*” (Entrevista com R.T.1). Portanto, podemos dizer que existe uma capacidade organizativa latente, mas que precisa ser potencializada, por mais que as organizações existam e exerçam suas funções independentes, não haverá promoção do desenvolvimento territorial enquanto não houver um acerto de interesses em prol das demandas do Território.

Durante a realização das entrevistas, a temática da relação entre governo e sociedade civil foi bastante frequente. Embora o Programa objetive dotar o Território de poder de decisão, e seja este o aspecto predominante do plano ora descrito, o que observamos nas falas dos respondentes é que há uma forte relação de dependência da sociedade para com o governo, isso ficou evidente no momento de transição de governo federal, que, apesar de se tratar de uma mesma conjuntura política, ocasionou modificações e cortes orçamentários que refletiram no fórum do Território e este se destituiu.

[...] a quebra da dinâmica de organização do território ela se deu justamente porque a gente viu que não houve um empoderamento da sociedade civil, do fórum do colegiado; à medida que o governo deixou de aportar recursos para a realização das reuniões, para pagamento da equipe, o fórum se destituiu. Então isso prova que a sociedade civil ela não está organizada o suficiente para, independente de você ter o dinheiro do assessor para estar lá, a reunião para o almoço, para outras despesas né...o fórum da sociedade civil continuar organizado para se reunir em uma sede de uma organização; tirar uma coordenação provisória, mas manter o fórum organizado, né. [...] A sociedade

civil poderia ter ocupado esse espaço, poderia ter se mantido organizada, mas isso não aconteceu. Então pra mim isso é uma prova de que as pessoas não estão preparadas, organizadas para assumir um espaço que é realmente importante. Então naturalmente elas se fragilizam porque elas ficam isoladas cada uma no seu canto (Entrevista com R.T.1).

Além da fragilidade da relação entre o conjunto de organizações, uma questão que deve ser levantada é a representatividade do município de Arapiraca. Em todos os documentos, e também nas entrevistas, ficou claro que este município se destaca entre os demais. Arapiraca sempre recebeu mais recursos, tomou a frente nas iniciativas e quando surgiu a política de desenvolvimento territorial esse ocupou a posição de polo e continuou a ser evidenciado. Essa questão traz consequências para a dinâmica de desenvolvimento do Território. Por um lado, pode servir para impulsionar o desenvolvimento do Território, na medida em que se garante a captação de recursos para a região. Por outro, pode valorizar os interesses do município de Arapiraca em detrimento dos interesses de outros municípios.

Ante o exposto, podemos evidenciar a capacidade organizativa do Território a partir das suas organizações municipais. Mesmo que haja divergências no nível de estruturação dos municípios, o Território possui uma malha de atores formada por prefeituras e secretarias específicas, pelo seu legislativo e por um conjunto de organizações, povos e movimentos sociais que representam diversos seguimentos da sociedade. Apesar disso, a atuação dessas organizações no âmbito dos municípios se dá ainda de forma isolada, cada uma trabalhando a sua maneira para o alcance de seus interesses próprios. Observamos também que o Território da Cidadania do Agreste tem um histórico de mobilização e organização social, mas ainda é muito dependente de fatores exógenos e quando foi necessária uma mobilização independente não houve forças e o colegiado territorial se destituiu.

Há, nos dias de hoje, uma tentativa de reaproximação e engajamento para retomar as ações para o desenvolvimento territorial, o desafio é enorme mas parece estar sendo enfrentado por um conjunto de atores ainda engajados. Durante as entrevistas percebeu-se que ainda é

muito forte a atuação do município de Arapiraca, que é o mais influente e representativo. É certo que isso reflete no direcionamento das ações voltadas ao Território e pode acarretar no atendimento das necessidades de alguns municípios e seguimentos da sociedade em detrimento de outros. Isso implica dizer que ações voltadas para o interesse geral do território só serão concretizadas quando houver um maior engajamento de todos os municípios envolvidos, o que ainda não ocorre efetivamente.

4.1.2 Plano Econômico

Segundo a definição teórica estabelecida por Boisier (1997; 1999a; 1999b; 2005), no plano econômico podemos tratar da capacidade do território de apropriação e reversão local de parte do excedente a fim de diversificar a economia local, dando-lhe ao mesmo tempo uma base de sustentação de longo prazo. Em complemento, Amaral Filho (2001) considera que esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, dos produtos e da renda do local, o que deve ocorrer em acordo com um modelo de desenvolvimento territorialmente localizado.

Em sua definição operacional, o plano econômico deverá contemplar a capacidade do território de definir quais setores da economia serão potencializados, isso inclui considerar as ações dos governos municipais e seguimentos da sociedade para a atração e retenção de empreendimentos, recursos e políticas sociais para o território, o que deve contribuir para a melhoria das condições de vida da população e dinamizar a economia local.

O Território da Cidadania do Agreste de Alagoas apresenta características relativamente similares quanto às condições climáticas e morfológicas e é na agricultura familiar, com suas diversas estratégias de reprodução familiar, que se encontra o principal elemento de identidade territorial (PTDRS, 2011). Contudo, é preciso destacar o forte poder polarizador de dois centros urbanos do Território, Arapiraca e Palmeira dos Índios, que apresentam conjuntamente uma

oferta diversificada de serviços, comércio e de atividades industriais, o que justifica as divergentes características entre estes dois municípios e os demais municípios do Território.

O município de Arapiraca é geograficamente privilegiado, pois está situado no centro de Alagoas, tornando-se um polo industrial, logístico, comercial e de serviços para todo o estado. O município possui indústrias em diferentes ramos de atividade, por exemplo: alimentício (Grupo Coringa; Popular Alimentos); material plástico (Merconplas; Imprima); material de construção (Araforros; Concrenorte); entre outros. Além disso, há também grande quantidade de distribuidoras de produtos diversos como a Andrade Distribuidora; Asa Branca Distribuidora; Mervil Distribuidora; Dinâmica Distribuidora; entre outras.

O comércio de Arapiraca é um dos mais expressivos do estado, não somente pelo volume de vendas, mas também porque é o setor de atividade que mais proporciona empregos formais no município. Segundo dados da SEPLANDE, em 2012 foram 13.707 pessoas com vínculo empregatício em atividades formais neste setor. Em segundo lugar, esteve o setor de serviços gerando 10.979 vínculos empregatícios em atividades formais. O setor industrial apareceu em terceiro, com 5.252 pessoas formalmente empregadas em atividades industriais.

Por outro lado, o setor agropecuário pontuou apenas 878 vínculos empregatícios em ocupações formais, sendo o menos representativo quanto à ocupação formal de mão de obra (SEPLANDE). Contudo, cabe ressaltar que Arapiraca é composta por diversos povoados e pequenos sítios e centraliza em sua região uma produção diversificada de hortifrutigranjeiros. Uma das características marcantes deste ramo é a presença da agricultura familiar e uma distribuição de terras menos concentrada que no resto dos municípios. Neste contexto, há grande ocorrência de trabalhos informais e a isso se deve o baixo volume de pessoal formalmente ocupado nas atividades deste setor.

Por sua vez, o município de Palmeira dos Índios tem uma economia que gira em torno das atividades do comércio varejista e da área de serviços. No que tange ao número de vínculos

empregatícios gerados, em 2012 o comércio empregou 1.944 pessoas em atividades formais. Já as atividades de prestação de serviços geraram 3.554 vínculos empregatícios formais. Ressalte-se, contudo, que assim como ocorre com a maioria dos municípios do Território, o principal empregador é o setor público. O setor agropecuário apresentou 9 vínculos empregatícios em ocupações formais, aqui também é preciso atentar para a grande representatividade da agricultura familiar no município e para o grau de informalidade daí decorrente.

Quanto ao setor industrial, é preciso ressaltar que Palmeira dos Índios se tornou destaque na industrialização do leite no estado de Alagoas. Apesar de o centro do Arranjo Produtivo Local (APL) da produção do leite de Alagoas estar localizado no município de Major Isidoro, e não pertencer ao Território da Cidadania do Agreste. A industrialização desse leite, ou seja, o beneficiamento do leite, a transformação dele, está concentrada em Palmeira dos Índios, com a Valedourado (ILPISA - Indústria de Laticínios Palmeira dos Índios SA) e a Bona Sorte, ambas indústrias de laticínios instaladas no município. Em 2012, o setor industrial registrou 947 vínculos empregatícios em ocupações formais (SEPLANDE, s/d).

Os demais municípios pertencentes ao território apresentam características muito similares entre si. Há forte incidência da agricultura familiar e a produção de diferentes itens, mas é o setor de serviços que apresenta os maiores índices de ocupação formal, contudo a maioria desses vínculos é com o serviço público.

Para a compreensão da dimensão econômica, o Produto Interno Bruto (PIB) possibilita traçar um perfil econômico dos setores produtivos e um maior conhecimento da realidade econômica do território, através da demonstração do valor de toda a riqueza produzida, dentro de cada município, no período de um ano. Mensurado sob a ótica da produção, o PIB municipal representa o somatório do Valor Adicionado (VA) de cada setor da economia, acrescido dos impostos líquidos de subsídios. Neste sentido, o PIB caracteriza-se por ser uma fonte de informações econômicas para a sociedade, um indicador que auxilia o processo de

planejamento de políticas públicas e a alocação de recursos públicos municipais (SEPLANDE, 2014). A tabela 3(4) demonstra o PIB total e o PIB por setores da economia para cada município do Território da Cidadania do Agreste de Alagoas.

Tabela 3(4): PIB total e PIB por setores da economia, por município – Território da Cidadania do Agreste - 2011

Município	PIB total R\$ 1000	Valor adicionado da Agropecuária R\$ 1000	Valor adicionado da Indústria R\$ 1000	Valor adicionado de Serviços R\$ 1000	Produtos líquidos de subsídios R\$ 1000	PIB per capita R\$ 1,00
Arapiraca	2.173.810,58	36.722,30	326.180,46	1.545.227,70	265.680,12	10.058,91
Campo Grande	33.922,31	2.344,81	4.714,42	25.485,80	1.377,28	3.749,98
Coité do Noia	37.881,45	2.733,18	3.725,15	30.645,62	777,50	3.492,99
Craíbas	83.326,61	9.673,49	8.114,62	63.271,72	2.266,78	3.657,24
Estrela de Alagoas	64.413,98	6.410,57	6.269,58	50.485,43	1.248,40	3.716,48
Feira Grande	80.280,88	7.700,04	7.304,49	63.621,76	1.654,59	3.762,34
Girau do Ponciano	127.450,28	12.849,48	11.984,61	99.287,34	3.328,85	3.433,65
Igaci	94.945,99	12.339,79	9.479,27	70.960,62	2.166,31	3.773,99
Junqueiro	122.049,88	32.482,60	10.086,56	75.576,21	3.904,51	5.122,98
Lagoa da Canoa	67.824,13	6.677,32	6.363,04	53.116,76	1.667,01	3.743,67
Limoeiro de Anadia	99.562,93	13.668,85	8.450,34	75.880,44	1.563,30	3.658,38
Olho D'Água Grande	19.158,70	1.813,86	1.792,13	15.122,96	429,75	3.857,97
Palmeira dos Índios	465.493,82	17.386,91	102.830,20	311.239,22	34.037,49	6.597,51
São Sebastião	166.070,33	25.232,62	12.660,32	118.786,42	9.390,97	5.152,34
Taquarana	79.114,36	9.254,73	6.845,99	60.990,74	2.022,90	4.126,56
Traipu	79.079,41	6.674,58	7.973,80	62.827,23	1.603,80	3.055,62
Território	3.794.385,64 (Total)	203.965,13 (Total)	534.774,98 (Total)	2.722.525,97 (Total)	333.119,56 (Total)	3.756,16 (média)

Fonte: SEPLANDE (2014)

No que se refere às participações dos municípios do Território no PIB alagoano, vale destacar Arapiraca, segunda maior economia do estado, que teve um PIB de R\$ 2,174 bilhões, representando 7,6% do PIB estadual no ano de 2011. O município possui uma localização

geográfica privilegiada, uma vez que interliga as demais regiões geoeconômicas do estado. Sua economia apresentou o Setor de Serviços como principal componente do VA, com 81,0% de participação, seguido da Indústria (17,1%) e da Agropecuária (1,9%) (SEPLANDE, 2014).

Outra participação a ser destacada é a do município de Palmeira dos Índios, cujo PIB ocupou a oitava posição no ranking da economia alagoana no período analisado, com um montante de R\$ 465,494 milhões em seu Produto Interno Bruto, representando 1,6% do PIB estadual. O município teve o seguinte desempenho quanto à distribuição do VA por setor de atividade: Serviços (72,2%), Indústria (23,8%) e Agropecuária (4,0%). Vale recordar que, Palmeira dos Índios, além de ser um grande produtor de leite, possui importantes plantas industriais com ênfase em laticínios (SEPLANDE, 2014).

Note-se que o setor de serviços apresentou a maior participação no Valor Adicionado ao PIB de ambos os municípios. Se voltarmos à tabela, observaremos que comportamento semelhante se dá nos demais municípios do Território. A alta representatividade do setor de serviços se deve à vasta gama de atividades aí inseridas, que vai desde o comércio de mercadorias à administração pública, aí inseridas atividades financeiras e imobiliárias, saúde, educação, farmácias, restaurantes, empresas de logística, entre outras.

Outro indicador presente na tabela 3(4) é o PIB *per capita* municipal, que é obtido a partir do resultado da razão entre o valor do PIB do município e a população nele residente. É importante destacar que um alto valor do PIB *per capita* não caracteriza melhor qualidade de vida ou menor desigualdade social, trata-se de um valor obtido através da média e não explicita os problemas de distribuição e aplicação da riqueza gerada no território (SEPLANDE, 2014).

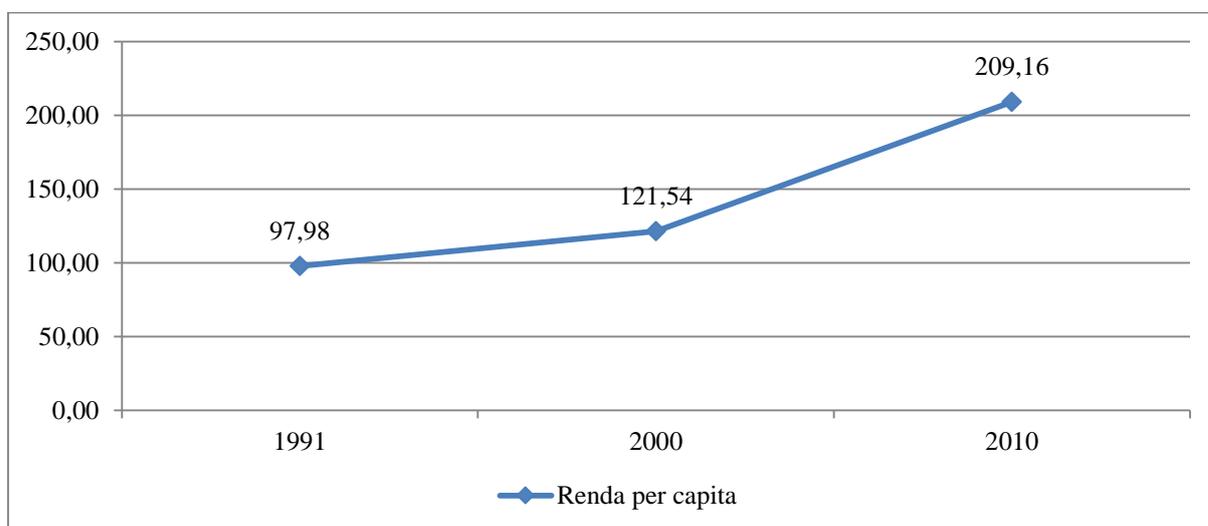
A renda *per capita* é outro indicador que ajuda a compreender o grau de desenvolvimento de uma dada região, pois se trata do valor obtido por meio da razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos que compõem a família e o número total de seus integrantes. Embora seja um índice relevante, também por se tratar de um valor obtido por

média, pode esconder disparidades, uma vez que um país pode ter uma boa renda per capita, mas um alto índice de concentração de renda e grande desigualdade social (PTDRS, 2011).

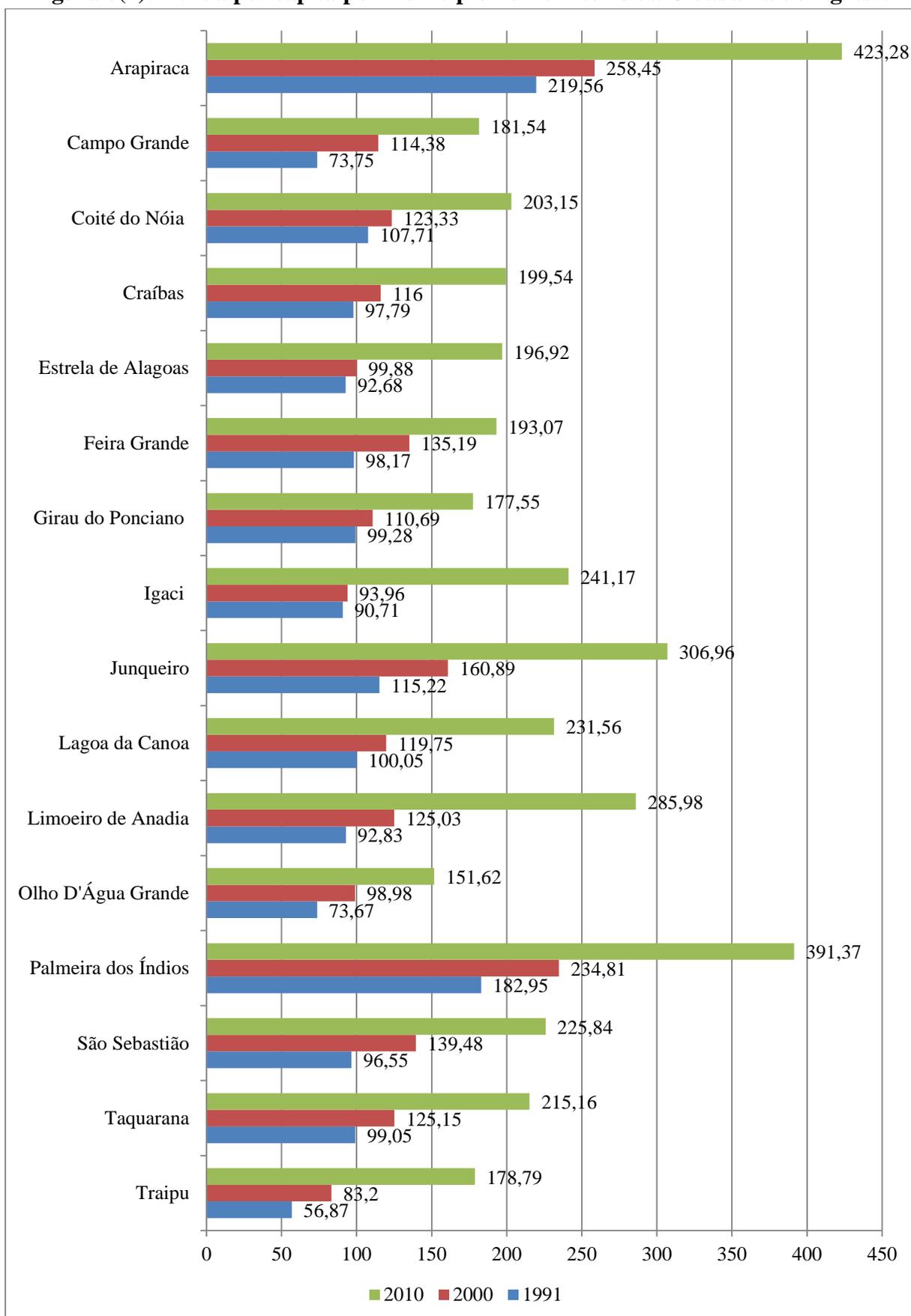
Nos últimos anos é possível verificar uma variação positiva da renda *per capita*, em decorrência de fatores diversos e, como se verá mais adiante, os programas de transferência de renda têm impulsionado a economia local, principalmente na região nordeste, incluindo-se aí o estado de Alagoas e o Território da Cidadania do Agreste.

A figura 7(4) traz a evolução da renda *per capita*, considerando a média do Território do Agreste nos últimos censos. Ressalte-se que a figura ilustra as médias do Território, o que significa que essa evolução difere ao considerarmos os municípios isoladamente, conforme detalhamento apresentado na figura 8(4).

Figura 7(4): Evolução da renda per capita no Território da Cidadania do Agreste



Fonte: Atlas Brasil (2013)

Figura 8(4): Renda per capita por município no Território da Cidadania do Agreste

Fonte: Atlas Brasil (2013)

Conforme exposto na figura 8(4), os municípios de Arapiraca e Palmeira dos Índios registraram os maiores valores de renda *per capita* ao longo dos anos, apresentando, no último censo, R\$ 423,00 e R\$ 391,00 respectivamente. Por outro lado, e considerando também o Censo de 2010, os menores valores pertencem aos municípios de Olho D'Água Grande e Traipu com renda *per capita* de R\$ 151,00 e R\$ 178,00 respectivamente.

Na composição da renda podem ser inclusos os salários e rendimentos diversos, inclusive os obtidos por previdência pública ou privada e em decorrência dos programas de transferência de renda do governo. Estes últimos têm sido bastante significativos na composição da renda dos brasileiros nos últimos anos, principalmente para os nordestinos e por isso seu impacto se tornou objeto de estudo.

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 70 a R\$ 140) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 70), de acordo com a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Além disso, o Programa associa à transferência do benefício financeiro o acesso aos direitos sociais básicos – saúde, alimentação, educação e assistência social (PTDRS, 2011).

Em 2014 foram destinados mais de 27 bilhões de reais ao programa bolsa família, desse total 52% foi destinado à região nordeste, de modo que foi distribuído mais de 14 bilhões de reais em benefícios para esta região. Desse montante, Alagoas recebeu R\$871.696.280,00, beneficiando quase 489.562 famílias. Enquanto no Território da Cidadania do Agreste, em 2014, foram transferidos recursos do Bolsa Família para 99.850 beneficiários num valor total de R\$ 188.708.222,00 (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, s/d). A tabela 4(4) detalha a distribuição de recursos do bolsa família entre os municípios do Território da Cidadania do Agreste.

Tabela 4(4): Programa Bolsa Família no Território da Cidadania do Agreste – 2014

Município	2014	
	Nº de benefícios	Valor repassado
Arapiraca	27.737	44.115.393
Campo Grande	2.169	5.755.473
Craíbas	5.199	12.673.284
Coité do Nóia	2.200	5.136.870
Estrela de Alagoas	3.270	7.021.083
Feira Grande	4.699	8.234.953
Girau do Ponciano	6.711	13.428.472
Igaci	5.476	13.075.645
Junqueiro	4.704	8.178.730
Lagoa da Canoa	3.805	7.531.816
Limoeiro de Anadia	5.059	10.686.173
Olho D'Água Grande	1.162	3.086.546
Palmeira dos Índios	12.488	18.589.133
São Sebastião	6.907	13.998.196
Taquarana	2.912	4.339.275
Traipu	5.352	12.857.181
TERRITÓRIO	99.850	188.708.223

Fonte: Portal da Transparência do Governo Federal (s/d)

Destacar a importância do Programa Bolsa Família para a composição da renda da população alagoana é plausível e já foi objeto de estudo do Professor de Economia da Universidade Federal de Alagoas, Cícero Pércles, que concluiu que os programas de transferência de renda do Governo Federal, especialmente o Bolsa Família, estão mudando a face da economia alagoana. Em seu estudo ele comparou a renda obtida por meio do Programa e a proveniente do corte da cana de açúcar, um dos principais motores da economia do estado, e concluiu que o primeiro teve uma maior contribuição para a composição da renda das famílias, ampliando o seu poder de consumo e contribuindo para a dinamização do comércio local (MDS, 2007), esse impacto, por sua vez, reflete no setor de serviços e pode justificar os altos valores deste na composição do PIB dos municípios.

Neste sentido, o professor enfatizou que tanto os recursos provenientes do bolsa família quanto os resultantes da previdência social beneficiam grande parte da população alagoana e

chegam a representar um quarto do PIB estadual (MDS, 2007). O Programa tem contribuído para elevar o poder de compra das famílias e tem diminuído as desigualdades sociais em municípios mais pobres, como aqueles que compõem o Território investigado.

Estendendo-se a análise da dinâmica territorial do agreste, é preciso destacar ainda alguns aspectos da agropecuária na região. Afinal, como ressaltado no PTDRS (2011), o Território da Cidadania do Agreste tem na produção agrícola familiar o principal elemento da sua identidade territorial. Embora a sua participação na composição do PIB tenha sido a menos representativa, este setor da economia é fundamental principalmente no contexto em que vivem tantos agricultores familiares.

De acordo com o Censo da Agricultura Familiar de 2006, o Nordeste é a região do país que mais possui estabelecimentos da agricultura familiar. Em Alagoas são aproximadamente 115 mil estabelecimentos (EMATER, s/d), enquanto no Território da Cidadania do Agreste essa distribuição se dá conforme aponta a tabela 5(4).

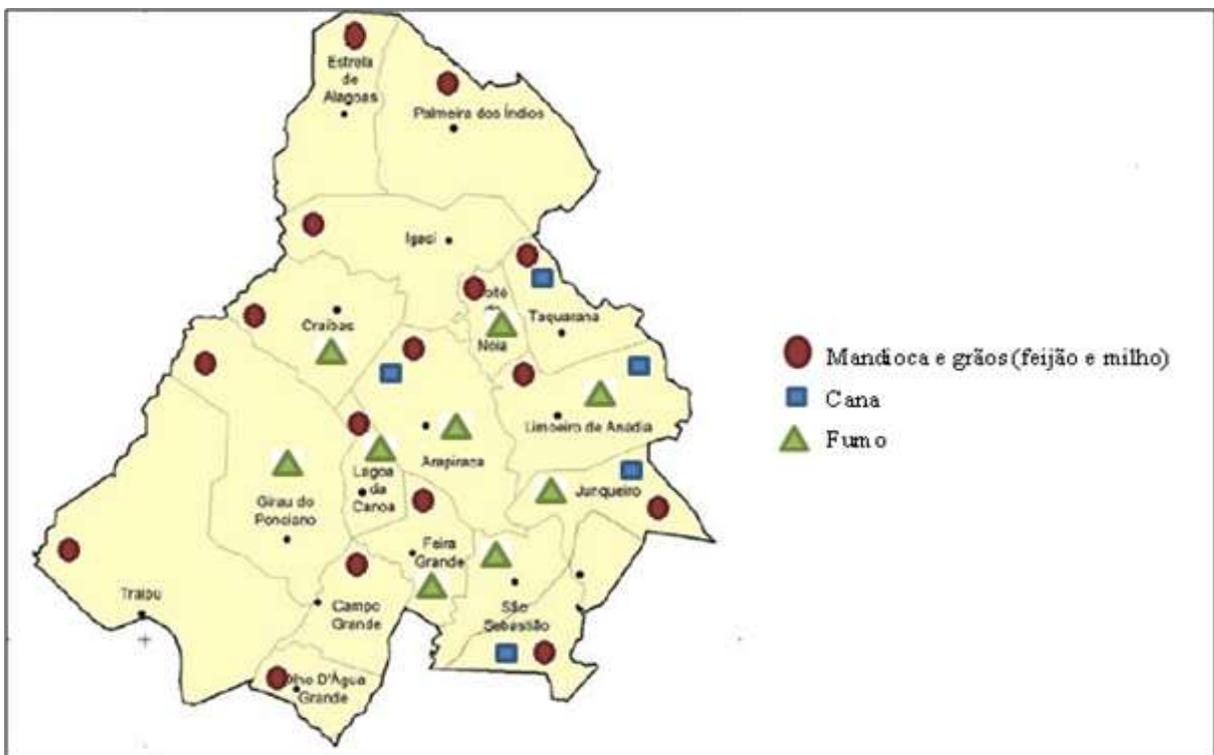
Tabela 5(4): N° de estabelecimentos de agricultura familiar por município no Território

Municípios	N° de Estabelecimentos de Agricultura Familiar
Arapiraca	3.966,00
Campo Grande	1.191,00
Coité do Nóia	2.203,00
Craíbas	3.952,00
Estrela de Alagoas	2.426,00
Feira Grande	3.646,00
Girau do Ponciano	5.186,00
Igaci	5.101,00
Junqueiro	1.417,00
Lagoa da Canoa	2.319,00
Limoeiro de Anadia	2.621,00
Olho d'Água Grande	1.070,00
Palmeira dos Índios	3.732,00
São Sebastião	3.336,00
Taquarana	2.681,00
Traipu	3.336,00
Território	44.847,00

Fonte: Atlas Brasil (2013)

Por meio desses estabelecimentos, as principais atividades agrícolas desenvolvidas no Território são: a produção da mandioca, do fumo, do milho, do feijão, da cana e outros cultivos (PTDRS, 2011). A produção da cana-de-açúcar toca o território no leste, o fumo forma um círculo cujo centro é o município de Arapiraca, e a produção da mandioca e grãos, como o feijão e o milho, está presente em todos os municípios, conforme ilustra a figura 9(4).

Figura 9(4): Principais atividades agrícolas no Território



Fonte: Adaptado do PTDRS (2011)

Segundo dados divulgados pela SEPLANDE, os municípios do Território da Cidadania do Agreste produziram, em 2013, 178.258 toneladas de mandioca, com a participação de todos os municípios envolvidos. Contudo, os municípios que mais se destacaram foram: Arapiraca (55.000 toneladas); Taquarana (38.080 toneladas); e Girau do Ponciano (19.500 toneladas), que juntos contribuíram com mais de 60% da produção total.

A mandioca é um produto bastante significativo para a região e está presente na produção agrícola local dos 16 municípios. Por se tratar de uma atividade produtiva muito antiga, no Território convivem processos de transformação e beneficiamento muito rudimentares em paralelo com novas tecnologias de processamento. Estas últimas têm sido impulsionadas através de financiamentos do Governo e engajamento dos agentes dos municípios envolvidos.

Deste modo, o próprio território começou a demandar projetos relacionados às cadeias produtivas locais, o que incluía projetos de reestruturação das casas de farinha e a implantação de uma fecularia para o beneficiamento da mandioca. Por isso, ao longo desses anos, a SDT (Secretaria de Desenvolvimento Territorial) e o MDA (Ministério de Desenvolvimento Agrário) apoiaram o desenvolvimento rural sustentável dos Territórios da Cidadania aportando recursos para ações estruturantes, em empreendimentos agroindustriais, investindo no fortalecimento da comercialização, da cooperação e da produção agrícola (PTDRS, 2011).

Além disso, a estruturação dessa cadeia produtiva também se beneficiou com o Programa de Promoção e Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (PAPL), no intuito de desenvolver projetos para o fortalecimento das principais cadeias produtivas da região. No Território da Cidadania do Agreste estão presentes quatro APL's, entre eles o APL Mandioca.

O APL Mandioca abrange 14 municípios: Arapiraca; Campo Grande; Craíbas; Coité do Nóia; Feira Grande; Girau do Ponciano; Igaci; Junqueiro; Lagoa da Canoa; limoeiro de Anadia; São Sebastião; Olho D'Água Grande; Taquarana; e Palmeira dos Índios. O cultivo da mandioca é responsável pela subsistência de 26 mil agricultores aproximadamente. Os produtos do APL são as raízes, a farinha e a fécula da mandioca, atendendo ao mercado alagoano, sergipano e pernambucano (SEPLANDE).

Retornando à figura 9(4), observamos que dois outros itens estão apresentados junto com a mandioca em todos os municípios, são eles: o milho e o feijão. Em 2013, a produção do

milho no Território foi de 5.097 toneladas. Neste caso, os municípios que mais se destacaram foram: Igaci (1.620 toneladas) e Taquarana (1.160 toneladas), com mais de 50% da produção. Quanto à produção de feijão, o montante da produção do Território foi de 5.661 toneladas. Na composição desse montante se destacaram: Arapiraca (1.300 toneladas); Girau do Ponciano (1.100 toneladas); e Traipu (900 toneladas), respondendo por quase 60% da produção enquanto o restante é distribuído entre os outros 13 municípios.

Com relação à produção da cana-de-açúcar, houve um volume de produção de 1.687.055 toneladas. Neste caso, a produção se concentrou em cinco municípios, quais sejam: Junqueiro (842.000 toneladas); São Sebastião (486.055 toneladas); Limoeiro de Anadia (287.000 toneladas); Arapiraca (60.000 toneladas); e Taquarana (12.000 toneladas). A concentração da produção de cana-de-açúcar nesses municípios se justifica pela facilidade de escoamento da produção, tendo em vista as usinas de açúcar e álcool em municípios circunvizinhos a esses.

Com relação à produção do fumo, observamos uma distribuição centralizada no município de Arapiraca. Os dados dessa produção informam que no ano de 2013 foram produzidas 10.676 toneladas de fumo, das quais cerca de 42% pertencia ao município de Arapiraca, com 4.560 toneladas de fumo produzidas. Seguida por Igaci com 1.560 toneladas, o equivalente a 14% da produção. E os municípios de Craíbas, Feira Grande e Lagoa da Canoa, com 1.200 toneladas produzidas por cada um.

A produção de fumo tem uma particularidade interessante, pois durante muitos anos esta foi uma cultura muito forte na região e a mola propulsora da agricultura local. Esta cultura foi imprescindível para posicionar Arapiraca enquanto município, que recebeu a titulação de capital do fumo, por volta dos anos 1970, quando era um dos maiores produtores de fumo do país. Contudo, este cenário sofreu modificações nos últimos anos e esta cultura perdeu em representatividade na produção agrícola local.

Na época, era uma cultura que tinha preço valorizado no mercado. Nós desmoronamos tudo isso, fruto de uma discussão do próprio governo quando houve a discussão da convenção quadro do tabaco, que proibia a fumaça nos ambientes públicos. Isso repercutiu na agricultura. [...] Então Arapiraca perdeu uma renda, fruto da não posição das autoridades e da sociedade em detrimento da discussão do fumo. Só se viu o viés da saúde, mas o fumo continua sendo produzido no país, e vai continuar sendo produzido porque ele gera impostos e é uma cultura legal (Entrevista com R.T.3).

Tanto é assim, que o fumo na região de Arapiraca ainda continua por volta aí em 8 a 9 mil hectares plantados, em média, (que eram 40 mil na época). Então é uma cultura que ainda, com toda essa dificuldade, ainda tá viva por várias razões (Entrevista com R.T.4).

Os técnicos da EMATER trazem justificativas para a decadência do fumo na região e explicitam a perda significativa de área plantada. Os dados da produção de 2013 demonstram que a cultura ainda está viva, embora com menor representação, e que ainda concentra a sua produtividade em Arapiraca.

Com a decadência do fumo, os agricultores buscaram alternativas para obtenção e complemento de suas rendas. Muitos buscaram empregos alternativos nos centros urbanos, mas os que continuaram no campo terminaram por fortalecer outras culturas, entre elas a horticultura vem ganhando destaque nos últimos anos.

O recorte territorial que compõe os municípios produtores de hortaliças na região agreste passou a ser denominado de cinturão verde, isso porque a maior parte das hortaliças produzidas é folhosa, como a alface, o coentro, a cebolinha, o repolho, a couve, etc. Assim, com a valorização da horticultura, houve a implantação do APL Horticultura do Agreste para o desenvolvimento dessa produção.

A produção de hortaliças no Agreste é predominantemente desenvolvida por agricultores familiares e envolve a população de sete municípios: Arapiraca; Feira Grande; Junqueiro; Lagoa da Canoa; Limoeiro de Anadia; São Sebastião e Taquarana. Esse APL tem como objetivo apoiar e desenvolver o fortalecimento da horticultura, usando racionalmente os recursos produtivos, visando ampliar a comercialização, agregação de valor aos produtos e o

aumento no número de ocupação e renda dos pequenos produtores da região. A concentração da produção de hortaliças de Alagoas tem se fortalecido envolvendo cerca de 800 minifúndios destinados a esta cultura. Como a região é plana, o solo é fértil e os municípios possuem a estrutura adequada para o escoamento da produção, a horticultura do agreste possui condições propícias para a produção e comercialização de hortaliças. De forma que em Alagoas a região é responsável pela comercialização de 90% das folhosas, além de suprir parte do mercado pernambucano, sergipano e baiano (SEPLANDE).

Outro nicho de produção bastante significativo para o Território da Cidadania do Agreste é o da fruticultura. Dos dados divulgados pela SEPLANDE foram destaque: a produção do abacaxi, com 5.630.000 frutos produzidos, desse montante são mais representativos os municípios de Arapiraca (3.750.000 de frutos) e Coité do Noia (1.000.000 de frutos); a produção da banana, com 4.320 toneladas produzidas, sendo que só Palmeira dos Índios produziu 3.900 toneladas desse montante; e a produção da manga, com 2.079 toneladas produzidas, em que Palmeira dos Índios produziu 1.200 toneladas seguido por São Sebastião e Estrela de Alagoas, com 300 e 280 toneladas respectivamente.

Ainda no sentido de alavancar a produção de frutas na região, foi implantado o APL fruticultura do Agreste, cujo foco de atuação é a produção da pinha em três municípios alagoanos, quais sejam: Estrela de Alagoas, Igaci e Palmeira dos Índios. A região onde é realizada tem vocação natural para o cultivo desta fruta, em que se estima o cultivo como a principal fonte de renda de cerca de 1200 agricultores. O objetivo deste Arranjo é consolidar o cultivo da pinha na região do Agreste alagoano, através da agregação de valor, criação e conquista de novos mercados de forma a proporcionar o desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares.

Outro aspecto relevante é o quantitativo referente à produção pecuária no Território investigado. De acordo com os dados disponibilizados pela SEPLANDE, em 2013, a produção

pecuária que mais se destacou, em quantidade animais foi a de galinhas, com um total de 1.152.016 cabeças, sendo a maior parte dessa criação concentrada no município de Arapiraca, com 978.093 cabeças o que equivale a 85% do rebanho total. Em segundo lugar, esteve o rebanho bovino com 302.091 cabeças, sendo que a maior parte do quantitativo estava localizada em Palmeira dos Índios, com 41.756 cabeças. Este município é o que também possui o maior quantitativo de vacas ordenhadas, 6.200 cabeças do total de 41.523 espalhadas por todo o Território, essa informação é relevante e tem relação com a planta industrial de laticínios que este município mantém. A tabela 6(4) detalha o efetivo de rebanhos por tipo de animal e municípios.

Tabela 6(4): Efetivo de rebanhos no Território da Cidadania do Agreste

Municípios	Efetivo de animais (cabeças) - ano 2013						
	Bovinos	Caprinos	Equinos	Galinhas	Ovinos	Suínos	Vacas ordenhadas
Arapiraca	31131	3047	1890	978093	3565	21115	5869
Campo Grande	19260	86	410	1720	570	498	820
Coité do Nóia	8489	1627	678	9652	2368	1356	1157
Craíbas	17560	885	1084	8364	2369	2312	4162
Estrela de Alagoas	11236	638	640	7200	1850	1200	2860
Feira Grande	15780	562	536	18650	2145	1480	1865
Girau do Ponciano	34587	2256	1723	16221	4589	3342	4989
Igaci	18375	1350	1260	17000	2200	1316	3500
Junqueiro	9698	136	540	2187	548	479	384
Lagoa da Canoa	8254	836	525	19256	1126	1748	1225
Limoeiro de Anadia	12102	192	341	2604	362	400	468
Olho d'Água Grande	10100	300	415	3400	585	660	890
Palmeira dos Índios	41756	2200	2400	40000	4050	4140	6200
São Sebastião	19600	270	712	3900	1270	2803	895
Taquarana	10304	580	280	8500	800	1000	1910
Traipu	33859	1145	1635	15269	4623	3154	4329
Total	302091	16110	15069	1152016	33020	47003	41523

Fonte: SEPLANDE (2014)

Ante o exposto, verificamos que o Território da Cidadania do Agreste conta com uma produção agropecuária bastante diversificada que envolve todos os seus municípios em atividades produtivas diversas. Contudo, quanto à infraestrutura produtiva, praticamente só existem ligados às cadeias produtivas do fumo, do leite e da mandioca. Em relação a essa última, chama a atenção o grande número de casas de farinha paradas ou subutilizadas. E, no geral, é grande o número de investimentos em empreendimentos também subutilizados, como ocorreu com a tentativa de implantação da fecularia, do polo agroalimentar e do polo de móveis do Agreste, todos esses empreendimentos estão parados, por motivos diversos.

Por tudo até aqui descrito, podemos destacar que, excetuando-se Arapiraca e Palmeira dos Índios, a maioria dos municípios tem a sua economia consideravelmente baseada em: programas de transferência de renda (que é algo comum entre os municípios do nordeste); atividades agropecuárias, centradas na agricultura familiar e, em muitos casos, de subsistência; e a dependência do setor público como principal empregador no município, pela ausência ou pouca disponibilidade de empresas e indústrias em suas localidades.

Em Arapiraca e em Palmeira dos Índios encontra-se uma maior infraestrutura econômica e social e, devido a isso, esses municípios apresentam uma dinâmica de desenvolvimento bem mais diversificada do que a dos demais. Em comum entre eles há ainda um quarto APL. O APL Móveis do Agreste abrange os municípios de Arapiraca e Palmeira dos Índios e conta com cerca de 260 empreendimentos atendendo demandas do mercado de Alagoas, Pernambuco, Bahia e Sergipe. Este APL tem como objetivo estruturar o setor moveleiro na região, buscando desenvolver e conquistar novos mercados, além de melhorar a gestão empresarial, a qualidade dos processos e dos produtos, melhorando a renda dos empreendedores e aumentando a satisfação do cliente final (SEPLANDE). Há a tentativa de estruturação desse arranjo por meio da criação de um polo onde devem ficar concentrados

empreendimentos envolvidos com esta cadeia produtiva, contudo falta ainda uma verdadeira adesão dos empreendimentos locais para ocuparem o espaço já disponibilizado para este fim.

É certo que a economia local é também bastante favorecida pelos programas de transferência de renda. Este impacto é amplamente sentido pelo comércio local. No caso de Arapiraca este impacto é ainda maior, pois este município apresenta um centro comercial bastante diversificado, tem muitas opções de lazer, como as praças, o cinema, restaurantes e bares diversos, e ainda, é neste município que está localizado o primeiro shopping no interior do estado. Portanto, o município de Arapiraca atrai e retém parte da renda dos municípios circunvizinhos.

Retomando a perspectiva de Boisier (1997; 1999a; 1999b; 2005), podemos dizer que o Território tem buscado formas de ampliar e diversificar as bases da economia local, principalmente por meio de impulsos gerados nos municípios de Arapiraca e Palmeira dos Índios, onde se concentra uma variedade de atividades agropecuárias, comerciais e industriais. Contudo, podemos concluir que há ainda forte dependência de repasses financeiros, embora estes tenham sido apropriados pela economia local. Por outro lado, a agricultura familiar, que é um traço característico deste Território, tem tido suas cadeias produtivas estimuladas embora ainda demandem assistência técnica para a melhoria da qualidade de produção e para o escoamento do produto final. É certo que muito ainda precisa ser feito e no item seguinte serão abordadas as capacidades do Território para gerar os seus próprios impulsos e soluções.

4.1.3 Plano Científico e Tecnológico

De acordo com Boisier (1999a; 1999b; 2005), no plano Científico e Tecnológico podemos tratar da capacidade interna do Território para gerar seus próprios impulsos tecnológicos de transformação, capazes de provocar modificações qualitativas no próprio

sistema, podemos inserir aqui as Universidades, os centros de pesquisa, os polos de desenvolvimento, entre outros.

A ciência e tecnologia formam a base qualitativa para o desenvolvimento. A sua promoção compete tanto ao Estado, por meio de suas representações federal, estadual ou municipal, quanto ao capital privado. O primeiro costuma atuar através da política científica e tecnológica, capacitação e extensão via universidades e institutos, empresas mistas de incubação e pacto de cooperação; ao segundo cabe agir por meio da capacitação e dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento (ANDRADE, 2010).

Historicamente, a maior parte do investimento em C,T&I origina-se no Governo Federal, muito embora, nos últimos anos, os estados federados tenham aumentado a sua contrapartida. Neste sentido, cabe ressaltar que a existência de um sistema local de inovação é imprescindível para que as ações em C,T&I sejam bem sucedidas.

No Estado de Alagoas, a agenda da CT&I é formalmente conduzida pela Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e da Inovação (SECTI), que tem como competência e finalidade a formulação, coordenação e execução da política de desenvolvimento científico e transferência de tecnologia, de forma integrada e voltada para o desenvolvimento local. É esta secretaria que está à frente no Sistema Estadual de C,T&I.

A fim de caracterizar o plano científico e tecnológico do Território da Cidadania do Agreste de Alagoas, foram utilizadas, predominantemente, informações e diagnósticos disponíveis no Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação de Alagoas, pois a atuação das instituições pertencentes ao Sistema Estadual de C,T&I também repercute em municípios do Território investigado.

Um sistema de C,T&I é um conjunto de organizações institucionais e empresariais que, em dado território, interagem entre si e dependem recursos para a realização de atividades orientadas à geração, difusão e aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos que

proporcionem processos, bens e serviços inovadores. Deste modo, integram o Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação de Alagoas: o Conselho Estadual da Ciência, da Tecnologia e da Inovação – CECTI, órgão colegiado formulador e avaliador da Política Estadual de C,T&I; a Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e da Inovação – SECTI, responsável pela articulação, estruturação e gestão; a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL; a Agência de Fomento de Alagoas S.A. – DESENVOLVE; as secretarias municipais responsáveis pela área de C,T&I nos municípios; instituições de ensino superior, públicas e particulares; institutos de pesquisa; os parques, os polos tecnológicos e as incubadoras de empresas inovadoras; e outras instituições que apoiam a inovação em Alagoas (Lei 7.117, 2009).

Na composição do sistema estadual, cabe destacar o papel das instituições de ensino superior para o desenvolvimento das atividades de C,T&I, pois é no âmbito das universidades, principalmente as públicas, que se costuma realizar pesquisa no Brasil. Este aspecto ganhou maior impulso quando em meados dos anos 2000 as universidades e institutos federais voltaram a receber investimentos, especialmente motivado pela interiorização dos campi em todos os estados brasileiros. Com isso, ampliou-se a formação de graduados, mestres e doutores por todo o país e isso trouxe implicações para o desenvolvimento de C,T&I nos estados brasileiros.

Na constituição da pesquisa alagoana, cabe destacar a Universidade Federal de Alagoas, pelo potencial que representa no âmbito de uma política de C,T&I no estado. Além dos ativos típicos de uma universidade, que são seus cursos, laboratórios e grupos de pesquisa, a UFAL possui um programa de empreendedorismo com duas incubadoras de empresas. O objetivo é disseminar, estimular e apoiar o desenvolvimento da cultura empreendedora e inovadora na sociedade alagoana e, em particular, na própria comunidade acadêmica, que trabalha junto com seu Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT).

A Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) e a Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL) são ainda fortemente orientadas para a formação de professores ou de pessoal para atuação na área de saúde e demonstram ter pouca relação com outros ambientes. A vocação dessas entidades para atividades relacionadas à extensão tecnológica, tão carente em mesorregiões como o Agreste e o Sertão alagoanos, está em um nível ainda muito embrionário.

Outra instituição de ensino que deve ser destacada é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL), que dispõe de 11 campi distribuídos em todas as regiões do estado. Trata-se de um complexo de educação que engloba pesquisa, extensão e ensino desde a formação básica à pós-graduação. O IFAL dispõe de uma infraestrutura com estação experimental e laboratórios em atividade e vinculados a pesquisas em diversas áreas do conhecimento. Esta instituição também conta com um Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT).

Excetuando-se a UNCISAL (localizada em Maceió), as outras três instituições estão presentes, fisicamente, em municípios do Território da Cidadania do Agreste. Apesar da concentração das unidades de ensino em Arapiraca e Palmeira dos Índios, os municípios circunvizinhos são também beneficiados pelas ações dessas unidades em seu entorno. Juntas estas instituições ofertam licenciaturas, bacharelados e cursos técnicos em diferentes áreas do conhecimento, além de pós-graduações e, atualmente, um mestrado em agricultura e ambiente na UFAL Campus Arapiraca.

O Campus da UFAL em Arapiraca é composto pela sede do Campus (Arapiraca) e mais três Unidades Educacionais de Ensino (Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa). Em Arapiraca são ofertados 14 cursos, entre licenciaturas (Biologia, Educação Física, Física, Letras, Matemática, Pedagogia e Química) e bacharelados (Administração, Administração Pública, Agronomia, Arquitetura, Ciências da Computação, Enfermagem e Zootecnia). Ainda para este

ano está previsto o início do curso de medicina. Enquanto em Palmeira dos Índios são ofertados os cursos de Serviço Social e Psicologia.

O Campus I da Universidade Estadual de Alagoas está localizado em Arapiraca e concentra o maior número de cursos da instituição. São 11 cursos, entre bacharelados (Administração de Empresas, Ciências Contábeis e Direito) e Licenciaturas (Geografia, História, Letras Português e suas Respectivas Literaturas, Letras Inglês e suas Respectivas Literaturas, Letras Português/Francês e suas Respectivas Literaturas, Pedagogia, Matemática, Química e Ciências Biológicas). O Campus III fica em Palmeira dos Índios e oferta as mesmas licenciaturas do Campus Arapiraca, excetuando-se Português/Francês. Note-se que esta instituição tem como foco, quase exclusivamente, a formação de professores.

Quanto ao IFAL, cabe ressaltar que, apesar de ser uma instituição de ensino médio e técnico, também realiza pesquisa e extensão, atividades mais relacionadas ao ensino superior. O Campus Palmeira dos Índios iniciou suas atividades em 1993, com sede própria. Atualmente, oferta os cursos técnicos de nível médio, na forma integrada, em Edificações, Eletrotécnica e Informática. Nas formas subsequente e concomitante, o Campus oferece os cursos de Eletrotécnica, Redes de Computadores e Segurança do Trabalho. O campus oferta, ainda, cursos superiores de tecnologia em Sistemas Elétricos e em Construção de Edifícios, além de um bacharelado em Engenharia Civil. À distância, oferta o curso técnico subsequente em Infraestrutura Escolar, licenciaturas em Ciências Biológicas e em Letras/Português, bem como o bacharelado em Administração Pública. O Campus Palmeira dos Índios oferta também curso de pós-graduação em Gestão Municipal.

O Campus Arapiraca, bem mais recente, iniciou suas atividades no segundo semestre de 2010, funcionando provisoriamente em uma escola municipal. Atualmente, oferece os cursos médios integrados de Informática e Eletroeletrônica, além de pós-graduação em Linguagem e Práticas Sociais, com foco na área de serviços e tecnologia. Na modalidade à distância, a

unidade oferta cursos de ensino médio subsequente de Secretaria Escolar e Infraestrutura Escolar, além de licenciatura em Ciências Biológicas e Letras/Português, e do curso superior de tecnologia em Hotelaria.

Portanto, podemos afirmar que são essas as instituições, também pertencentes ao Sistema Estadual de C,T&I, diretamente relacionadas com a produção do conhecimento no Território da Cidadania do Agreste. Há também nesses municípios a disponibilidade de faculdades e universidades particulares com cursos nas modalidades presencial, semipresencial e à distância, em diferentes áreas do conhecimento.

Como já evidenciado, o Sistema Estadual de C,T&I de Alagoas reúne um conjunto variado de instituições, com representações em alguns municípios. Contudo, a atuação delas tem se dado de forma isolada ou com restrito nível de relacionamento o que indica que há pouca interação formal entre as instituições envolvidas. Este cenário requer a atenção mais cuidadosa da SECTI, que deve desempenhar um posicionamento mais estratégico e direcionar a ampliação das ações de C,T&I de forma coordenada entre as instituições envolvidas.

A ampliação da infraestrutura de C,T&I no estado de Alagoas requer, primeiramente, alinhamento com as estratégias estaduais de desenvolvimento de modo que os investimentos possam efetivamente apoiar a geração e difusão de conhecimento, prestar serviços tecnológicos (principalmente para as atividades da economia popular, como os APLs) e preparar mão de obra para atuação no mercado local. Com relação a este último, existem atores importantes que podem colaborar nessa direção. Além da UFAL, UNEAL e IFAL, há os Serviços Nacionais de Aprendizagem, que atuam na formação de mão de obra para setores da economia específicos: o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), com a oferta de cursos para as atividades da agropecuária; o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), com cursos de formação na área da indústria e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), que oferta cursos para a formação de profissionais para a área de comércio e serviços.

Do ponto de vista da C,T&I, os APLs vêm demandando algumas ações voltadas para a capacitação de mão de obra e aprendizado, assistência técnica e aquisição de equipamentos. É preciso que haja uma aproximação entre as universidades e centros de pesquisa com essas organizações produtivas locais, para que o conhecimento produzido nos entremuros das universidades possa ser apropriado pela sociedade local. Afinal, como afirmou Buarque (2006, apud ANDRADE, 2010), os atores sociais precisam ampliar o domínio do conhecimento e da informação para que tenham a capacidade de inovar e responder aos desafios do desenvolvimento.

Diante do potencial de inovação no desenvolvimento das cadeias produtivas locais, foi estabelecido no Plano Estadual de C,T&I a criação do Parque Tecnológico Social de Alagoas, com o objetivo de estabelecer uma fundação para o desenvolvimento dos polos tecnológicos proporcionando a integração das diversas iniciativas em implantação em Alagoas. Em decorrência disso, foi estabelecida a criação do polo tecnológico agroalimentar de Batalha, do polo tecnológico da informação, comunicação e serviços em Maceió e do polo tecnológico agroalimentar de Arapiraca. Este último tem impactos diretos nas cadeias produtivas do Território da Cidadania do Agreste.

A criação do Polo Tecnológico Agroalimentar de Arapiraca objetiva desenvolver e transferir tecnologia para o setor produtivo alimentar, especialmente aos seguimentos da mandiocultura e hortifruticultura, contribuindo para a sustentabilidade socioeconômica do agreste alagoano. Além disso, pretende prover uma infraestrutura laboratorial para o desenvolvimento de produtos derivados, análise de qualidade e certificação desses produtos.

Deste modo, a estrutura do polo contará com núcleos de certificação e de processamento de alimentos, laboratórios de físico-química, de Bromatologia, cozinha semi-industrial e uma unidade de processamento da mandioca. Com essa estrutura, serão fortalecidos os Arranjos Produtivos Locais (APLs) da mandioca do agreste, da horticultura do agreste e da fruticultura

do agreste, e com o apoio tecnológico e incentivo à inovação essas cadeias se tornarão mais competitivas. Enquanto essa estruturação do Polo não se concretiza, os atores das cadeias produtivas envolvidas vêm se apropriando do espaço, inaugurado no final de 2014, para a realização de reuniões entre eles.

Deste modo, observamos que a política de C,T&I está alinhada às cadeias produtivas identificadas para a região. Embora tenhamos verificado em Arapiraca e Palmeira dos Índios uma considerável variedade de atividades de comércio, indústria e serviços, é na agricultura familiar que está a base desses municípios. Portanto, a instalação do Polo Tecnológico Agroalimentar em Arapiraca representa um marco para as cadeias produtivas da região.

Com a redução da importância do fumo no Agreste, buscar maneiras mais efetivas e sustentáveis para as novas produções pode ocasionar resultados significativos para a agricultura familiar que é praticada no Território. Afinal, a modernização tecnológica está diretamente relacionada com o aumento da produtividade e acompanha a dinamização da economia e o aumento dos excedentes econômicos (BUARQUE, 2006 apud ANDRADE, 2010).

Neste cenário, em que se reconhece o potencial e a necessidade de inovação das cadeias produtivas locais, outra instituição que se mostra relevante é o Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas (EMATER/AL). O EMATER é uma autarquia pública, ligada à Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Agrário (SEAGRI), criada, em 2011, com o objetivo de realizar pesquisa agropecuária, prestar assistência técnica, geração e adaptação de tecnologias por meio de metodologias educativas e participativas, contribuindo para a promoção do desenvolvimento rural sustentável em Alagoas (PAT/EMATER, 2014).

Devido ao histórico de desestruturação das ações de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) em todo o Brasil, em Alagoas essas se davam de forma descoordenada em setores específicos no âmbito da SEAGRI. Quando da instalação do EMATER, durante o ano

de 2012, várias ações simultâneas foram necessárias: a efetivação formal do seu orçamento; os pactos de transferência e apropriação de programas e projetos em andamento, executados pela SEAGRI; a estruturação do seu quadro funcional, inicialmente com servidores voluntários da própria SEAGRI e de outras instituições públicas estaduais; entre outras de igual importância para a instalação e funcionamento com mínimas condições legais e estruturais.

Para a realização de ações em todo o estado, o EMATER atua por meio das Gerências Regionais, sediadas em um município polo e com atuação nos municípios circunvizinhos. Ao todo são 8 Gerências Regionais, localizadas e distribuídas conforme apresenta o quadro 4(4). Note-se que os municípios pertencentes ao Território da Cidadania do Agreste são atendidos pelas Gerências: Agreste I, Agreste II e Baixo São Francisco.

Quadro 4(4): Gerências Regionais do EMATER/AL

Gerência Regional	Municípios
Agreste I	Arapiraca, Craíbas, Campo Grande, Coité do Nória, Feira Grande, Girau do Ponciano, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia, Olho D'Água Grande, Taquarana, Traipu.
Agreste II	Palmeira dos Índios, Anadia, Belém, Chã Preta, Estrela de Alagoas, Igaci, Mar Vermelho, Minador do Negrão, Maribondo, Paulo Jacinto, Pindoba, Quebrangulo, Tanque D'Arca, Viçosa, Cajueiro, Boca da Mata, Campo Alegre, Capela.
Baixo São Francisco	Penedo, Coruripe, Feliz Deserto, Igreja Nova, Jequiá da Praia, Junqueiro, Porto Real do Colégio, Piaçabuçu, São Sebastião, Teotônio Vilela e São Brás.
Litoral Norte	São Luis do Quitunde, Barra de Sto. Antônio, Campestre, Jacuípe, Japaratinga, Jundiá, Matriz de Camaragibe, Maragogi, Porto de Pedras, Porto Calvo, São Miguel dos Milagres, Passo de Camaragibe, Maceió, Atalaia, Barra de São Miguel, Coqueiro Seco, Marechal Deodoro, Messias, Pilar, Paripueira, Rio Largo, Roteiro, Santa Luzia do Norte, Satuba, São Miguel dos Campos.
Zumbi dos Palmares	União dos Palmares, Branquinha, Colônia Leopoldina, Flexeiras, Ibataguara, Joaquim Gomes, Murici, Novo Lino, Santana do Mundaú, São José da Laje.
Bacia Leiteira	Batalha, Belo Monte, Cacimbinhas, Jaramataia, Jacaré dos Homens, Monteirópolis, Major Isidoro, Pão de Açúcar, Palestina, Olho D'Água das Flores.
Alto Sertão	Delmiro Gouveia, Água Branca, Canapi, Inhapi, Mata Grande, Olho D'Água do Casado, Pariconha, Piranhas.
Médio Sertão	Santana do Ipanema, Carneiros, Dois Riachos, Maravilha, Ouro Branco, Olivença, Poço das Trincheiras, Senador Rui Palmeira, São José da Tapera.

Fonte: <http://www.emater.al.gov.br>

Contudo, nos dias de hoje, o EMATER ainda não conta com a devida estrutura e não tem um quadro efetivo de funcionários, pelo contrário, vem perdendo pessoal devido a aposentadorias e rotatividade elevada entre bolsistas, que são contratados por temporada. A tabela 7(4) apresenta o quadro funcional da EMATER no final de 2014.

Tabela 7(4): Quadro demonstrativo da força de trabalho da EMATER – AL

Descrição	Quantidade	%
Servidores efetivos	0	0%
Servidores cedidos de outros órgãos públicos estaduais	124	44%
Pessoal em cargo de comissão	42	15%
Pessoal em contrato temporário/bolsista (*)	67	24%
Pessoal em regime de cooperação técnica/prefeituras (**)	45	16%
Estagiários	6	2%
Total	284	100%

Fonte: PAT/EMATER, 2014

(*) O pessoal em contrato temporário/bolsista, encontra-se lotado em ações específicas, como chamadas públicas de ATER, convênios, etc.

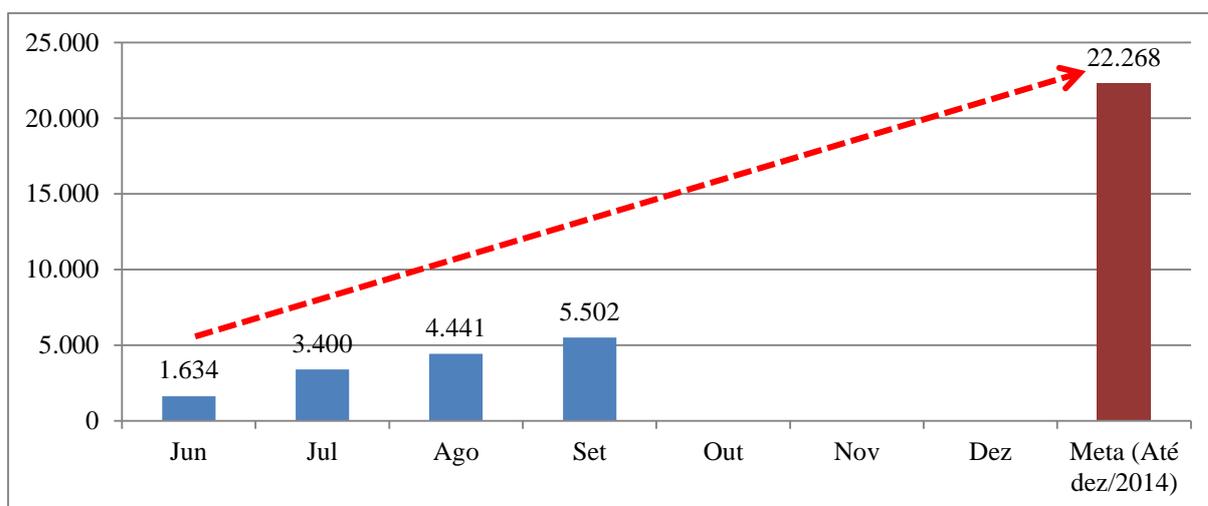
(**) Pessoal cedido pelas prefeituras, executam serviços de apoio as atividades nos escritórios municipais de ATER.

Ressalte-se que o que está exposto na tabela reflete a realidade da instituição no final de 2014. Quando da realização desta pesquisa a situação era ainda mais crítica porque muitos dos técnicos mais antigos já haviam se aposentado e todos os bolsistas estavam suspensos, aguardando nova chamada, prevista para setembro ou outubro. Ou seja, o número efetivo de pessoas trabalhando no EMATER hoje é muito reduzido e não atende as demandas da agricultura familiar, por falta de quantitativo de técnicos para a realização das ações, e esta é uma preocupação dos técnicos da instituição.

A gente tem feito... tem trabalhado no sentido de garantir que a EMATER seja uma entidade eficiente. Nós temos essa dificuldade e pra isso precisamos de concurso público e estamos trabalhando fortemente com a exigência de que haja o concurso público. Do contrário esse serviço tende a desaparecer, enquanto entidade oficial né. O que seria um prejuízo enorme para os agricultores familiares e as suas famílias (Entrevista com R.T.4).

Esta situação impediu a plena execução do Plano Anual de Trabalho (PAT) da EMATER para o ano de 2014, o que pode ser evidenciado pelo número de agricultores atendidos em detrimento do que estava previsto até o final do ano, conforme demonstra a figura 10(4).

Figura 10(4): Agricultores familiares cadastrados



Fonte: Relatório mensal EMATER – set/2014

A figura 10(4) apresenta o número de agricultores familiares cadastrados e assistidos pelo EMATER até setembro de 2014. Note-se que, a menos de três meses para o término do ano, que foi o período estabelecido para o alcance da meta, somente 25% da meta prevista havia se cumprido. Esse resultado é consequência da carência de um contingente humano em um quantitativo bem maior do que o atual, como ressaltado anteriormente. Desse modo, a realidade atual não permite a realização das visitas e o acompanhamento efetivo dos agricultores na região. Este quadro é preocupante, pois a assistência técnica e a extensão rural são serviços de importância fundamental no processo de desenvolvimento rural e da atividade agropecuária.

A sociedade precisa entender a importância do serviço público de pesquisa e extensão rural. Isso é um problema...a dificuldade de entender isso e de externar nas reuniões que faz com as autoridades, o governador ou secretário.

Como ela (sociedade) tem essa dificuldade, esse serviço começou a piorar. Porque a pessoa sabe que ele é importante, mas ela não faz nenhum encaminhamento no sentido de dizer que não quer esse serviço como está posto hoje, trabalhando com baixa eficácia né. Esse é um problema. E.. esse problema se reflete no bem estar da família do homem do campo. [...] (Entrevista com R.T.4).

No trecho acima, o técnico da EMATER atribui ao agricultor familiar, e à sociedade como um todo, a responsabilidade de reivindicar a prestação desse serviço, que é público, ao governo do estado. O primeiro passo seria a formação de quadro de funcionários qualificados e em número suficiente para atender às demandas da população. Além disso, como ressaltado anteriormente, a própria Universidade tem formado profissionais em áreas correlatas com a assistência técnica e extensão rural e esse seria um campo de atuação para esses formandos que estão saindo da faculdade com o conhecimento lá adquirido e que pode contribuir para o desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias que ajudem ao homem do campo.

O crucial é entender o potencial que esta instituição tem e transformar o EMATER em uma instituição multiplicadora de conhecimento. Além disso, ela deve estar verdadeiramente inserida em um sistema cooperado de oferta de conhecimentos e tecnologias em parceria com outros atores representativos para a C,T&I em Alagoas.

Portanto, ao analisarmos o Plano Científico e Tecnológico em que se insere o Território da Cidadania do Agreste de Alagoas, observamos que existe um sistema local de inovação, existe um conjunto variado de instituições atuando para a produção do conhecimento e novas tecnologias. Contudo, muito do que se produz está e permanece nas instituições de ensino e não se reproduz na sociedade. Diante disto, o que falta é articular de maneira criativa e cooperada as ações desse sistema, traçando uma linha de atuação estratégica e alinhada às demandas do desenvolvimento local.

4.1.4 Plano Cultural

No plano cultural, podemos tratar da capacidade local de dinamizar uma matriz geradora da identidade territorial. O que passaria pela recuperação da cultura local e de sua reconstrução a partir do projeto coletivo de desenvolvimento (BOISIER, 2005). Afinal, o desenvolvimento endógeno leva em conta as características locais, seja fortalecendo, descobrindo ou fomentando.

Nos planos anteriormente descritos, observamos que o Território da Cidadania do Agreste apresenta algumas limitações. No geral, existem as capacidades, as organizações, os atores, mas falta a associação articulada entre esses elementos. Falta a sinergia necessária para a construção de um projeto coletivo de desenvolvimento condizente com as demandas locais. Neste sentido, buscar uma matriz geradora dessa identidade coletiva, neste plano, pode ampliar as possibilidades de dinamizar o plano político e alinhar a sua dinamização ao plano econômico e ao científico e tecnológico.

Para compreender a dinâmica do desenvolvimento territorial é necessária a compreensão do Território. A delimitação deste local não deve focalizar os limites geográficos, mas as características e densidade relacional, nos aspectos da atividade econômica, cultural, política e outras. É certo que cada município apresenta uma história, cultura e modos de vida diferentes. No entanto, quando da constituição do Território da Cidadania do Agreste, os municípios foram agrupados neste conjunto por possuírem características similares. Deste modo, apesar da diversidade cultural presente em cada município constituinte, importa aqui a capacidade da cultura do lugar para produzir autorreferência, ou seja, identificação da sociedade com seu próprio território (BOISIER, 1996).

Portanto, partimos da compreensão de que os 16 municípios que compõem o Território da Cidadania do Agreste mantêm atividades e/ou interesses comuns a todos eles, que garantem a unidade necessária para a atuação conjunta em busca dos interesses do território. O

compartilhamento destas atividades e/ou interesses faz do território uma realidade particular, devendo os atores cooperar para o fortalecimento das potencialidades do lugar e para a promoção do desenvolvimento a partir de uma perspectiva endógena.

A partir das descrições dos planos anteriores, em que observamos constantemente a presença de organizações, empreendimentos e iniciativas ligados à produção agrícola, e conforme estabelecido no documento do PTDRS, a matriz da identidade cultural do Território da Cidadania do Agreste está fundamentada, principalmente, na agricultura familiar.

Desde o surgimento dos primeiros povoados, as atividades ligadas à agricultura e à pecuária estiveram presentes e impulsionaram o desenvolvimento dessas localidades. Por isso, a identidade territorial está caracterizada por sua história; pela mesma região fisiográfica; pela estrutura minifundiária predominante nos municípios; pela economia baseada na agricultura de subsistência e de mercado e também na pecuária (PTDRS, 2011). Conforme indicado no plano econômico, há uma ampla variedade de atividades agropecuárias na região, indo desde a produção da mandioca até um significativo rebanho de aves e bovinos, distribuídos entre as pequenas propriedades existentes em toda a região.

No que tange à cultura do fumo, é preciso ressaltar que esta foi a grande mola propulsora do desenvolvimento de todo o Agreste, embora a sua produção tenha se concentrado no município de Arapiraca. Foi devido à notoriedade que ganhou a partir dessa cultura que Arapiraca ficou conhecida como a capital alagoana do fumo, quando esta era uma das maiores produtoras de tabaco do país.

A história da cultura do fumo é bastante significativa para a formação da identidade do Território da Cidadania do Agreste, pois esta produção movimentou a economia de todo o entorno do município de Arapiraca e foi o que contribuiu para a consagração deste município enquanto cidade-polo. Apesar da redução significativa da produtividade desta cultura, nos

últimos anos, é preciso ressaltar o seu papel enquanto articuladora entre os municípios da região agreste de Alagoas, e conseqüentemente para a unidade do Território da Cidadania do Agreste.

O que observamos hoje, com a nova conjuntura pós-decadência do fumo, é a expansão de outras atividades agrícolas com as quais o Território se identifica. Assim, nos últimos anos foi notória a expansão da horticultura que originou o chamado “Cinturão Verde” (como ficou conhecida a área de plantio das hortaliças na região do Agreste), que é responsável por mais de 90% do abastecimento de hortaliças em todo o estado de Alagoas. Neste novo cenário, Arapiraca continua sendo representativa, uma vez que responde por mais de 80% dessa produção.

Conforme indicado pelos técnicos do EMATER, não é possível falar em uma substituição da cultura do fumo pela horticultura tendo em vista que o primeiro continua a ser produzido e que o segundo não apresenta rentabilidade semelhante. Ainda assim, essa foi uma das alternativas encontradas pelos próprios agricultores para superar o problema da decadência do fumo e continuar produzindo na região.

Neste sentido, também observamos uma vasta diversidade de produtos agrícolas representativos para a economia local. De modo que não temos hoje uma identidade fundamentada em uma monocultura, como na época em que prevaleceu a cultura do fumo, mas observamos a manutenção do aspecto relativo à própria produção, que é fundamentalmente baseada na agricultura familiar, esta característica é o que se mantém até os dias de hoje. Outro fator que reafirma a identidade territorial é a presença de cadeias produtivas bem delimitadas, que articulam e movimentam um elevado número de agricultores em toda a região em atividades produtivas específicas.

A questão fundamental é que, embora tenhamos verificado em Arapiraca e Palmeira dos Índios uma considerável variedade de atividades de comércio, indústria e serviços, está na agricultura familiar a base de todos os municípios. Essa é a matriz que os envolve para agir

segundo um projeto de desenvolvimento coletivo. Afinal, o desenvolvimento do Território deve estar associado ao perfil e à estrutura do sistema produtivo local (AMARAL, 2001).

Por tudo isso, as articulações entre território, identidade, cultura e mercado permitem a interpretação de um espaço permeado por uma identidade construída socialmente, formando laços de proximidade e interdependência (ANDRADE, 2010). A conexão entre os produtos locais e a cultura local, agregando valores intangíveis, tais como tipicidade, singularidade e identidade territorial, é algo extremamente relevante.

Neste sentido, a matriz da identidade territorial deve fundamentar um projeto coletivo de desenvolvimento, que se articula dentro de um território, por isso denomina-se endógeno, através da organização da sociedade local para o desenvolvimento das potencialidades do território. Afinal, na medida em que se reconhece a identidade territorial, torna-se possível estabelecer parâmetros mais precisos para a atuação nos demais planos da endogeneidade e se reconhecer as verdadeiras demandas que emanam do Território.

4.1.5 Apresentação do Panorama Geral

A partir da análise das categorias enunciadas por Boisier (1999a; 1999b; 2005), foi possível traçar um cenário para a compreensão da dinâmica de desenvolvimento no Território da Cidadania do Agreste de Alagoas. O qual pode ser sintetizado como apresenta a figura 11(4).

Ao observarmos a figura 11(4), constatamos que existem algumas fragilidades nos quatro planos do desenvolvimento endógeno. No plano político, é evidente que o território possui uma capacidade organizativa, afinal são 16 governos municipais e um conjunto variado de organizações representativas da sociedade civil organizada. Contudo, o cenário atual demonstra que poucas prefeituras são atuantes nas ações para o Território e o fórum, que constitui o espaço para discussão dos rumos do desenvolvimento local, está fragilizado em decorrência de fatores externos ao Território. Ou seja, apesar do potencial organizativo, as instituições não estão

fortemente articuladas, faltam coesão e sinergia entre as organizações locais, que ainda não possuem autonomia e não priorizam os interesses do Território em detrimento dos seus interesses particulares, o que ocasionou a descontinuidade de ações quando retirado o aporte financeiro do Governo Federal.

Figura 11(4): Planos do Desenvolvimento Endógeno

<p>Plano Político:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 16 governos municipais; - Um conjunto variado de organizações representativas da sociedade civil organizada; - Capacidade organizativa fragilizada; - Poucas prefeituras são atuantes e as organizações atuam de forma desarticulada. 	<p>Plano Econômico:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Arranjos Produtivos bem definidos: APL Mandioca, APL Horticultura, APL Fruticultura e APL Móveis; - Representatividade do Bolsa Família; - Polos do Território: Arapiraca e Palmeira dos Índios; - Representatividade da agricultura familiar.
<p>Plano Científico e Tecnológico:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sistema Local de Inovação: SECTI; Universidades; Institutos; EMATER; etc.; - Plano Estadual de C,T&I; - Polo tecnológico Agroalimentar do Agreste (incremento e inovação para os APLs); - Há um conjunto de instituições que pode contribuir para a produção do conhecimento e de novas tecnologias. 	<p>Plano Cultural:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A matriz geradora da identidade territorial está na agricultura familiar; - Apesar da divergência de interesses entre os municípios, o que os une enquanto território é a proximidade das atividades agropecuárias. Daí os arranjos resultantes e as ações em prol de desenvolvê-los.

Fonte: Dados da pesquisa de campo

No plano econômico, é possível destacar a existência de cadeias produtivas bem definidas e que envolvem todos os municípios do Território em pelo menos um desses arranjos. Verificou-se a presença de atividades econômicas dos setores da indústria, comércio e serviços, principalmente em Arapiraca e Palmeira dos Índios e é importante ressaltar o impacto dos recursos provenientes do Bolsa Família para fazer girar a economia desses municípios. De todo modo, é importante destacar que as cadeias produtivas da região estão concentradas em atividades da agricultura, reforçando a tese de que o Território, enquanto coletivo, se articula através dessa atividade econômica.

No plano científico e tecnológico, é preciso destacar a existência de um Sistema Local de Inovação, que é imprescindível para a formulação de estratégias para o fortalecimento deste

seguimento. Embora esse sistema se organize no nível estadual, através da Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e da Inovação (Secti), no Território existem instituições que participam desse sistema e que, portanto, têm o potencial, e o dever, de pensar soluções condizentes com a realidade do Território da Cidadania do Agreste. Sendo assim, apesar das fragilidades e atuação desarticulada, neste plano existe um conjunto de instituições que pode contribuir para a produção do conhecimento e de novas tecnologias que possibilitem o incremento e inovação para as cadeias produtivas locais e que beneficiem, principalmente, ao homem do campo.

Por sua vez, no plano cultural, identificamos que a matriz geradora da identidade territorial está na agricultura familiar. Essa constatação ficou evidente na descrição dos planos anteriores em que visualizamos diferentes arranjos e iniciativas possibilitados através de cadeias produtivas ligadas à agricultura. Apesar de divergências de interesses entre os municípios, o que os une enquanto Território é a organização das atividades agrícolas, é por meio dessas atividades que os arranjos produtivos locais foram criados e que outras iniciativas, no campo político e da ciência e tecnologia, foram desenvolvidas para o fortalecimento das capacidades do Território.

Portanto, esse é o panorama que possibilita a compreensão de uma possível dinâmica de desenvolvimento do Território da Cidadania do Agreste de Alagoas. Embora estejam ressaltadas muitas fragilidades em todos os planos do desenvolvimento endógeno, esse panorama nos fornece uma visão geral e ampla do que é preciso trabalhar considerando esta localidade. De modo que, ter um retrato real e aproximado deste contexto, nos permite vislumbrar quais são as necessidades e prioridades deste recorte territorial, o que torna possível avaliar o impacto de políticas públicas executadas por agentes locais, embora originárias de outras instâncias do governo, de modo a verificar a sua efetividade e adequação às demandas

apresentadas por este recorte, é isso que se pretende fazer ao analisar a execução do objeto desde estudo no Território da Cidadania do Agreste de Alagoas.

4.2 O Panorama da Oferta de Cursos do Pronatec no Território da Cidadania do Agreste de Alagoas

Neste estudo se buscou analisar a adequação da oferta de cursos do Pronatec à dinâmica de desenvolvimento no Território da Cidadania do Agreste de Alagoas. Por isso, o item anterior cuidou de descrever os aspectos da dinâmica de desenvolvimento territorial a partir dos planos político, econômico, científico e tecnológico e cultural de que tratou Boisier (1999a, 1999b). De tal modo que este item apresentará um panorama da oferta de cursos do Pronatec no Território investigado ao longo dos anos de 2012 a 2014.

Como se sabe, o Estado, através do poder executivo, operacionaliza as políticas públicas, exercendo essa atividade por meio de suas instituições e atores políticos. Entretanto, não apenas atores governamentais interferem na política pública, mas um conjunto diversificado de atores busca influenciar sua implementação. Alguns deles têm competência institucional para isso, outros fazem parte de grupos sociais interessados nos resultados da política. Desse modo, embora ao poder executivo caiba a operacionalização das políticas públicas, esse não a faz isoladamente. Eles interagem cotidianamente com os atores no interior do próprio poder executivo, com os atores de outros poderes, ou com organizações externas ao poder público.

Como já referenciado, o Pronatec é um programa do governo federal cujo foco tem sido a oferta de cursos rápidos para qualificação profissional em “larga escala” e cuja implementação se dá de forma cooperativa com os demais entes federados – estados e municípios – e em colaboração com organizações privadas e paraestatais (sistema S) (BRASIL, 2011). Desse

modo, o conjunto de instituições ofertantes e demandantes variará conforme as disponibilidades e necessidades locais.

Conforme evidenciado nos planos anteriormente descritos, o Território da Cidadania do Agreste possui uma malha de organizações envolvidas com a dinâmica de desenvolvimento local. Assim, para a definição dos cursos a serem ofertados deveriam participar as 16 prefeituras municipais, através de secretarias específicas, bem como as instituições identificadas como responsáveis pela qualificação profissional de estudantes e trabalhadores residentes no Território. A atuação conjunta desses atores envolvidos definirá os rumos do desenvolvimento local, afinal, a depender da realidade analisada e de sua dinâmica de desenvolvimento, as demandas por mão de obra qualificada são bem específicas.

Uma vez que o conjunto de ofertantes envolve as universidades públicas e privadas, os institutos federais, a rede estadual de ensino e o sistema S, no Território da Cidadania do Agreste foram constatadas como instituições ofertantes: o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); o Instituto Federal de Alagoas (IFAL); e a Escola Estadual Professor Pedro de França Reis, pertencente à rede estadual de ensino.

Na composição do conjunto de demandantes estão previstas as representações locais dos diferentes Ministérios, através das secretarias municipais e órgãos correlatos. Neste sentido, no Território da Cidadania do Agreste costumam exercer o papel de demandantes as secretarias municipais: de assistência social; de educação; de indústria, comércio e serviços; de turismo; entre outras. Deste modo, a definição da oferta de cursos dependerá do acordo entre os demandantes e ofertantes envolvidos e da definição do público privilegiado.

Ante o exposto, o texto que se segue está organizado de modo a apresentar a oferta de cursos do Pronatec por instituição ofertante ao longo dos anos de 2012 a 2014. Esta apresentação permitirá visualizar quais cursos foram ofertados, que eixos tecnológicos foram

privilegiados e inferir para quais setores da economia local se destinam a mão-de-obra que tem sido formada pela oferta desses cursos na região. O último item cuida de fazer o cruzamento desses dados e apresentar o panorama da oferta de cursos no Território.

4.2.1 Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) foi criado em 1946 com o intuito de oferecer educação profissional para os trabalhadores do setor comercial. Vinculada à Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), a entidade possui uma administração nacional e administrações regionais nos estados brasileiros. Em Alagoas, o SENAC iniciou suas atividades no final do ano de 1947, mas só obteve autonomia em meados de 1948. O SENAC Alagoas possui na capital as unidades Poço, Centenário e Farol e atua no interior do estado por meio das Unidades Móveis (Carretas) e da Unidade Arapiraca, que atende as cidades do Agreste e Sertão Alagoano (SENAC, s/d).

A Unidade Arapiraca oferta cursos do Pronatec desde o início de 2012. Embora a sua atuação esteja concentrada no município de Arapiraca, ela se estende aos municípios de Palmeira dos Índios, São Sebastião, Junqueiro, entre outros. A sua oferta no Pronatec se restringe aos cursos da modalidade de Formação Inicial e Continuada (FIC) e possuem carga horária total entre 160 a 300 horas (entrevista com R.I.O.3). Em seu portfólio original, a instituição oferta somente o curso técnico em segurança do trabalho, mas é um curso recente na instituição e que não foi ofertado no âmbito do Pronatec.

A partir da análise documental dos relatórios dos cursos disponibilizados pela instituição, constatou-se a oferta de 51 turmas em 2012, que foram distribuídas segundo 13 tipos de cursos e vinculadas a 4 eixos tecnológicos. Em 2013, foram ofertadas 130 turmas, distribuídas segundo 22 tipos de cursos e 6 eixos tecnológicos. Já em 2014, o SENAC ofertou 61 turmas, distribuídas entre 18 tipos de cursos e entre 6 eixos tecnológicos. A tabela 8(4)

apresenta o detalhamento da oferta de cursos do Pronatec pelo SENAC no Território da Cidadania do Agreste de Alagoas.

Tabela 8(4): Detalhamento da oferta de cursos do SENAC

Eixo Tecnológico	Curso	Turmas ofertadas		
		2012	2013	2014
Ambiente e Saúde	Balconista de farmácia	6	6	0
Ambiente e Saúde	Cabeleireiro Assistente	0	3	0
Ambiente e Saúde	Depilador	0	0	1
Ambiente e Saúde	Manicure e Pedicure	0	5	4
Ambiente e Saúde	Maquiador	0	2	3
Gestão e Negócios	Almoxarife	2	2	1
Gestão e Negócios	Aux. Administrativo	5	19	14
Gestão e Negócios	Aux. De Operações em logística	5	0	0
Gestão e Negócios	Aux. De pessoal	1	4	1
Gestão e Negócios	Aux. De recursos humanos	3	11	8
Gestão e Negócios	Comprador	0	2	1
Gestão e Negócios	Op. De telemarketing	2	2	0
Gestão e Negócios	Operador de caixa	8	10	2
Gestão e Negócios	Operador de supermercados	7	8	3
Gestão e Negócios	Promotor de vendas	4	8	4
Gestão e Negócios	Recepcionista	0	6	0
Gestão e Negócios	Vendedor	4	9	3
Informação e Comunicação	Operador de Computador	0	14	6
Infraestrutura	Frentista	1	6	3
Produção Alimentícia	Confeiteiro	0	0	1
Produção Alimentícia	Masseiro	0	0	2
Produção Alimentícia	Padeiro	0	1	0
Turismo, Hospitalidade e Lazer	Camareira em Meios de Hospedagem	0	2	0
Turismo, Hospitalidade e Lazer	Garçom	0	1	0
Turismo, Hospitalidade e Lazer	Recepcionista de eventos	3	8	0
Turismo, Hospitalidade e Lazer	Recepcionista em Meios de Hospedagem	0	0	2
Turismo, Hospitalidade e Lazer	Salgadeiro	0	1	2
Total de turmas ofertadas		61	130	51

Fonte: Relatórios dos cursos disponibilizados pela instituição

Conforme apresentado na tabela 8(4), em 2012 o SENAC ofertou 51 turmas do Pronatec para o Território da Cidadania do Agreste de Alagoas. Na composição desta oferta, observamos que os cursos foram distribuídos em quatro eixos tecnológicos. Contudo, o eixo gestão e

negócios foi o que mais se destacou em quantidade de turmas e diversidade de cursos. Afinal, foram 41 turmas ofertadas segundo 10 tipos de cursos, o que corresponde a 80% da oferta total de cursos. Note-se que os cursos com maior oferta foram: operador de caixa, com 8 turmas; operador de supermercados, com 7 turmas; auxiliar administrativo e auxiliar de operações logísticas, com 5 turmas para cada curso. No eixo ambiente e saúde foram ofertadas 6 turmas de balconista de farmácia, o que equivale a 12% da oferta total. O eixo turismo, hospitalidade e lazer ofertou 3 turmas de recepcionista de eventos, enquanto o eixo de infraestrutura ofertou apenas uma turma do curso de frentista.

Em 2013, o SENAC mais que dobrou a sua oferta de cursos e disponibilizou 130 turmas, das quais 62% pertenciam ao eixo de gestão e negócios. Este eixo mais uma vez se mostrou predominante, ofertando 81 turmas distribuídas em 11 diferentes cursos. Neste ano, houve a predominância do curso de auxiliar administrativo que ofertou 19 turmas, o que indica um crescimento de mais de 300% em relação à oferta deste curso no ano anterior. No mesmo eixo, apresentaram valores significativos os cursos de auxiliar de recursos humanos, operador de caixa e vendedor com 11, 10 e 9 turmas ofertadas respectivamente. Em relação ao ano anterior, se mantiveram quase todos os cursos e apresentaram aumento significativo. Além disso, é preciso ressaltar a inserção do eixo informação e comunicação, com a oferta do curso de operador de computador, com 14 turmas, o que equivale a 11% da oferta total.

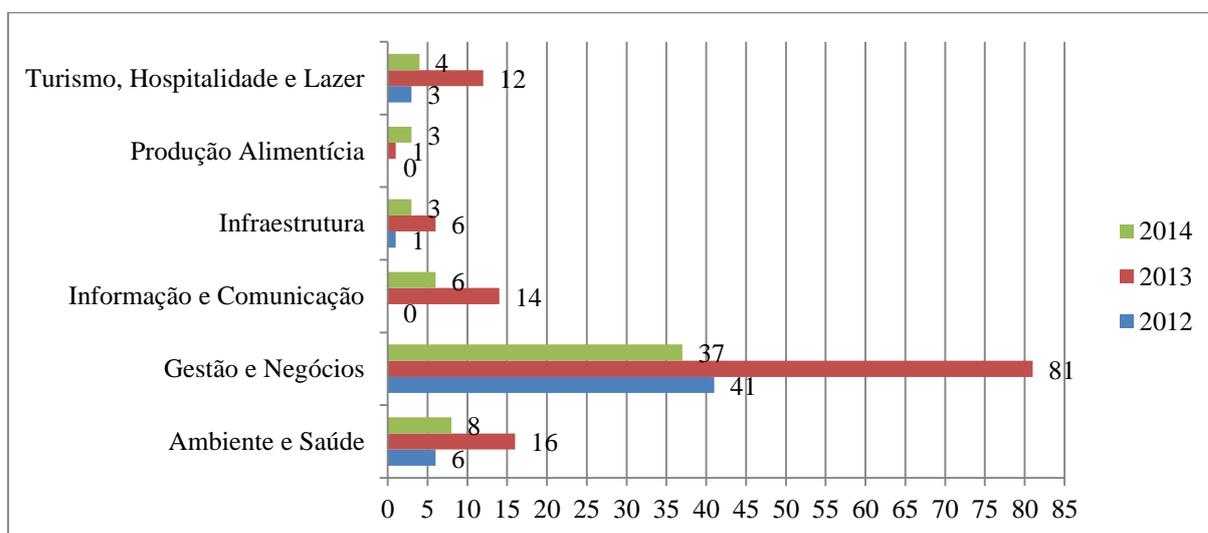
No ano de 2014, observamos uma queda brusca na oferta de cursos, com uma redução de mais da metade do quantitativo em relação ao ano anterior. Segundo entrevista com o gestor do SENAC Arapiraca, “[...] *essa queda se deu devido ao ano das eleições políticas. Como os municípios estavam envolvidos com as campanhas, algumas pactuações não foram fechadas. Havia uma previsão de um número bem maior de cursos, mas com a política, houve essa redução*” (Entrevista com R.I.O. 3). Como explicitado pelo gestor, a oferta de cursos do Pronatec varia conforme as negociações entre os demandantes e os ofertantes. Como em 2014

os governos municipais estavam preocupados com campanhas políticas, principalmente dos candidatos ao governo do estado, a pactuação entre esses e os ofertantes foi prejudicada. Assim, somente o que foi acordado para o início do ano acabou sendo cumprido e por isso a queda tão significativa nos números apresentados.

A oferta de 2014 manteve a prevalência do eixo gestão e negócios, dessa vez com 37 turmas e 9 tipos de cursos, o que equivale a 61% da oferta total. Mais uma vez o curso predominante foi o de auxiliar administrativo, com 14 turmas ofertadas, seguido de auxiliar de recursos humanos, com 8 turmas. Neste mesmo ano, foram ofertadas 6 turmas de operador de computador, que pertence ao eixo informação e comunicação. No geral, observamos quedas significativas em todos os cursos ofertados. Ao compararmos com o ano anterior, verificamos que muitos cursos tiveram turmas reduzidas e outros não ofertaram turma alguma.

A figura 12(4) traz a evolução da oferta de cursos do SENAC, considerando o número de turmas ofertadas por eixo tecnológico ao longo dos anos de 2012 a 2014. Esta ilustração nos permite visualizar a evolução dos subtotais por eixo tecnológico e confirmar a prevalência de um eixo em detrimento de outros.

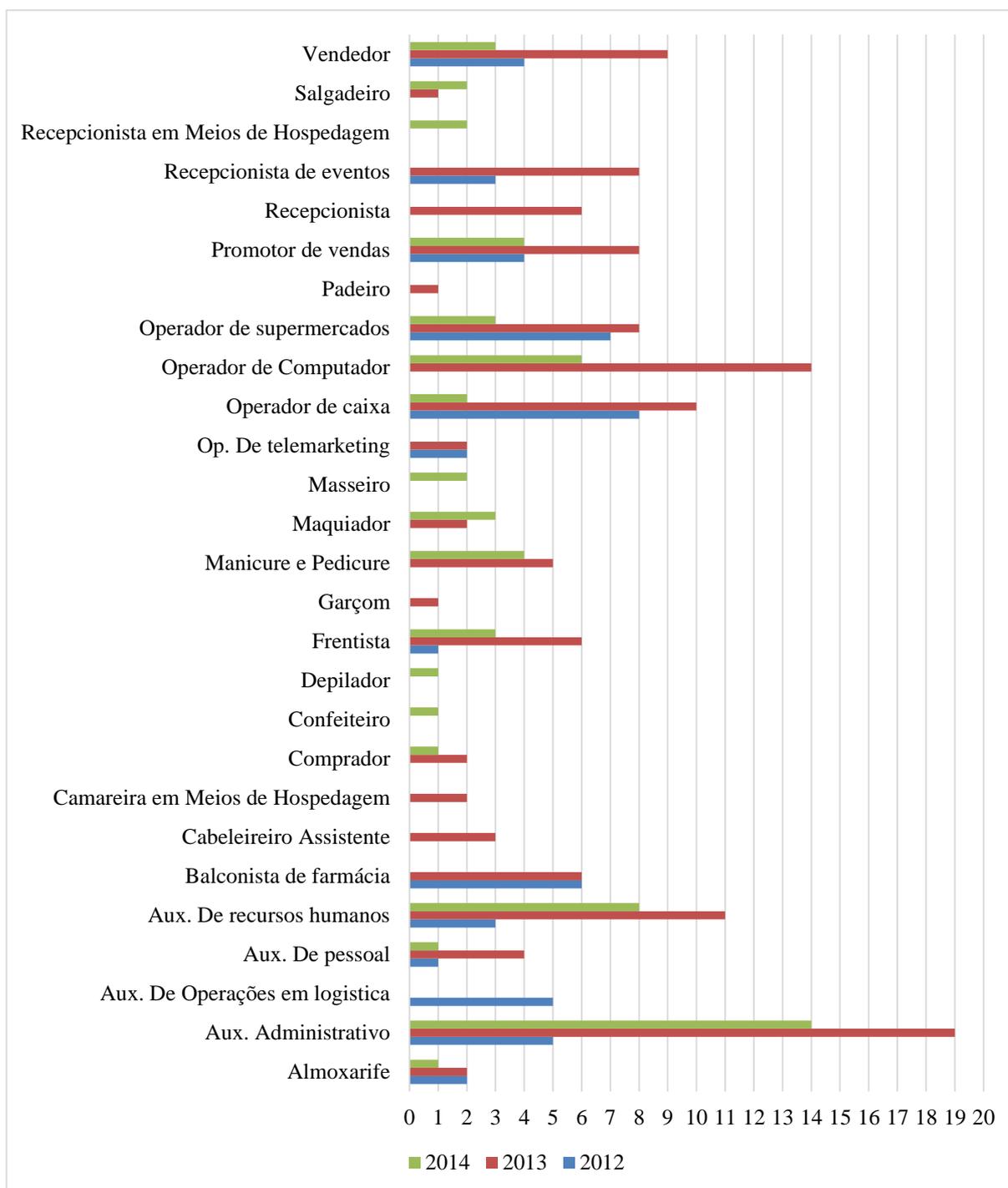
Figura 12(4): Turmas ofertadas pelo SENAC por eixo tecnológico



Fonte: Relatórios dos cursos disponibilizados pela instituição

Por sua vez, a Figura 13(4) apresenta o detalhamento da oferta de cursos do SENAC, considerando o número de turmas ofertadas por tipo de curso ao longo dos três anos, o que nos permite visualizar a evolução da oferta por tipo de curso.

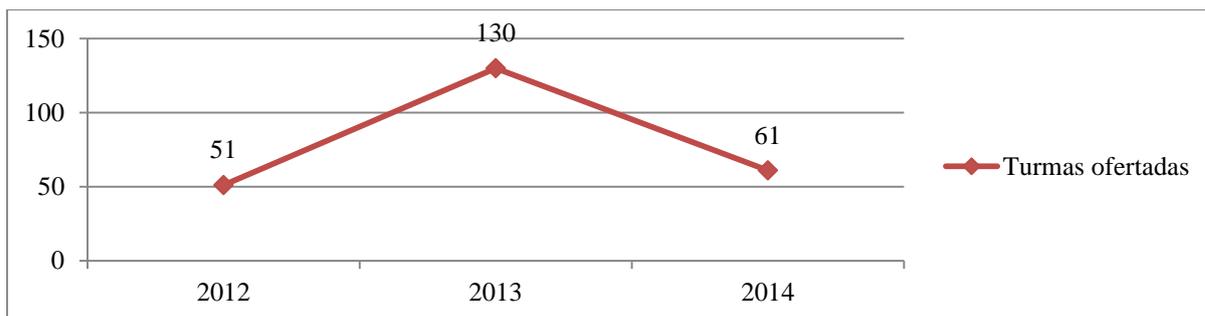
Figura 13(4): Turmas ofertadas pelo SENAC por tipo de curso



Fonte: Relatórios dos cursos disponibilizados pela instituição

A partir dos dados apresentados, foi possível analisar a oferta de cursos do Pronatec pelo SENAC e verificar como se deu a evolução dessa oferta entre 2012 e 2014. No total, esta instituição ofertou 242 turmas, distribuídas por ano conforme ilustra a Figura 14(4).

Figura 14(4): Evolução do quantitativo de turmas do Pronatec ofertadas pelo SENAC



Fonte: Relatórios dos cursos disponibilizados pela instituição

Portanto, concluímos que a oferta de cursos pelo SENAC se mostrou bastante variada, quanto aos eixos tecnológicos e quanto aos tipos de cursos. Contudo, nos três anos analisados, observamos a predominância do eixo gestão e negócios que, considerando o total de cursos ofertados ao longo dos três anos, respondeu por 66% do total de turmas ofertadas. Ficaram evidenciados os cursos de auxiliar administrativo, auxiliar de recursos humanos, operador de caixa, operador de computador e operador de supermercados.

Ao analisarmos o perfil profissional traçado pelos cursos ofertados, observamos que esta instituição tem dado ênfase à preparação de mão de obra para os setores de comércio e serviços, com possibilidades de mercado de trabalho também em departamentos internos da indústria. Todos os cursos focalizam a formação de profissional para auxiliar em departamentos administrativos e correlatos, para atendimento ao cliente e para atuação na área de vendas.

Portanto, o perfil profissional formado a partir desses cursos parece mais adequado à dinâmica dos municípios de Arapiraca e Palmeira dos Índios, onde se concentrou a maior parte desta oferta e onde se tem maiores oportunidades de postos de trabalho nesses setores.

4.2.2 Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

O SENAI surgiu em 1942 com o objetivo, dentre outros, de ampliar a oferta de profissionais qualificados de acordo com as demandas do setor industrial. Trata-se de uma instituição vinculada à Confederação Nacional da Indústria (CNI) e, como ocorre com o SENAC, tem um departamento nacional e departamentos regionais, estando estes últimos vinculados ao primeiro. Em Alagoas, o SENAI possui 10 unidades distribuídas entre Maceió, Coruripe, Marechal Deodoro, Penedo, São Miguel dos Campos e Arapiraca (SENAI, s/d). Esta última é a responsável pela parcela das ofertas que abrange aos municípios do Território da Cidadania do Agreste de Alagoas.

O SENAI Arapiraca oferta cursos do Pronatec desde que se iniciou o Programa de modo que as primeiras pactuações foram realizadas no final de 2011 e os primeiros cursos foram ofertados no início de 2012. Desde o início da oferta de cursos do Pronatec, a instituição tem ofertado cursos na modalidade FIC e também na modalidade técnico. Acerca dessa última, foram ofertadas 6 turmas: 2 turmas de técnico em logística; 2 turmas de técnico em eletroeletrônica; e 2 turmas de técnico em informática (Entrevista com R.I.O.2). No momento de realização das entrevistas, somente as 2 últimas turmas haviam sido concluídas, as demais tinham conclusão prevista para o ano de 2015.

Como já ressaltado na descrição da metodologia, o SENAI não disponibilizou relatórios de suas ofertas por completo. Somente o detalhamento da oferta de 2014 foi disponibilizado para análise. Por isso, os cursos técnicos aqui mencionados não constarão nas tabelas e figuras apresentadas a seguir porque não foram ofertados em 2014.

A partir da análise documental do relatório da oferta de cursos de 2014, constatou-se que o SENAI ofertou no Território da Cidadania do Agreste 113 turmas que foram distribuídas entre 16 tipos de cursos e vinculadas a 5 eixos tecnológicos, conforme detalhamento apresentado na tabela 9(4).

Tabela 9(4): Detalhamento da oferta de cursos do SENAI

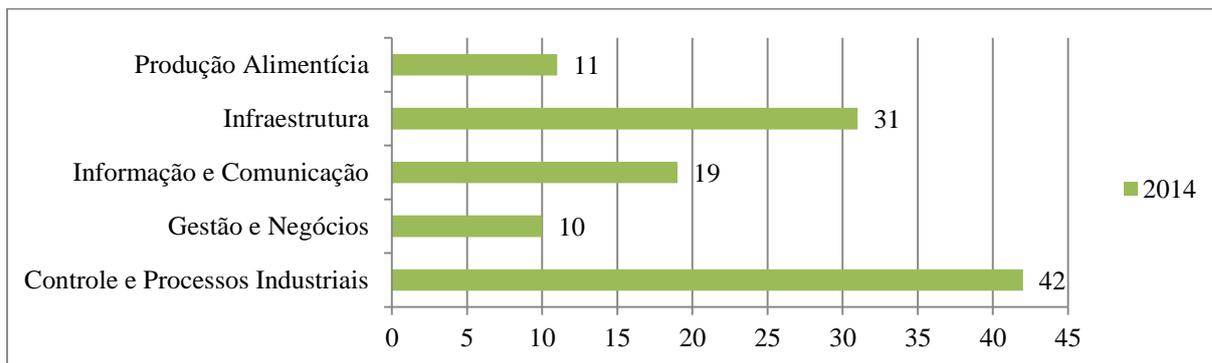
Eixo Tecnológico	Curso	Turmas ofertadas		
		2012	2013	2014
Controle e Processo Industriais	Eletricista Industrial	-	-	12
Controle e Processo Industriais	Mecânico de Motocicletas	-	-	7
Controle e Processo Industriais	Eletricista de Automóveis	-	-	13
Controle e Processo Industriais	Mecânico de Motores Ciclo Otto	-	-	9
Controle e Processo Industriais	Mecânico de Motores a Diesel	-	-	1
Gestão e Negócios	Aux. De Recursos Humanos	-	-	7
Gestão e Negócios	Assistente de Planejamento e Controle de Produção	-	-	3
Informação e comunicação	Operador de Computador	-	-	15
Informação e comunicação	Montador e Reparador de Computador	-	-	4
Infraestrutura	Encanador Instalador Predial	-	-	3
Infraestrutura	Aplicador de Revestimento Cerâmico	-	-	9
Infraestrutura	Pintor de Obras	-	-	1
Infraestrutura	Pedreiro de Alvenaria	-	-	11
Infraestrutura	Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão	-	-	7
Produção Alimentícia	Padeiro	-	-	9
Produção Alimentícia	Confeiteiro	-	-	2
Total de turmas ofertadas		-	-	113

Fonte: Relatórios dos cursos disponibilizados pela instituição

Na tabela 9(4) é possível constatar a predominância do eixo controle e processos industriais na composição da oferta de 2014. Foram ofertadas 42 turmas neste eixo, o que corresponde a 37% da oferta total. O eixo infraestrutura esteve em segundo lugar com um quantitativo de 31 turmas, que é equivalente a 27% da oferta total. Os eixos informação e comunicação, produção alimentícia e gestão e negócios participaram com 17%, 10% e 9% respectivamente.

Como não há o quantitativo das ofertas de 2012 e 2013, não é possível realizar comparações e nem observar evoluções na oferta de cursos, e respectivos eixos, ao longo dos anos. Neste sentido, o que se pretende com a figura 15(4) é demonstrar o quantitativo de turmas ofertadas por eixo tecnológico de modo a facilitar a visualização desses subtotais e possibilitar comparações quanto à participação de cada eixo na composição do total de cursos.

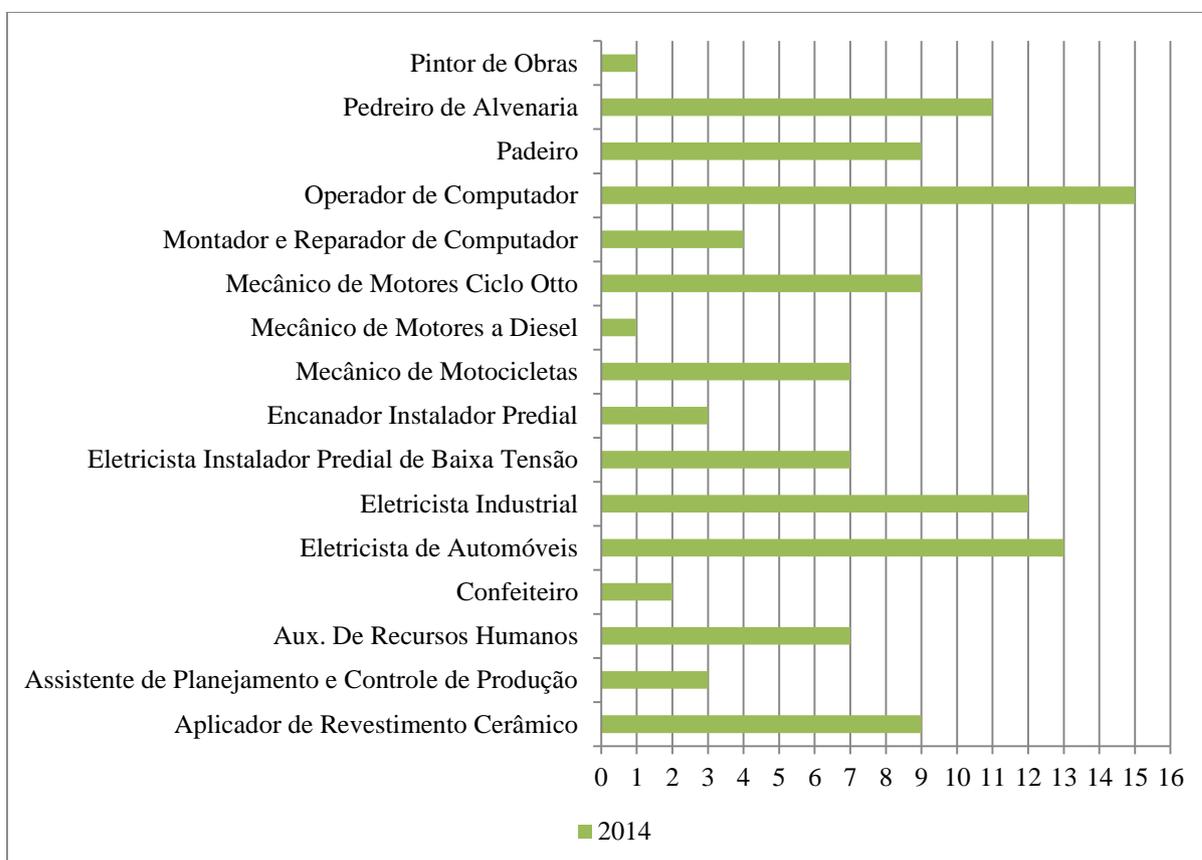
Figura 15(4): Turmas ofertadas pelo SENAI por eixo tecnológico



Fonte: Relatório de cursos disponibilizado pela instituição

Por sua vez, a figura 16(4) apresenta o detalhamento da oferta de cursos do SENAI, considerando o quantitativo de turmas por tipo de curso. Desse modo, é possível verificar quais cursos foram mais representativos na composição da oferta de 2014.

Figura 16(4): Turmas ofertadas pelo SENAI por tipo de curso



Fonte: Relatório de cursos disponibilizado pela instituição

O SENAI Arapiraca atua na região agreste com a oferta de qualificação profissional em seis áreas: gestão, informática, alimentos, eletrônica, construção civil e automotiva. Desse modo, quando da sua inserção no Pronatec, os eixos privilegiados foram àqueles vinculados a essas áreas de atuação. Conforme apresentado nas figuras 15(4) e 16(4), na oferta de 2014 houve a predominância de cursos do eixo controle e processos industriais, com ênfase para o curso de eletricista industrial, com a oferta de 12 turmas. Note-se também que neste eixo os demais cursos priorizaram a área de automotiva, foram ofertados 4 diferentes cursos que juntos totalizaram 30 turmas. Somadas essas 30 turmas com as 12 turmas de eletricista industrial, o quantitativo do eixo controle e processos industriais foi equivalente a 37% na composição da oferta de 2014.

Em segundo lugar, o eixo infraestrutura foi responsável por 27% da oferta do SENAI. Neste eixo, os cursos com maior oferta foram: pedreiro de alvenaria (11 turmas) e aplicador de revestimento cerâmico (9 turmas). Todos os cursos ofertados neste eixo estão relacionados ao setor de construção civil e o profissional daí resultante tem um amplo mercado de atuação. O setor de construção civil apresentou um crescimento considerável nos últimos anos, em decorrência, principalmente, do Programa Minha Casa Minha Vida, que facilitou o acesso à casa própria e mobilizou o setor imobiliário em todo o país. Assim, há uma clara demanda de profissionais deste setor no Território da Cidadania do Agreste, tendo em vista a construção de condomínios e residenciais na maioria dos municípios.

Quanto às demais turmas, foram ofertados cursos dos eixos informação e comunicação, gestão e negócios e produção alimentícia, com participação de 17%, 10% e 9%, respectivamente, na composição da oferta de 2014. Esses cursos focalizaram a formação de profissionais para a área de recursos humanos, que são demandados por empresas de diferentes seguimentos, inclusive na indústria. Mais especificamente para a indústria foram ofertadas 3 turmas de assistente de planejamento e controle de produção. Enquanto os outros cursos

focalizaram a formação de profissionais para montagem e operação de computadores e a formação de profissionais para atuar em negócio próprio ou empregar-se no ramo alimentício.

Por fim, cabe ressaltar que a indisponibilidade de dados referentes aos anos 2012 e 2013 nos impediu de fazer uma análise comparativa e perceber como se deu a evolução dessa oferta ao longo dos anos. Ainda assim, pelo quantitativo e relevância dos cursos ofertados, podemos concluir que o SENAI ofertou qualificações necessárias e condizentes com algumas demandas do Território da Cidadania do Agreste de Alagoas.

4.2.3 Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) foi criado em 1991 e está vinculado à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). As ações dessa instituição se destinam, dentre outras coisas, a realizar a educação profissional e promoção social das pessoas que trabalham no campo (SENAR, s/d).

O SENAR possui uma Administração Nacional e 27 Administrações regionais por meio das quais vem promovendo cursos e capacitações para desenvolver competências profissionais e sociais em aproximadamente 300 profissões do meio rural (SENAR, s/d). Assim ocorre com a Unidade Regional de Alagoas que, apesar de estar situada na capital Maceió, atende a todos os municípios do estado.

Para viabilizar a realização de cursos e capacitações nos municípios, a unidade regional de Alagoas estabelece e mantém parcerias com entidades, sindicatos rurais, associações de produtores, unidades de ensino, órgãos de assistência técnica e outros que auxiliem a atingir o maior número possível de municípios. Essas entidades contribuem para o levantamento das necessidades locais de capacitação profissional, mobilização e composição das turmas (SENAR, s/d).

Deste modo, o SENAR já ofertava cursos para formação do homem do campo de modo muito semelhante ao estabelecido pelo Pronatec. Por meio da relação entre demandantes e ofertantes e pela parceria com instituições locais, a oferta de cursos é definida buscando atender ao maior número de indivíduos e capacitá-los em ocupações apropriadas para a realidade rural de seus municípios, para que eles não precisem sair do campo. Assim, quando surgiu o Pronatec o SENAR logo tratou de se inserir, afinal era algo com que já se trabalhava (Entrevista com R.I.O.1).

Quando da inserção no Programa, o SENAR precisou ajustar a carga horária de seus cursos, pois havia cursos com carga horária de 40 horas e precisariam agora ter no mínimo 160 horas, para atender as exigências do Programa. “Foi bom até pra gente repensar a carga horária dos nossos cursos. A gente está vendo que com uma carga horária maior dá para aprender muito mais e aproveitar melhor o curso” (Entrevista com R.I.O.1).

Desse modo, o SENAR oferta cursos do Pronatec desde 2012 e concentra a sua atuação na oferta de cursos na modalidade FIC e no eixo recursos naturais, conforme demonstra a tabela 10(4).

Tabela 10(4): Detalhamento da oferta de cursos do SENAR

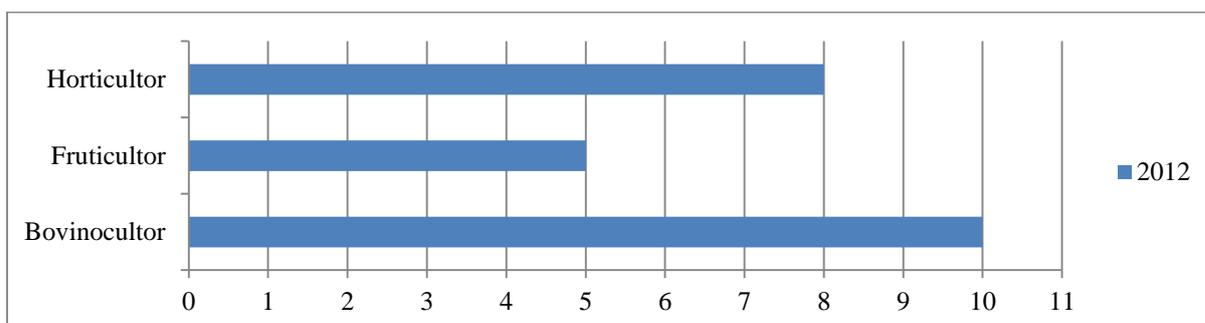
Eixo Tecnológico	Curso	Turmas ofertadas		
		2012	2013	2014
Recursos Naturais	Bovinocultor	10	-	-
Recursos Naturais	Fruticultor	5	-	-
Recursos Naturais	Horticultor	8	-	-
Total de turmas ofertadas		23	-	-

Fonte: Relatório dos cursos disponibilizado pela instituição

Como evidenciado na tabela 10(4) os relatórios acerca das ofertas para 2013 e 2014 não foram disponibilizados pela instituição. Portanto, não há a possibilidade de realizar comparações ao longo dos anos. Ainda assim, a figura 17(4) apresenta a oferta de cursos de

2012, no intuito de facilitar a sua visualização e demonstrar as variações na participação desses cursos na composição da oferta total.

Figura 17(4): Turmas ofertadas pelo SENAR por tipo de curso

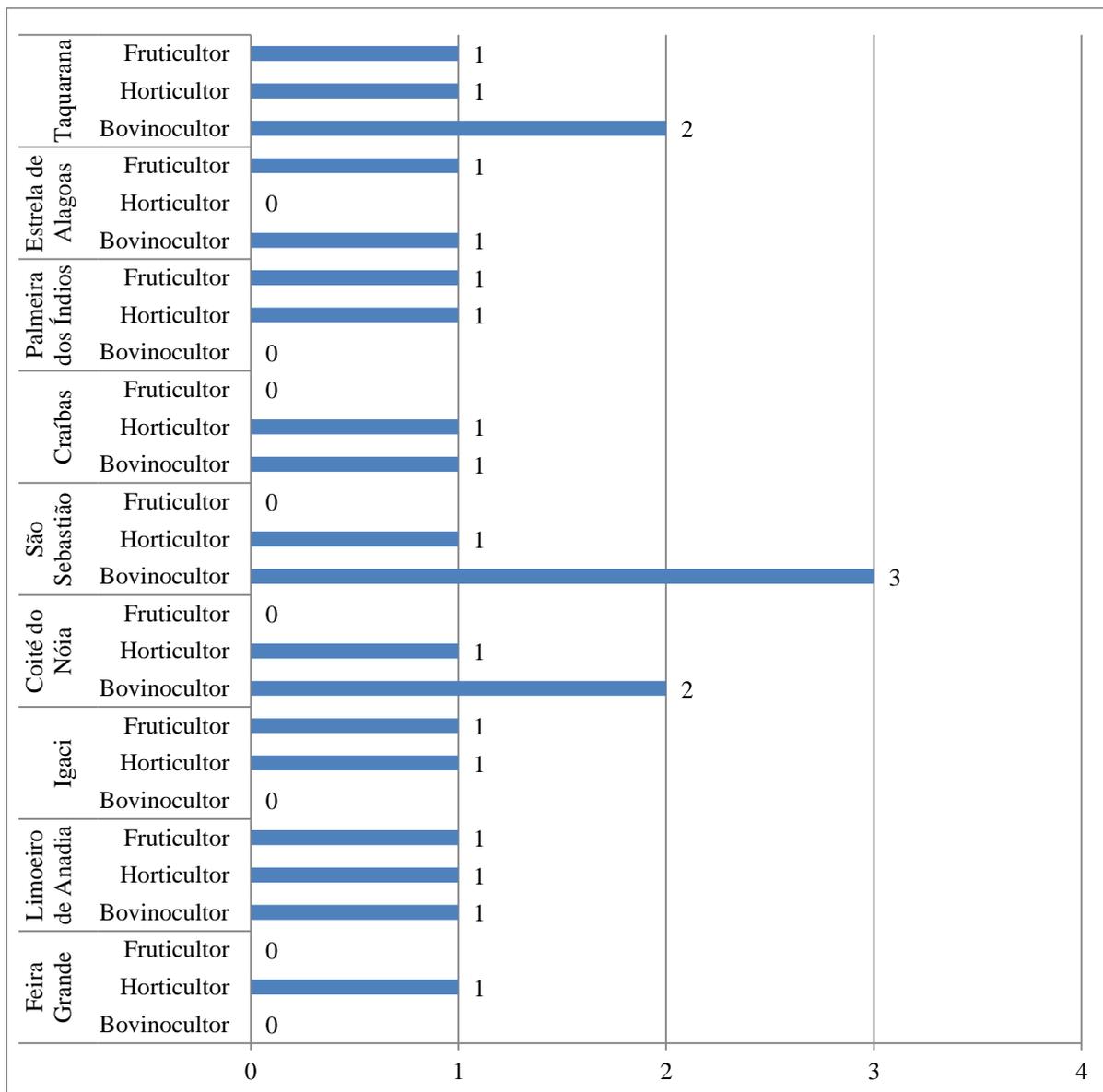


Fonte: Relatório de cursos disponibilizado pela instituição

Conforme apresentado na Figura 17(4), o SENAR ofertou, no Território da Cidadania do Agreste, 23 turmas do Pronatec, distribuídas por três tipos de cursos, todos pertencentes ao eixo tecnológico Recursos Naturais. Note-se que a oferta desses cursos se destina à formação em ocupações do meio rural, de modo que as suas escolhas devem atender às demandas das cadeias produtivas locais ou mesmo as que têm potencial de desenvolvimento.

Os três cursos ofertados pela instituição parecem atender às demandas do Território, tendo em vista que, conforme descrito no plano econômico, a horticultura e a fruticultura são importantes para a produção agrícola local e que os rebanhos bovinos apresentaram o segundo maior quantitativo em relação ao efetivo de animais da pecuária local.

No relatório disponibilizado pela instituição continha a oferta de cursos do Pronatec por município, de modo que na figura 18(4) é possível visualizar quais municípios do território foram atendidos pela oferta de 2012. Note-se que os municípios listados apresentaram participações significativas nas atividades agropecuárias quando da descrição do plano econômico do Território.

Figura 18(4): Turmas ofertadas pelo SENAR por município

Fonte: Relatório de cursos disponibilizado pela instituição

Diante do exposto, quando analisamos a composição da oferta de cursos do SENAR, verificamos que a sua formação está voltada para as atividades da agropecuária, que se mostraram significativas para o território investigado. Contudo, se comparamos com as ofertas do SENAC e do SENAI, observamos que estas últimas têm ofertas muito similares e nenhuma das duas ofertou cursos para atividades da agropecuária. O que se evidencia é uma grande disparidade quando comparamos o quantitativo das três instituições, mostrando uma diminuta

disponibilidade de formações para a agropecuária em relação a uma ampla disponibilidade de cursos para setores de comércio e serviços. Aliás, ao analisarmos a composição de cursos disponíveis no guia Pronatec de cursos FIC e no catálogo de cursos técnicos (ver Apêndice A) fica evidente que os cursos do Pronatec não atendem as necessidades do homem do campo. Na maior parte dos cursos há a preocupação com o desenvolvimento do agronegócio o que não é condizente com a realidade territorial, tendo em vista que as suas verdadeiras e necessárias demandas estão na agricultura familiar.

Portanto, apesar de o SENAR ser a única instituição ofertante tradicionalmente voltada para a formação do homem do campo, a sua representação na composição do panorama está muito abaixo do que seria o necessário tendo em vista as deficiências existentes nas cadeias produtivas locais. É necessário um verdadeiro ajuste não só no que se refere às proporções de cursos ofertados, mas principalmente aos seus conteúdos a fim de fomentar as demandas que emanam do Território da Cidadania do Agreste.

4.2.4 Instituto Federal de Alagoas

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, também denominado Instituto Federal de Alagoas (IFAL), foi criado em 2008 com a implantação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, atualmente composta por 38 Institutos, 02 CEFETs e 01 Universidade tecnológica (IFAL, s/d).

Atualmente, o IFAL dispõe de 12 campi localizados nos municípios de: Arapiraca; Coruripe; Maceió; Maragogi; Marechal Deodoro; Murici; Palmeira dos Índios; Penedo; Piranhas; Santana do Ipanema; São Miguel dos Campos; e Satuba. Os Campi de Arapiraca e Palmeira dos Índios impactam diretamente nos municípios do Território da Cidadania do Agreste. Contudo, por dificuldade de acesso aos dados do Campus de Palmeira dos Índios, somente o Campus Arapiraca foi considerado para a realização desta pesquisa.

O IFAL Arapiraca oferta cursos do Pronatec desde 2012 e a composição desta oferta se deu conforme apresenta a tabela 11(4).

Tabela 11(4): Detalhamento da oferta de cursos do IFAL

Eixo tecnológico	Cursos	Turmas ofertadas		
		2012	2013	2014
Ambiente e Saúde	Cabeleireiro	0	1	0
Ambiente e Saúde	Manicure e Pedicure	0	1	0
Ambiente e Saúde	Maquiador	0	1	0
Ambiente e Saúde	Recepcionista em Serviços de Saúde	0	1	1
Controle e Processos Industriais	Eletricista Industrial	1	2	0
Desenvolvimento Educacional e Social	Alfabetização avançada em língua portuguesa, matemática, tecnologia e empreendedorismo	2	0	0
Desenvolvimento Educacional e Social	Espanhol Básico	0	0	1
Gestão e Negócios	Aux. Administrativo	0	1	1
Gestão e Negócios	Aux. De Recursos Humanos	0	1	2
Gestão e Negócios	Operador de Caixa	0	1	2
Gestão e Negócios	Operador de Telemarketing	0	1	0
Gestão e Negócios	Promotor de Vendas	0	1	2
Gestão e Negócios	Recepcionista	0	1	0
Gestão e Negócios	Vendedor	0	1	2
Informação e Comunicação	Montador e Reparador de Computadores	0	2	0
Informação e Comunicação	Operador de Computador	0	2	1
Informação e Comunicação	Programador de Sistemas	1	1	0
Informação e Comunicação	Programador WEB	0	0	1
Infraestrutura	Cadista para a Construção Civil	0	0	1
Infraestrutura	Desenhista da Construção Civil	1	1	0
Infraestrutura	Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão	1	2	1
Produção Cultural e Design	Assistente de projeto visual gráfico	1	0	0
Produção Cultural e Design	Editor de Projeto Gráfico	0	1	0
Produção Cultural e Design	Editor de Vídeo	0	1	0
Recursos Naturais	Agricultor familiar	1	0	0
Turismo, Hospitalidade e Lazer	Agente de Informações Turísticas	0	1	1
Total de turmas ofertadas		8	24	16

Fonte: Relatórios dos cursos disponibilizados pela instituição

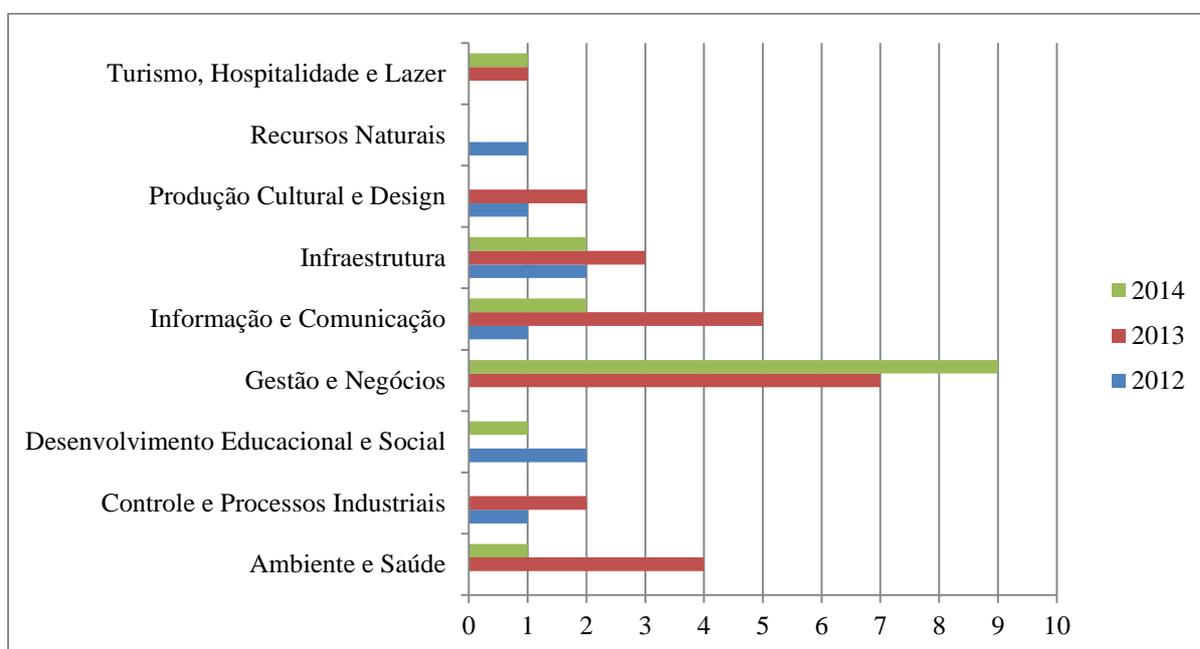
A partir dos dados apresentados na tabela 11(4), verificamos que, em 2012, o IFAL ofertou 8 turmas, distribuídas quase igualmente entre 6 eixos tecnológicos. Foram ofertadas

duas turmas nos eixos infraestrutura e desenvolvimento educacional e social. Nos demais eixos a oferta foi de uma turma apenas.

Em 2013, a oferta aumentou significativamente em relação ao ano anterior. Foram ofertadas 24 turmas, distribuídas entre 7 eixos tecnológicos e 20 tipos de cursos. Neste ano houve a prevalência do eixo gestão e negócios, com 7 turmas e informação e comunicação, com 5 turmas. A distribuição de turmas por curso variou entre 1 e 2.

Para o ano de 2014 houve uma redução na oferta de cursos, sendo ofertadas 16 turmas, distribuídas segundo 6 eixos tecnológicos e 12 tipos de cursos. Desse total, 9 turmas foram ofertadas no eixo gestão e negócios enquanto nos demais foram ofertadas entre 1 ou 2 turmas. A figura 19(4) nos permite visualizar a evolução dessa oferta considerando as turmas ofertadas por eixo tecnológico ao longo dos três anos.

Figura 19(4): Turmas ofertadas pelo IFAL por eixo tecnológico

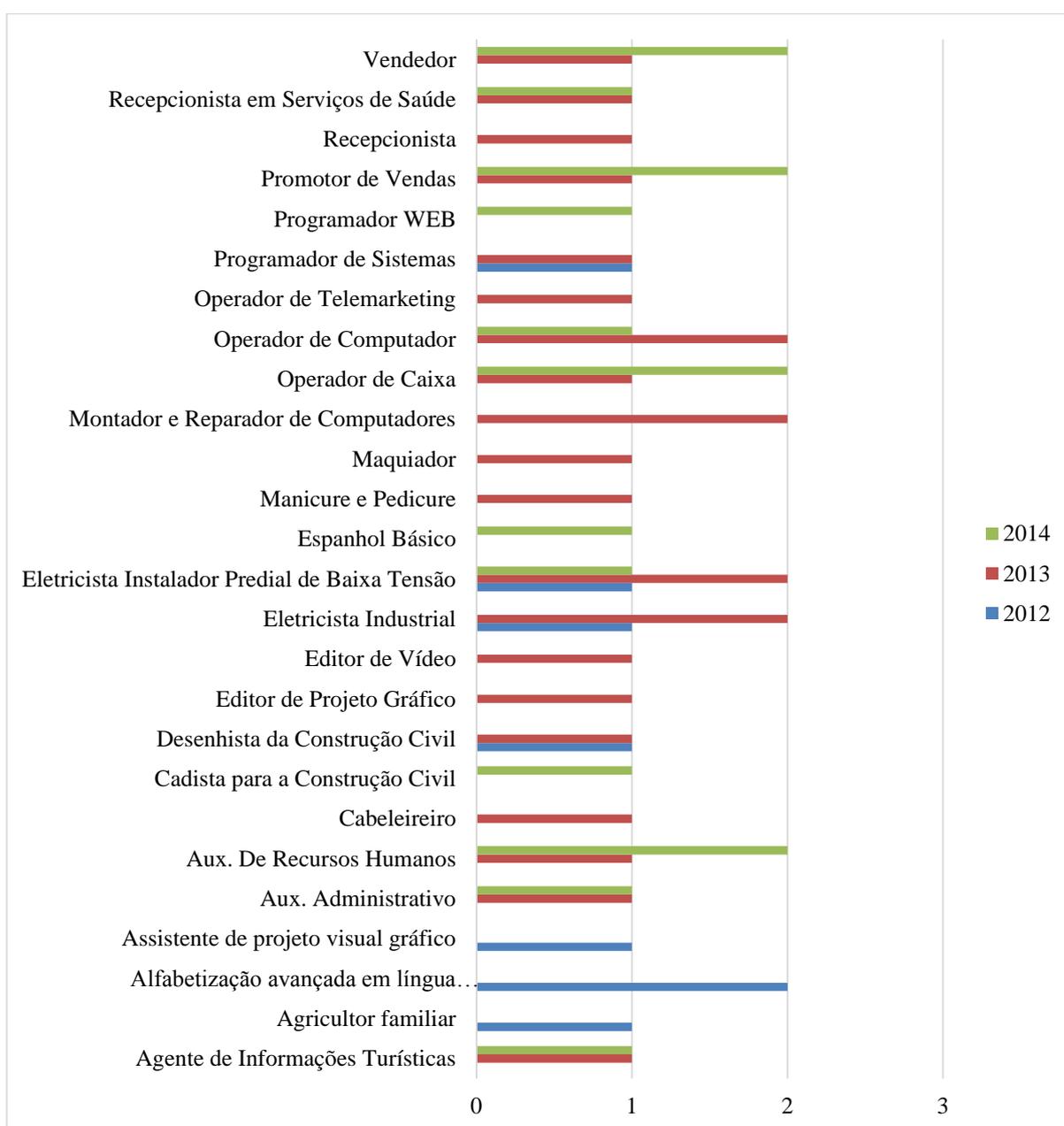


Fonte: Relatórios dos cursos disponibilizados pela instituição

Diferente das instituições do Sistema S, apresentadas anteriormente, os Institutos Federais não se vinculam a um setor da economia em específico, como ocorreu com o comércio,

a indústria e a agricultura, respectivamente, mas as suas atividades e direcionamento estão relacionados à dinâmica de desenvolvimento do contexto no qual estão inseridos. Assim, apesar de visualizarmos uma clara predominância do eixo gestão e negócios na oferta de cursos do IFAL, o comportamento geral é de uma distribuição quase igualitária entre cursos e eixos distintos, a figura 20(4) corrobora essa afirmativa.

Figura 20(4): Turmas ofertadas pelo IFAL por tipo de curso



Fonte: Relatórios dos cursos disponibilizados pela instituição

Entre os cursos ofertados pelo IFAL, notamos a predominância daqueles voltados à formação de profissional para atuar nos setores de comércio e serviços, que também foi predominante em ofertas das outras instituições.

Assim como tem predominado nas demais, o IFAL Arapiraca ofertou somente cursos FIC, o que se deu, segundo entrevista com o coordenador do Programa na instituição, devido à falta de infraestrutura da instituição. “*O IFAL Arapiraca ainda não tem uma sede própria, mas funciona com salas cedidas por outras instituições. [...] Então não tem estrutura, não tem salas suficientes, nem pessoal suficiente para ofertar cursos técnicos de longa duração* (Entrevista com R.I.O.5)”. Considerando o cenário apontado pelo entrevistado, observamos que a maioria dos cursos disponíveis nesta instituição é exequível sem uma infraestrutura complexa, bastando a sala de aula e, em alguns casos, computadores.

Quanto aos municípios atendidos, somente duas turmas, sendo uma de “agricultor familiar” e a outra de “alfabetização avançada em língua portuguesa, matemática, tecnologia e empreendedorismo”, foram ofertadas no município de São Sebastião, as demais foram ofertadas em Arapiraca.

Note-se que, em 2012, o IFAL ofertou uma turma do curso de agricultor familiar, até então esse perfil de curso compunha somente o portfólio do SENAR. Contudo, dois pontos chamam atenção quanto a esta oferta: primeiro, o porquê de ter sido realizada em São Sebastião; e, segundo, o porquê de ter sido ofertada somente em 2012 e descontinuada nos anos seguintes. Quando indagado acerca dessa questão, o coordenador do Pronatec na instituição respondeu o seguinte:

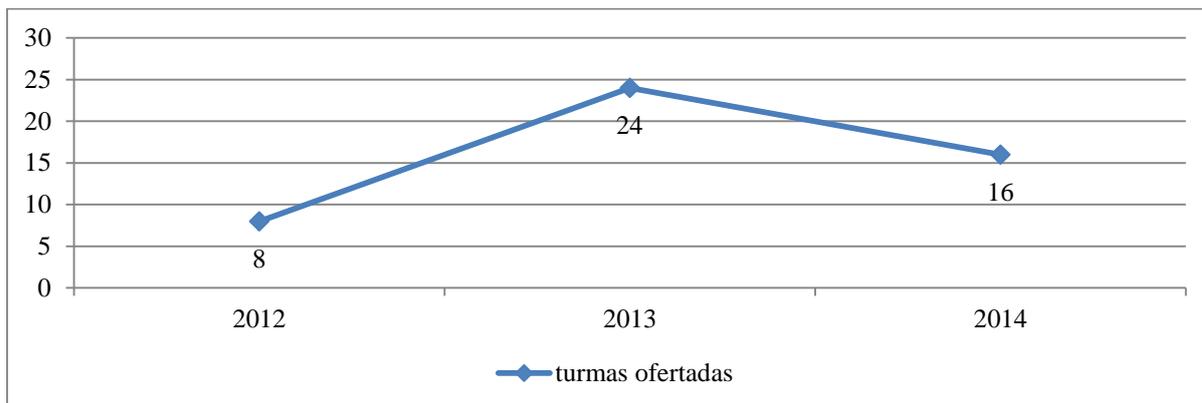
A ideia da oferta do curso de agricultor familiar inicialmente era para Arapiraca. Houve a demanda para este curso no município de Arapiraca, então o IFAL aceitou ofertá-lo. Entretanto, quando abriram as inscrições verificou-se que não havia uma demanda real por este curso no município. Talvez o arapiraquense não se veja mais como um homem do campo. Então, foi tomada uma decisão inusitada para garantir a oferta deste curso. Uma vez que a demanda não se efetivou em Arapiraca e que eu, enquanto coordenador do

programa na instituição, já realizava outros projetos em uma comunidade indígena em São Sebastião, eu conversei com o pessoal da aldeia e o curso acabou sendo ofertado lá... Houve apelação para o fator étnico...e o curso foi ofertado lá. Ainda assim, a evasão foi muito grande... Então o curso não foi ofertado mais (Entrevista com R.I.O.5).

A partir da fala do entrevistado, ficou claro que a oferta tem uma relação estreita com a demanda. Nesse caso, como a oferta não é regular, as pactuações vão se firmando ano a ano a partir da concretização das ofertas anteriores, ou seja, alunos matriculados e alunos concluintes. Contudo, a procura pelos cursos, por si só, não deve ser considerada motivo suficiente para justificar a oferta de determinado curso, é preciso considerar as demandas do mercado local, isso seria facilitado se houvesse um acompanhamento da empregabilidade desses alunos no pós-formação.

Outro ponto que deve ser considerado é a possível falta de identificação dos arapiraquenses com as atividades campo, como apontado na entrevista. Se nos voltarmos à caracterização da dinâmica territorial, apresentada no item anterior, observaremos que o município de Arapiraca apresenta uma dinâmica social e econômica distinta da dos demais, inclusive se observa maior diversificação das atividades da economia e com isso a supressão de algumas atividades do campo. Ainda assim, é muito cedo para afirmar Arapiraca como não rural, tendo em vista que no próprio plano econômico se verificou a presença de atividades agrícolas ainda muito vivas no município.

Portanto, cabe ressaltar que a distribuição de cursos do IFAL se deu de forma quase igualitária e houve, mais uma vez, a predominância do eixo de gestão e negócios em detrimento de outros. A quase totalidade das turmas foi ofertada no município de Arapiraca, e, com isso, não vimos muitas divergências quanto aos cursos ofertados pelas outras instituições. Para finalizar, a figura 21(4), ilustra a evolução da oferta de cursos do Pronatec pelo IFAL nos três anos considerados na pesquisa.

Figura 21(4): Evolução do quantitativo de turmas do Pronatec ofertadas pelo IFAL

Fonte: Relatórios dos cursos disponibilizados pela instituição

Por fim, na visualização da figura, observamos que a oferta de cursos pelo IFAL em todos os anos foi bem inferior à oferta das demais instituições, apresentando uma queda significativa no último ano. Contudo, é preciso ressaltar que esse quantitativo reduzido encontra justificativa na insuficiência da infraestrutura para atender a um maior número de alunos e por um maior período de tempo.

4.2.5 Escola Estadual Professor Pedro de França Reis

A Escola Estadual Professor Pedro de França Reis está localizada no município de Arapiraca e compõe a rede estadual de ensino. Em Alagoas, a rede estadual passou a ofertar cursos do Pronatec somente em 2013. Até então, a secretaria estadual de educação atuava apenas como demandante e hoje acumula os dois papéis, podendo ofertar e demandar cursos.

Em 2013 e 2014, a Escola Pedro Reis ofertou cursos nas modalidades FIC e Técnico e teve como público prioritário os próprios alunos da rede estadual de ensino. Como ressaltado durante a entrevista, “(o público prioritário compreende) *alunos da rede pública que estejam cursando o ensino médio; o 1º ou 2º ano do ensino médio, para os cursos técnicos; do FIC a gente ainda pegou de 3º, mas o público mesmo é 1º e 2º ano*” (Entrevista com R.I.O.6). Ou seja,

esta instituição define a oferta e a demanda para si mesma prioritariamente. A tabela 12(4), apresenta o detalhamento da oferta de cursos nesses dois anos.

Tabela 12(4): Detalhamento da oferta de cursos da Escola Pedro Reis

Eixo Tecnológico	Curso	Turmas ofertadas	
		2013	2014
Ambiente e Saúde	Cabeleireiro	1	2
Controle e Processos Industriais	Instalador de Acessórios Automotivos	0	1
Controle e Processos Industriais	Mecânico de Motocicletas	0	1
Controle e Processos Industriais	Técnico em Refrigeração e Climatização Doméstica	0	1
Desenvolvimento Educacional e Social	Libras (Básico)	0	1
Gestão e Negócios	Aux. Administrativo	1	1
Gestão e Negócios	Aux. de Recursos Humanos	2	0
Gestão e Negócios	Técnico em Administração	1	0
Informação e Comunicação	Técnico em Manutenção e Suporte de Informática	0	1
Infraestrutura	Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão	1	1
Infraestrutura	Instalador de Sistemas Eletrônicos	0	1
Segurança	Bombeiro Civil	0	1
Turismo, Hospitalidade e Lazer	Garçom	1	0
Total de turmas ofertadas		7	11

Fonte: Relatórios dos cursos disponibilizados pela instituição

Conforme está disposto na tabela 12(4), em 2013, a escola Pedro Reis ofertou 7 turmas do Pronatec, distribuídas entre 6 tipos de cursos e 4 eixos tecnológicos. A distribuição de turmas por curso se deu de forma quase igualitária, somente o curso de auxiliar de recursos humanos teve 2 turmas, os demais tiveram somente 1. Com relação ao eixo tecnológico, houve a predominância do eixo gestão e negócios, com 4 turmas ofertadas. Ressalte-se ainda a oferta do curso técnico em administração.

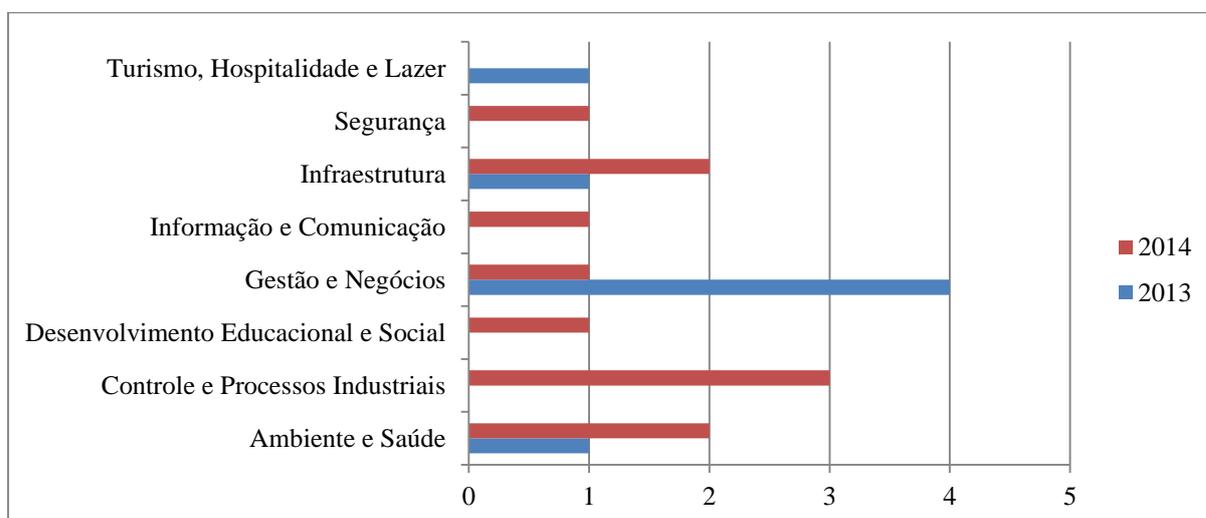
Para 2014 foram ofertadas 11 turmas, distribuídas segundo 7 eixos tecnológicos e 10 tipos de cursos. Somente para o curso de cabeleireiro foram ofertadas 2 turmas, os demais cursos tiveram apenas 1 turma. O eixo controle e processos industriais foi predominante, com

a oferta de 3 turmas. Os eixos ambiente e saúde e infraestrutura vieram em seguida com a oferta de 2 turmas para cada eixo.

Na oferta de 2014 foram disponibilizados os cursos de Técnico em Manutenção e Suporte de Informática e Técnico em Refrigeração e Climatização Doméstica, com início em 2014 e previsão de término para 2015. Embora não constem na composição dos dados, é preciso ressaltar que, no momento da realização desta pesquisa, mais três cursos técnicos estavam iniciando o processo de matrícula, com previsão de início em 2015: o curso técnico em montagem e manutenção de computadores; o curso técnico em logística; e o curso técnico em enfermagem.

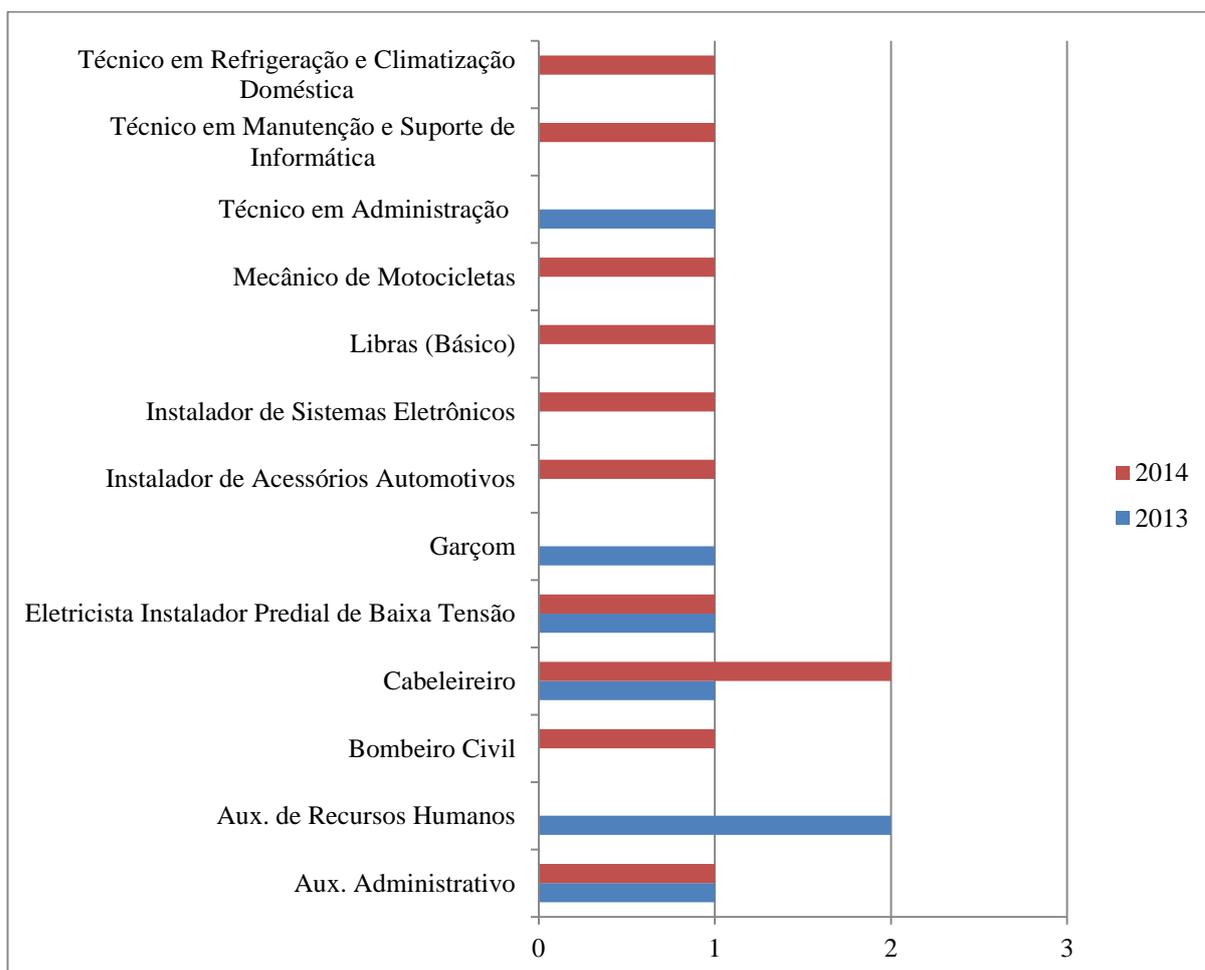
A composição da oferta da Escola Pedro Reis se assemelha à composição da oferta de cursos do IFAL, uma vez que ambas as instituições ofertaram um quantitativo reduzido e quase não houve prevalência de um eixo tecnológico em específico, mas a oferta em diferentes eixos. Neste sentido, a figura 22(4) apresenta o detalhamento da oferta de cursos da Escola Pedro Reis, considerando o número de turmas ofertadas por eixo tecnológico. Enquanto a figura 23(4) apresenta esse detalhamento considerando o número de turmas por tipo de curso.

Figura 22(4): Turmas ofertadas pela Escola Pedro Reis por eixo tecnológico



Fonte: Relatórios dos cursos disponibilizados pela instituição

Figura 23(4): Turmas ofertadas pela Escola Pedro Reis por tipo de curso



Fonte: Relatórios dos cursos disponibilizados pela instituição

A partir das figuras acima, ficou evidente uma distribuição quase igualitária entre turmas, eixos e cursos. Desse modo, não podemos afirmar que houve uma efetiva predominância de um eixo em específico, tendo em vista que o acréscimo de apenas uma turma é pouco significativo para afirmar que houve prevalência.

Por fim, é preciso ressaltar que, por se tratar de uma escola de educação básica, a infraestrutura disponível não atende às especificidades de alguns cursos. Por isso, são realizadas parcerias com empresas locais, no caso de cursos que necessitam da prática supervisionada, ou mesmo com os professores que devem conseguir o material necessário para desenvolver seu trabalho em sala de aula. “Quando precisa o professor traz uma moto para os alunos montarem

e desmontarem aí no pátio. Traz ar-condicionado para ensinar a eles como se limpa... Traz tudo” (Entrevista com R.I.O.6). Além disso, diferente das outras instituições que já possuem em seu quadro de funcionários professores para lecionar em seus cursos, no caso desta escola a contratação é feita por necessidade, na medida em que as turmas são disponibilizadas. Diante desta realidade, parece natural o número pouco significativo em relação ao quantitativo das demais instituições ofertantes.

4.2.6 Apresentação do Panorama Geral

A partir das análises apresentadas nas páginas anteriores, ficou evidente que cada instituição ofertante tem o seu foco de atuação, embora algumas tenham isso melhor definido do que outras. A forma como se dá a definição dos cursos a serem ofertados na região é semelhante entre elas, pois a definição da oferta de cursos é decorrente de um acordo entre demandantes e ofertantes. Neste sentido, a oferta só se concretiza se houver disponibilidade do ofertante e se houver a procura dos cursos pelo público priorizado pelos demandantes. Temos, pois, uma via de mão dupla, embora a pesquisa tenha mostrado que o conjunto de ofertantes está melhor organizado e por isso muitas vezes é quem determina qual oferta se concretizará de fato, afinal, cabe a este decidir por ofertá-la ou não.

Nas apresentações dos panoramas de cada instituição, foi possível observar variações quanto aos eixos privilegiados, quanto aos cursos ofertados e quanto ao quantitativo de turmas por cada curso. Essa variação determinou que perfis profissionais foram formados pelo Pronatec para o Território.

Os resultados apresentados são decorrentes das participações de cada instituição ofertante na composição do panorama geral. Por isso, é importante ressaltar que a ausência de dados de algumas instituições pode ter ocasionado alterações consideráveis no que seria o panorama quando de posse das informações completas. Contudo, essas alterações são relativas

ao quantitativo de turmas ofertadas e não ocasionariam grandes modificações no que se refere aos perfis profissionais formados tendo em vista que os cursos e os eixos tecnológicos são os mesmos ao longo dos anos. Portanto, seria uma mudança mais de ordem quantitativa do que qualitativa e que não traz grandes implicações para o alcance do objetivo deste estudo.

Dito isto, neste item é apresentada a consolidação da análise proveniente dos dados de cada instituição ofertante, conforme apresentado nos subitens anteriores. Uma vez que o objetivo é traçar o panorama da oferta de cursos do Pronatec no Território da Cidadania do Agreste, o que se pretende aqui é utilizar os dados apresentados nas análises individuais (por instituição ofertante) e agrupá-los a fim de caracterizar a oferta de cursos no Território de maneira geral. Antes, porém, é preciso enfatizar a contribuição de cada instituição na composição da oferta geral de cursos, o que pode ser visualizado na tabela 13(4).

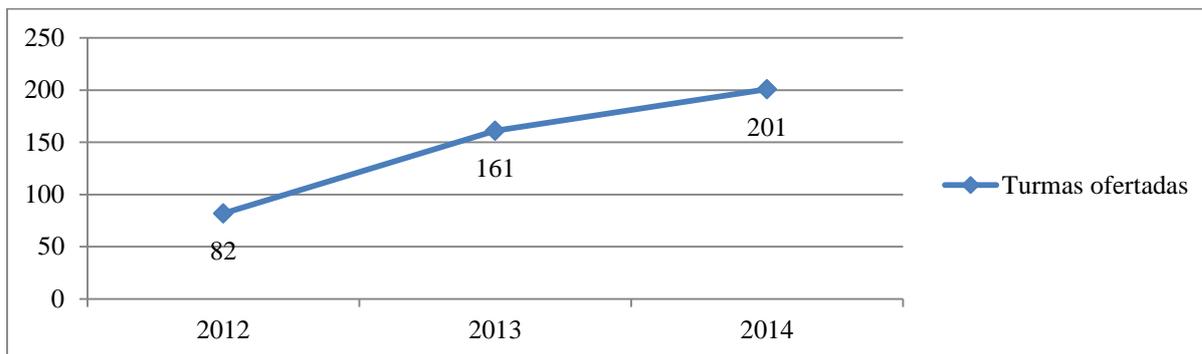
Tabela 13(4): Quantitativo do total de turmas do Pronatec ofertadas no Território e coparticipação das instituições ofertantes

INSTITUIÇÕES OFERTANTES	TURMAS OFERTADAS			
	2012	2013	2014	TOTAL
ESCOLA PEDRO REIS	0	7	11	18
IFAL	8	24	16	48
SENAC	51	130	61	242
SENAI	-	-	113	113
SENAR	23	-	-	23
TOTAL	82	161	201	444

Fonte: Relatórios de cursos disponibilizados pelas instituições ofertantes

Como apontado na tabela 13(4), foram ofertadas, no Território da Cidadania do Agreste, 444 turmas do Pronatec ao longo dos três anos considerados (2012 a 2014). Note-se que, apesar da ausência de dados de algumas instituições, ou talvez em decorrência disto, observamos que houve uma evolução crescente no número de vagas disponibilizadas para o Território, sendo ofertadas 81 turmas em 2012, 161 turmas em 2013 e 201 turmas em 2014. A figura 24(4) nos ajuda a visualizar este crescimento ao longo dos anos.

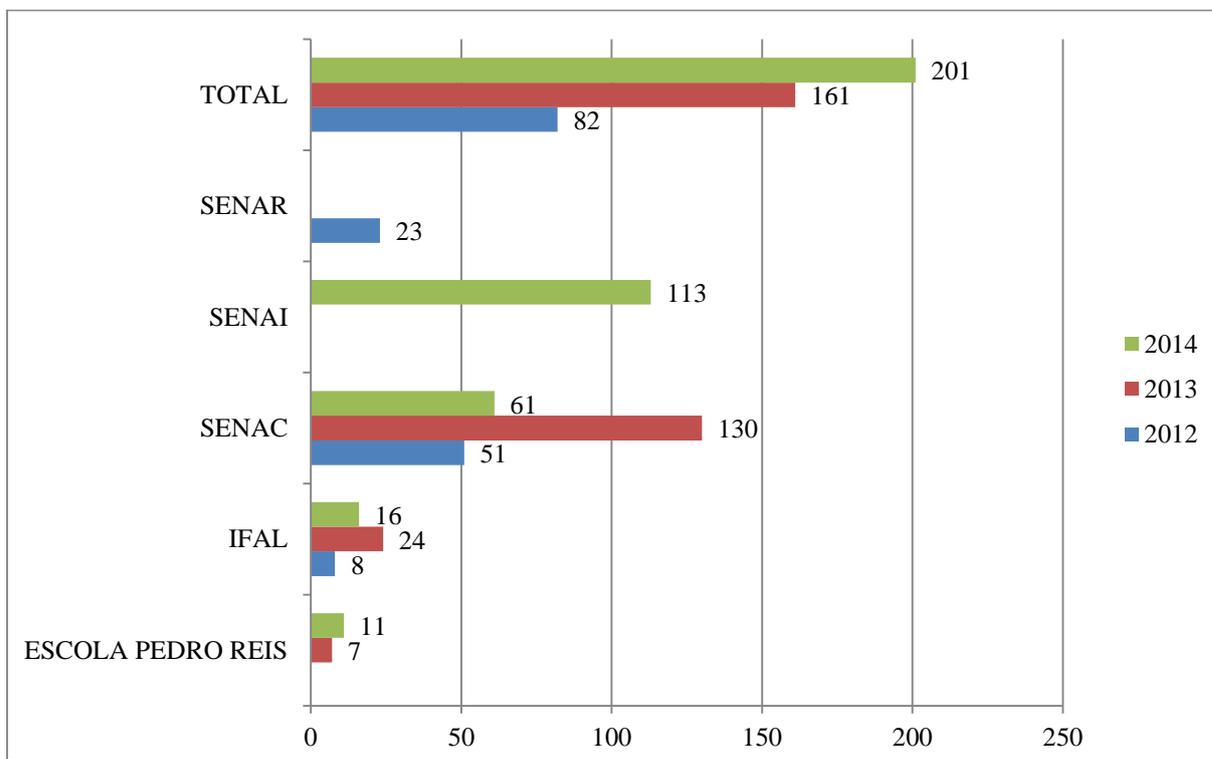
Figura 24(4): Evolução da oferta de cursos do Pronatec no Território



Fonte: Relatórios de cursos disponibilizados pelas instituições ofertantes

Notamos que a oferta de cursos quase dobrou no segundo ano em relação ao primeiro e apresentou um crescimento aproximado de 25% no terceiro em relação ao segundo ano. Para a composição desses totais, algumas instituições contribuíram mais do que outras, como pode ser melhor visualizado na figura 25(4).

Figura 25(4): Composição da oferta total dos cursos e coparticipações por instituição



Fonte: Relatórios de cursos disponibilizados pelas instituições ofertantes

Diante dos dados apresentados e considerando os valores absolutos, observamos que do total de 444 turmas, 55% foram ofertadas pelo SENAC (242 turmas); 25% foram ofertadas pelo SENAI (113 turmas); 11% foram ofertadas pelo IFAL (48 turmas); 5% foram ofertadas pelo SENAR (23 turmas); enquanto 4% foram ofertadas pela Escola Pedro Reis (18 turmas). O conhecimento dessa composição é importante, pois dela decorre a prevalência de alguns cursos em detrimento de outros. Além disso, é essa composição que também justifica quais setores da economia são privilegiados com a disponibilização de formação profissional.

Considerando os valores totais, ao longo dos anos de 2012 a 2014 foram ofertadas 444 turmas do Pronatec, distribuídas entre 66 tipos de cursos e alocadas segundo 11 eixos tecnológicos. Mais especificamente, em 2012 foram ofertadas 82 turmas, distribuídas entre 23 tipos de cursos e 9 eixos tecnológicos. Em 2013, foram 161 turmas, 33 tipos de cursos e 8 eixos tecnológicos. Por fim, em 2014 foram ofertadas 201 turmas, distribuídas entre 43 tipos de cursos e entre 9 eixos tecnológicos. A tabela 14(4) apresenta o detalhamento dessa composição, alocando o quantitativo de turmas por eixo tecnológico, considerando os valores totais e por ano.

Tabela 14(4): Alocação da oferta de turmas por eixo tecnológico

Eixo Tecnológico	Turmas ofertadas			
	2012	2013	2014	TOTAL
Ambiente e Saúde	6	21	11	38
Controle e Processos Industriais	1	2	45	48
Desenvolvimento Educacional e Social	2	0	2	4
Gestão e Negócios	41	92	57	190
Informação e Comunicação	1	19	28	48
Infraestrutura	3	10	38	51
Produção Alimentícia	0	1	14	15
Produção Cultural e Design	1	2	0	3
Recursos Naturais	24	0	0	24
Segurança	0	0	1	1
Turismo, Hospitalidade e Lazer	3	14	5	22
TOTAL	82	161	201	444

Fonte: Relatórios de cursos disponibilizados pelas instituições ofertantes

A partir da análise da tabela 14(4), observamos que no ano de 2012, o eixo tecnológico com maior concentração de cursos foi o de gestão e negócios (41 turmas), seguido pelo eixo de recursos naturais (24 turmas). A predominância do eixo gestão e negócios se deveu ao fato de que, naquele ano, a composição da oferta de cursos se deu pela maioria de turmas ofertadas pelo SENAC, que tinha quase 70% da sua oferta concentrada neste eixo. Quanto ao eixo recursos naturais, a sua predominância foi devido à oferta de cursos pelo SENAR, que ofertou todas as suas turmas por este eixo.

No ano de 2013, ainda se manteve como predominante a oferta de cursos no eixo gestão e negócios, agora seguido pelo eixo ambiente e saúde. Em ambos os casos, a predominância se deu devido à contribuição da oferta de cursos pelo SENAC, que concentrou a sua oferta nesses dois eixos e apresentou maior quantitativo de turmas em relação às ofertadas pelas demais instituições.

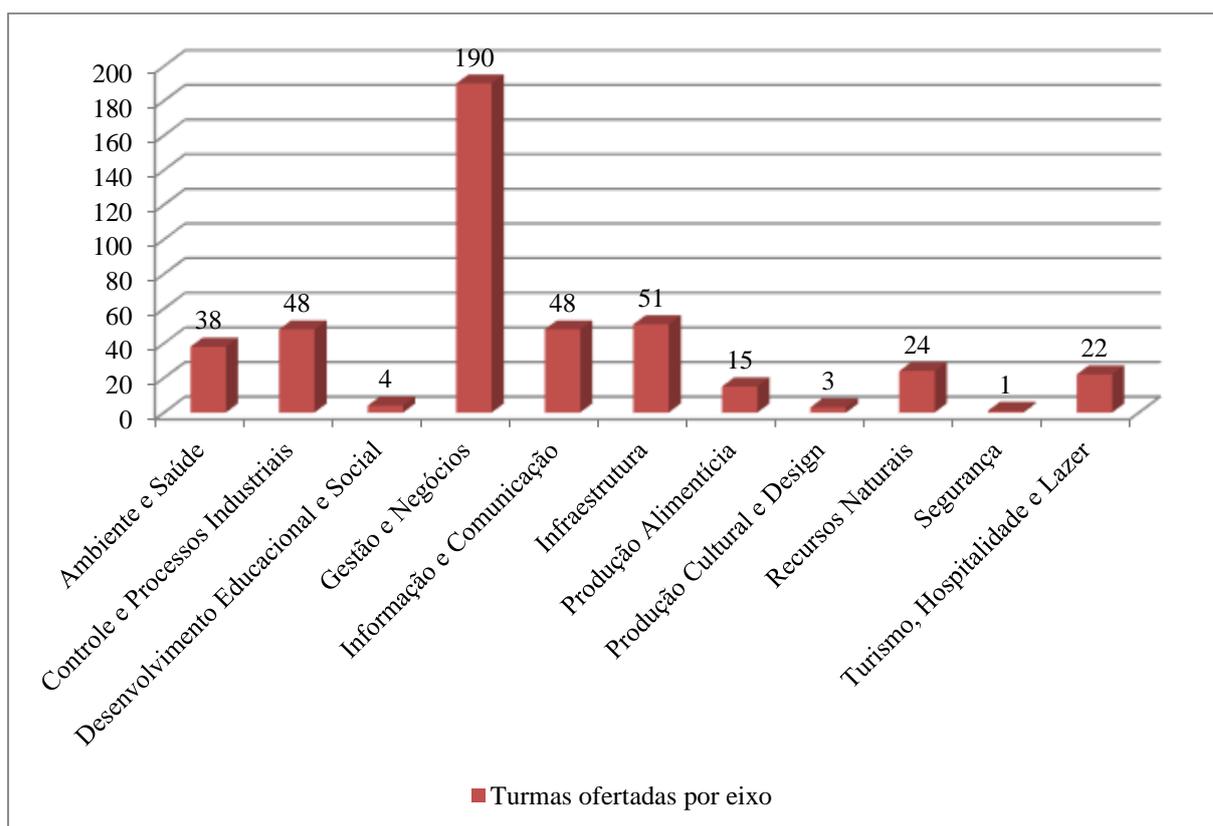
No ano de 2014, observamos uma composição um pouco diferente. Embora a oferta de turmas tenha permanecido predominante no eixo gestão e negócios (57 turmas), houve uma distribuição de cursos menos concentrada neste eixo. Contribuíram com valores significativos os eixos controle e processos industriais (45 turmas) e infraestrutura (38 turmas). Essa modificação se deu em decorrência da diminuição da oferta de turmas pelo SENAC e pela consideração da oferta de cursos do SENAI. Para o eixo gestão e negócios ainda predominou a oferta de turmas do SENAC, mas também ofertaram turmas neste eixo o SENAI e o IFAL e por isso ele permaneceu predominante. Quanto aos outros dois eixos, a sua predominância se decorreu da oferta de turmas do SENAI, uma vez que esta instituição ofertou o maior número de turmas em 2014.

Por fim, cabe ressaltar a configuração da oferta considerando o somatório de todos os anos. Neste caso, inevitavelmente o eixo gestão e negócios se manteve em primeiro lugar, com 190 turmas; o eixo infraestrutura, em segundo, com 51 turmas; e os eixos informação e

comunicação e controle e processos industriais vieram em seguida, com 48 turmas ofertadas em cada um. É preciso ressaltar que a predominância desses eixos se deveu, principalmente, às contribuições do SENAC e do SENAI, que ofertaram o maior quantitativo de turmas ao longo dos anos, mas também as contribuições das outras instituições foram importantes e permitiram a oferta de cursos em diferentes eixos.

No intuito de facilitar a visualização da composição da oferta segundo eixo tecnológico, a figura 26(4) apresenta o quantitativo da oferta de cursos a partir da contribuição de cada eixo, aqui são considerados os valores absolutos (2012 a 2014).

Figura 26(4): Quantitativo geral de turmas por eixo tecnológico



Fonte: Relatórios de cursos disponibilizados pelas instituições ofertantes

Uma vez que conhecemos o quantitativo de turmas e os eixos que predominaram na oferta de cursos, é necessário tecer algumas considerações acerca dos cursos mais ofertados ao longo desses três anos.

Entre 2012 e 2014 foram ofertadas 444 turmas, distribuídas entre 62 denominações de cursos. A distribuição de turmas variou muito entre um curso e outro, ao todo, tiveram cursos com a oferta de apenas 1 turma, enquanto outros tiveram mais de 30 turmas ofertadas. Não cabe aqui listarmos todos os cursos e seus respectivos quantitativos de turmas por ano ou no geral (esta informação consta no Apêndice B), contudo é preciso destacar os cursos que obtiveram maior número de turmas e pontuar a que setores da economia a formação desses profissionais atende.

Em 2012, os cinco cursos que mais ofertaram turmas foram: bovinocultor (10 turmas); operador de caixa (8 turmas); horticultor (8 turmas); operador de supermercados (7 turmas); e, balconista de farmácia (6 turmas). Nota-se aqui a predominância de cursos direcionados à formação de profissionais para atuar em dois seguimentos de mercado: agropecuária e comércio. Essa predominância é fruto da origem da oferta destes cursos, conforme composição já tratada anteriormente.

Em 2013, com um volume maior de turmas ofertadas, foram predominantes os cursos de: auxiliar administrativo (21 turmas); operador de computador (16 turmas); auxiliar de recursos humanos (14 turmas); operador de caixa (11 turmas); e vendedor (10 turmas). Na configuração deste ano predominou a oferta de cursos para atuação em empresas de diferentes seguimentos, seja nos departamentos internos com trabalhos mais administrativos, seja com atendimento ao cliente. Deste modo, a oferta de qualificação profissional foi predominantemente direcionada ao setor comercial.

Em 2014, mantiveram-se predominantes, embora em uma ordem distinta, os cursos de operador de computador (22 turmas), auxiliar de recursos humanos (17 turmas) e auxiliar administrativo (16 turmas). Foram também representativos os cursos de eletricista de automóveis (13 turmas) e eletricista industrial (12 turmas). O setor comercial continua como principal potencial empregador da maioria dos profissionais formados por estes cursos.

Diante do que foi apresentado, nota-se que não ocorreram grandes modificações na configuração da oferta de cursos ao longo dos anos. Manteve-se constante a predominância de cursos para formação de profissionais do setor comercial. O setor agropecuário constou somente em 2012 porque não houve a disponibilidade de todos os dados da única instituição que privilegia a oferta de cursos para este seguimento. A disponibilidade de formações específicas para o setor industrial não foi predominante, embora também sejam absorvidos por este setor os profissionais formados em auxiliar administrativo, auxiliar de recursos humanos e operador de computador, por exemplo, que são necessários em qualquer seguimento empresarial.

Quando consideramos os valores agregados para todos os anos, temos a confirmação de que a oferta de cursos para o Território da Cidadania do Agreste esteve fortemente concentrada no setor de comércio e serviços: em ocupações inerentes a qualquer seguimento empresarial; vendas e construção civil. A tabela 15(4) apresenta os dez cursos com maior número de turmas ofertadas, considerando os valores totais.

Tabela 15(4): Os dez cursos mais ofertados no Território da Cidadania do Agreste

Curso	Turmas ofertadas
Aux. Administrativo	42
Operador de Computador	38
Aux. De recursos humanos	34
Operador de caixa	23
Promotor de vendas	19
Vendedor	19
Operador de supermercados	18
Eletricista Industrial	15
Eletricista de Automóveis	13
Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão	13

Fonte: Relatórios de cursos disponibilizados pelas instituições ofertantes

Diante do panorama apresentado, constatou-se que uma diversidade de cursos de qualificação profissional foi disponibilizada no Território da Cidadania do Agreste ao longo dos três anos considerados no recorte deste estudo. Como já ressaltado, a oferta de cursos variou conforme as coparticipações das instituições ofertantes, o que, por sua vez, foi determinante para a predominância de formações profissionais direcionadas a setores específicos da economia. Contudo, muitos dos aspectos levantados quando da análise da dinâmica territorial não foram considerados quando da definição dessa oferta, o que aponta para uma divergência entre a oferta de cursos profissionalizantes e as reais demandas de formação do Território da Cidadania do Agreste de Alagoas.

4.3 A Oferta de Cursos do Pronatec e a Dinâmica de Desenvolvimento no Território da Cidadania do Agreste de Alagoas

Do mesmo modo como ocorreu com outros programas e projetos do Governo, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec – representa a orientação do Estado na condução de suas políticas de desenvolvimento. Trata-se de um programa do governo federal cuja implementação objetivou alcançar todo o território brasileiro e que foi apontado como a resposta do Estado para solucionar o problema da escassez de mão-de-obra qualificada em todo o país.

Quando surgiu, o Pronatec tinha a pretensão de qualificar 8 milhões de brasileiros no período compreendido entre o seu surgimento, em 2011, e o ano de 2014. Para tanto, um complexo arranjo institucional foi criado, envolvendo ministérios do governo e as suas representações nos estados e municípios brasileiros, além da participação de outras instituições

parceiras, alguns compondo a categoria de ofertantes e outros a de demandantes. Com isso, o programa superou as oito milhões de matrículas ao final de 2014 (MEC, 2015).

Diante da amplitude dos objetivos do programa, e dos recursos necessários à sua implementação, é imperativo avaliar a efetividade das suas ações. Para tanto, partimos da compreensão de que deve haver compatibilidade entre a oferta de cursos profissionalizantes e as demandas da região onde estes cursos são oferecidos, tendo em vista que, apesar de se tratar de um programa do governo federal, a sua implementação se dá nos contextos e particularidades dos diversos territórios brasileiros. Por isso, partimos da descrição do que seria a dinâmica de desenvolvimento do Território da Cidadania do Agreste de Alagoas, que foi o recorte utilizado neste estudo, e que deveria orientar a definição da oferta de cursos.

Compreendemos o Pronatec como um impulso fornecido pelo Estado que pode, e deve ser apropriado pelo Território e transformado a fim de atender as especificidades e demandas locais, o que é possível através da compreensão da dinâmica territorial e, antes disso, da articulação entre os diferentes atores envolvidos na execução do programa.

Contudo, ao relacionar os achados da pesquisa que resultaram no panorama da dinâmica de desenvolvimento do Território da Cidadania do Agreste de Alagoas com àqueles resultantes do levantamento da oferta de cursos do Pronatec nessa região, observamos que não há a devida adequação entre o que é ofertado em cursos e as reais demandas da região.

A adequação entre o que é ofertado pelas instituições de ensino e o que é demandado pelos diferentes setores da economia local, já que estamos falando em qualificação profissional, se faz necessária para que a formação obtida não sirva apenas para o acúmulo de certificados pelos concluintes, mas para ampliar as possibilidades de colocação profissional e para ajudar no desenvolvimento, tanto da pessoa quanto do meio que este habita. E, somente através de uma articulação institucional melhor estabelecida, onde novos atores sejam inseridos e setores

menos tradicionais da economia sejam considerados, é que será possível visualizar uma nova forma de organização que sirva de uma melhor maneira a essa adequação.

Com a prática que temos hoje, o Pronatec divide opiniões: de um lado, estão os que visualizam o Programa como uma oportunidade para os jovens residentes no Território; por outro, existem aqueles que olham o programa com certo receio, menos devido a sua idealização e mais em relação a sua execução e adequação à realidade local, como evidencia a fala de uma das entrevistadas:

[...] Para nós o Pronatec ele é um... ele é um desafio grande porque... foi bom... na sua concepção ele foi bom.. ele é um programa que leva a formação técnica para jovens, principalmente, mas... também... a gente se depara com problemas na sua execução pelo fato de que nós [...] defendemos uma formação voltada para o contexto do semiárido.. o desenvolvimento local a partir da questão da agricultura familiar... O Pronatec ele é executado pelo sistema S... SENAI, SENAC... tudo ... a lógica ela é do agronegócio. Então se você vê o conjunto de cursos do Pronatec, é.. você olha assim... é muito bom.. você vai escolher... mas a concepção, a... dele.. o conteúdo mesmo, isso é um risco.. porque nós defendemos a agricultura familiar agroecológica, a questão da sustentabilidade local, então.. O Pronatec ele caminha para a área do agronegócio, é uma coisa que vai, que tá fora da nossa realidade (Entrevista com R.T.1).

Observamos, no trecho acima, que se reconhece a finalidade da oferta de cursos do Pronatec, mas se chama a atenção para a lógica proveniente das instituições ofertantes por não ser condizente com o que o Território necessita. Afinal, a partir do levantamento realizado, observou-se que o território apresenta uma dinâmica predominantemente rural, com forte presença da agricultura familiar e com necessidades de ações que visem ao fortalecimento da produção, da comercialização, da diversificação e da gestão de cadeias produtivas de maneira geral. Contudo, apesar de reconhecer o potencial que esse programa pode atingir, o que se observa no trecho da entrevista é a necessidade de chamar a atenção para a sua operacionalização que não parece considerar a realidade predominantemente rural, e baseada

na agricultura familiar, do Território da Cidadania do Agreste, o que nos leva a questionar a adequação de quem está responsável pela definição da oferta.

Então eu vou pegar como exemplo aqui Igaci, [...] você vê a lista de cursos do Pronatec.. você tem um município rural.. aí na hora de... quem vai... escolher esses cursos, é...não, de não escolher o curso que realmente vai promover o desenvolvimento local.. né. É como se você tivesse na região.. em São Paulo, ou na capital, em Maceió, e não .. e não entender que você tem jovens do campo e que você tem que olhar qual é a necessidade e qual é a demanda local. Então.. se você desconsiderar isso, aí traz um curso que não tem nada aver, que em nada vai somar. Humm... vamos trazer um curso de auxiliar administrativo, por exemplo, que nós não temos demanda, que nós não temos empresas, nós... um curso de secretário.. aí todo mundo faz secretariado, pra trabalhar onde?? que não tem demanda, então.. o Pronatec tem disso.. tem esses riscos (Entrevista com R.T.1).

Essa colocação nos faz retornar à problemática das divergências entre os municípios pertencentes ao Território da Cidadania do Agreste. Como se observou nos itens anteriores, os municípios de Arapiraca e Palmeira dos Índios apresentam características um pouco distintas dos demais municípios, e ocorre que a maioria das instituições ofertantes tem sede no município de Arapiraca. Desse modo, a maioria dos cursos é ofertada neste município, ou segue a mesma agenda, embora também atenda ao alunado de municípios circunvizinhos.

Quando analisamos o panorama da oferta de cursos, ficou evidente que a maioria dos cursos atende ao setor de comércio e serviços, com a predominância dos eixos de gestão e negócios, infraestrutura, automotivo, entre outros. A oferta destes cursos é determinada pelo portfólio e pela representatividade da instituição ofertante. Neste caso, observamos que as instituições do sistema S, mais especificamente o SENAC e o SENAI, responderam pela maior parte dos cursos ofertados no Território. Com isso é possível apontar um problema nas instituições ofertantes que parecem restringir a sua oferta às demandas do comércio de Arapiraca e Palmeira dos Índios. Salvo se considerarmos à pertinência da formação em gestão e negócios para os empreendimentos da agricultura familiar, se devidamente contextualizado,

podemos dizer que não houve a oferta significativa de cursos para o homem do campo, tampouco ligados às cadeias produtivas identificadas na região, o que é contraditório.

Esse panorama parece resultante da ausência das instituições ofertantes no fórum do território. Embora, atualmente, este espaço esteja fragilizado, seria esse o lugar para construir os rumos do desenvolvimento do Território. A falta de articulação entre instituições ofertantes do Pronatec e aquelas que são representativas das organizações locais, e que ocupam espaço no colegiado do Território, justifica porque tem ocorrido a concentração da oferta para alguns seguimentos enquanto outros não têm sido contemplados.

Quando das entrevistas com as instituições ofertantes, ficou claro que esse recorte territorial não é utilizado para a definição da oferta de cursos, se quer existe uma padronização da forma como essas instituições compreendem a definição dessa oferta. O que se observou foi a manutenção da agenda de cursos já constante na instituição ou a seleção de forma aleatória, baseada na capacidade de oferta e não na demanda do território. Os trechos de entrevista selecionados ilustram essas duas perspectivas:

(O portfólio para Alagoas é baseado) nas ações que a gente desenvolve aqui no estado, por exemplo, é... Palmeira dos Índios... quais são as culturas de Palmeira dos Índios? De Arapiraca? Então, a gente já tem!!! porque a gente já vem trabalhando a muitos anos com os cursos né!?. Então ele (SENAR) já sabe nos estados quais são os treinamentos que são mais desenvolvidos... quais são as áreas que se desenvolvem mais no estado (Entrevista com R.I.O.1).

No caso, a gente fez assim: vem a cartela de cursos, que disponibiliza né, através daquele catálogo que você deve conhecer, do MEC, e aí a gente vê DENTRO da região o que é... digamos assim... qual é a predominância do curso que daria mais certo, entendeu? E o que é que a população... a necessidade maior da região, que a gente atende não só aluno da nossa escola, mas alunos de toda região e cidades circunvizinhas (Entrevista com R.I.O.6).

O que foi relatado pela representante do SENAR é semelhante ao que ocorre com o SENAC e com o SENAI, tendo em vista a dependência do departamento nacional e a oferta de cursos baseada no portfólio e histórico de atuação dessas instituições. Aqui é preciso chamar a

atenção para o fato de que faz sentido utilizar o histórico da instituição para a definição dos cursos a serem ofertados no âmbito do Pronatec. Contudo, esse método de escolha é consideravelmente limitado e limitante, tendo em vista as modificações que podem ter ocorrido no contexto em que essas organizações estão inseridas.

Além disso, é preciso considerar que com a implementação do Pronatec, houve uma expansão bastante significativa no número de vagas ofertadas. É preciso refletir sobre a real necessidade da oferta desses cursos e se há carência dos perfis profissionais que estão sendo formados, para não incorrer no erro de ter “*muita oferta para pouca demanda*” (Entrevista com R.T.2) ou de ofertar cursos que não atendem aos interesses locais como exemplificado durante umas das entrevistas.

Quanto às colocações no segundo trecho, a preocupação causada é de outra natureza, pois, pela descrição da entrevistada, a definição da oferta parece se dar de forma intuitiva, baseada somente no que a estrutura da escola permite oferecer e não em um real diagnóstico das necessidades locais. Isso nos leva a questionar o real sentido da oferta destes cursos, que, em sua proposição, deveria atender ou impulsionar as demandas do desenvolvimento territorial, pois a oferta sem propósito perde o sentido diante da ausência de resultados para o Território.

Diante dessas colocações, fica evidente que existe um problema na articulação entre as instituições ofertantes e as demandantes. Os órgãos demandantes normalmente escolhem cursos que julgam ser do interesse do seu público em específico, mas isso não representa as necessidades do território. Por sua vez, os órgãos ofertantes sugerem cursos já presentes em seu portfólio ou que consideram capazes de oferecer. A esse respeito, não estamos julgando essas escolhas como sendo erradas, mas é preciso chamar a atenção para a necessidade do envolvimento de outras instituições, outras articulações, a fim de permitir um panorama que atenda aos interesses de outras categorias, para além do setor comercial.

Outro ponto a ser ressaltado, e que tem sido objeto da crítica do programa em nível nacional, é a falta de acompanhamento dos egressos do Pronatec, seja pelas instituições ofertantes ou pelas instituições demandantes. Não há o compromisso de encaminhar os seus alunos para o mercado de trabalho, tampouco fazer esse acompanhamento pós-curso. Esta prática dificulta a avaliação da efetividade do Programa, pois não basta ampliar o número de matrículas, é preciso questionar: Como aferir resultados acerca da efetividade dos cursos ofertados? E como saber se o mercado local está demandando os perfis profissionais que estão sendo encaminhados? Afinal, como essas formações contribuem para a dinamização da economia local e para o desenvolvimento endógeno do Território da Cidadania do Agreste de Alagoas?

Esses questionamentos seguem sem respostas até o momento, embora sejam importantes, inclusive, para ajudar na definição dos cursos a serem ofertados no ano seguinte. Até então, essa definição se dá apenas pela consideração dos fatores já mencionados e pela procura dos alunos, que, muitas vezes, estão dispostos a realizar qualquer curso que esteja à sua disposição, independente de vocação profissional ou de demandas do mercado.

Diante do que foi exposto, concluímos que a oferta de cursos do Pronatec no Território da Cidadania do Agreste tem se dado de forma bastante limitada e tem atendido a setores bem específicos da economia, mais propriamente, os cursos estão direcionados aos setores de comércio e serviços. Embora isso represente algum significado nos municípios de Arapiraca e Palmeira dos Índios, a maioria dos municípios do Território não demanda o perfil profissional que vem sendo formado pela oferta desses cursos. E aqui mais uma vez constatamos que não se está considerando esse recorte quando da definição dessa oferta. Assim, o Pronatec figura como mais um programa que vem sendo implementado de forma descoordenada das ações já existentes no Território. Portanto, caberia às instituições locais, se a dinâmica de

desenvolvimento fosse verdadeira, a apropriação desses recursos e a sua transformação em algo que atendesse as demandas locais e que pudesse se reverter em desenvolvimento para a região.

5 Considerações Finais

Para além da racionalidade econômica, o desenvolvimento deve ser compreendido como um fenômeno de ordem qualitativa, o que significa que seu foco não deve ser direcionado a mera contagem do acúmulo de riquezas. Contudo, isso não significa a negação à ideia de crescimento econômico, mas a compreensão de que a sua condução não pode ser dissociada das esferas social, política e cultural, que são essenciais à dinâmica de uma sociedade. Essa perspectiva é a fundamentação básica desse estudo.

Além disso, partimos da compreensão de que o desenvolvimento se caracteriza como um fenômeno local e fundado nas características econômicas, técnicas, sociais e culturais de um território em particular. A partir dessa percepção, entendemos que as políticas e ações do Estado devem ser formuladas e implementadas com vistas a compreender a multidimensionalidade desses territórios vividos, de modo a potencializar suas capacidades e desenvolvimento.

A forma como a sociedade se articula e participa das ações do território é decisiva para o direcionamento de um plano de desenvolvimento fundamentado nas potencialidades locais. Pois, o desenvolvimento territorial depende da ativação social da população local, quer dizer, da capacidade de o Território criar um conjunto de elementos políticos, institucionais e sociais, capaz de direcionar o crescimento, desencadeado por forças exógenas, como as provenientes do Estado, para atingir o desenvolvimento no sentido estrito da palavra.

Com base nessas premissas, este estudo buscou analisar a dinâmica de desenvolvimento do Território da Cidadania do Agreste de Alagoas a partir de uma perspectiva endógena, isto é, dando ênfase aos fatores internos à localidade capazes de transformar um impulso externo de crescimento em desenvolvimento para a região. A partir dessa análise inicial, se buscou verificar a adequação da oferta de cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico

e Emprego, entendido como um impulso do Governo Federal, à dinâmica de Desenvolvimento do Território.

Para tanto, a presente pesquisa baseou-se em uma abordagem qualitativa, a fim de produzir um estudo de caso qualitativo. Os dados referentes à descrição da dinâmica de desenvolvimento do Território foram obtidos através da análise do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, do Atlas Brasil 2013, do Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação e de outros documentos que permitiram detalhar os quatro planos da endogeneidade, conforme indicado por Boisier (1999a; 1999b). Ademais, foram realizadas entrevistas com representantes de instituições locais que pudessem complementar as informações acerca da dinâmica do Território. Esse levantamento foi importante porque permitiu traçar um panorama do Território e forneceu um quadro representativo para a verificação das necessidades do campo ora investigado.

Já a descrição do panorama da oferta de cursos do Pronatec foi obtida mediante pesquisa de campo, na qual foram realizadas entrevistas com representantes das instituições ofertantes no Território. Além das entrevistas, foram disponibilizados dados com o quantitativo das ofertas de cursos nos anos considerados neste recorte (2012 - 2014). Aqui o intuito foi verificar quais cursos foram ofertados, por quais instituições, atendendo a que públicos. Apesar da indisponibilidade de algumas informações, a descrição desse panorama permitiu a visualização de um cenário da oferta de cursos no intervalo e campo investigados.

Apesar de possuir entre os seus objetivos o estímulo à articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda, por meio das quais é possível pensar ações de inclusão social e produtiva, constatou-se que o Pronatec se trata de um Programa do Governo Federal cuja preocupação central tem sido o aumento do número de matrículas essencialmente. O objetivo relacionado com a articulação com outras políticas, inclusive com a dos Territórios da Cidadania, parece ser um compensador

para qualificar o Programa como social do que realmente reflete uma prioridade em articular políticas de desenvolvimento. Os demais objetivos, relacionados à expansão, interiorização e democratização da oferta de cursos, demonstram a real proposição desta política, que é somar números de matrículas em todo o país e alcançar a meta, meramente quantitativa, que fora estipulada.

Apesar desse panorama pouco animador, é preciso lembrar que o Pronatec adquiriu significativa representatividade nos últimos anos, e se tornou a política do Estado para a educação profissional, esse destaque gerou inquietações quanto à efetividade do Programa e à sua adequação a contextos localizados e específicos. Neste sentido, a relevância da adequação entre a oferta de cursos e a dinâmica territorial foi o que justificou o desenvolvimento desta pesquisa.

Mesmo em se tratando de uma iniciativa do Governo Federal, a sua implementação depende da ação conjunta entre Governo Federal, estadual, municipal e as instituições de ensino. Deste modo, a articulação entre esses agentes em um contexto local deve contribuir para que a oferta dos cursos atenda as demandas predominantes na região, através da articulação com outras iniciativas, no intuito de potencializar a dinâmica local preexistente.

Quando da análise dos planos de desenvolvimento, o Território mostrou-se predominantemente rural, tendo como principal elemento da identidade territorial a agricultura familiar. Apesar disso, o Território possui em Arapiraca o principal polo e este último diverge em muitos aspectos dos demais municípios. Esta divergência não é insignificante, pelo contrário ela é determinante do cenário e dos resultados encontrados, pois as instituições ofertantes se localizam em Arapiraca, os cursos ofertados em sua maioria são realizados em Arapiraca, e muitas vezes as demandas atendidas se aproximam daquelas decorridas do município de Arapiraca em detrimento dos demais. Deste modo, o protagonismo deste município fez com

que as ações se voltassem para as suas necessidades enquanto outros municípios permaneceram desassistidos.

Contudo, para além do protagonismo de um único município, um fator ainda mais importante chama a nossa atenção, pois, o insucesso do Pronatec no Território da Cidadania do Agreste é, antes de tudo, em decorrência da própria fragilidade do que seria a dinâmica de desenvolvimento territorial. Durante o levantamento dos panoramas, observamos muitas lacunas e a falta de coesão entre os atores envolvidos. Somente com a resolução desse impasse, é que será possível a apropriação e devida execução de qualquer política pública, mesmo que originada no escalão central.

Portanto, a relativa inadequação encontrada entre a oferta de cursos do Pronatec e as demandas do Território se deu devido à falta de conhecimento das verdadeiras demandas locais. Aliás, essa questão nos leva a discutir um problema ainda mais impactante, que é a preservação dessa forma de fazer política do tipo *top-down*, pois o Pronatec foi apresentado como a solução do Estado para resolver os problemas de qualificação profissional de toda a extensão do território brasileiro. Contudo, existem demandas que são anteriores a essa da qualificação profissional. No Território investigado, por exemplo, ainda são graves os problemas com a educação básica, com a saúde, com a qualidade de vida de maneira geral. Por isso, é preciso questionar constantemente a efetividade desses programas e não somente a sua eficácia em alcançar as metas estabelecidas.

Essa preocupação com a quantidade, em lugar da qualidade, fica muito evidente na forma como são definidas as ofertas dos cursos. Afinal, a preocupação está somente em quantas vagas poderão ser disponibilizadas. E a manutenção das agendas das instituições ofertantes, mostra que a preocupação é atender aos números e oferecer o que a estrutura permitir, independente do que resulte ao final do curso. Isso explica o desalinhamento entre os cursos

ofertados para o Território da Cidadania do Agreste e as demandas evidenciadas quando da descrição do que seria a dinâmica de desenvolvimento dessa localidade.

Essa descrição foi importante porque a capacidade de organização social do território é o fator endógeno para potencializar o desenvolvimento territorial, a partir da complexa malha de instituições e agentes de desenvolvimento articulados por uma cultura local e por um projeto de desenvolvimento (HADDAD, s/d apud BOISIER, 2005). Vale lembrar que, somente a apropriação, pelos atores locais, desse impulso fornecido pelo Estado, será capaz de transformar esse fator de crescimento em algo que se reverta em desenvolvimento para toda a região.

Apesar de o resultado final desta pesquisa apontar para a inadequação da oferta de cursos à dinâmica do Território, concluiu-se que existe um potencial a ser fortalecido. O Território da Cidadania do Agreste já foi um referencial no estado por sua dinâmica e envolvimento dos atores locais. No entanto, falta um empoderamento e tomada de decisão por parte dos agentes locais e uma integração das instituições ofertantes ao fórum de desenvolvimento do Território. Isso fará com que as reais demandas dos seguimentos da sociedade sejam debatidas, estudadas e atendidas, beneficiando a todos os indivíduos e prevalecendo o interesse do Território em detrimento do de alguns poucos municípios.

Portanto, a principal indicação desta pesquisa aponta para a necessidade de potencializar a capacidade organizativa do Território, tendo em vista que já existe um espaço de explanação, reivindicação e participação que precisa ser melhor apropriado pelos atores e instituições locais, falta a sinergia de que tratou Boisier (1999b). Especificamente, no que se refere ao objeto estudado, há a necessidade de as organizações ofertantes se inserirem no fórum do Território, pois este é o palco onde são discutidas e definidas as demandas do Território e isto facilitaria a adequação da oferta de cursos às reais demandas locais.

Apesar dos panoramas pouco atrativos e da pouca relação entre oferta e demanda, é preciso considerar os aspectos que podem contribuir para o desenvolvimento do Território: as

potencialidades evidenciadas durante essa trajetória de pesquisa; as capacidades latentes do território; e, a esperança daqueles que compõem esse contexto.

“tudo isso pode ser revertido, né.. tudo isso pode ser revertido [...] na necessidade do fórum estar organizado, do colegiado estar organizado e fortalecido pra discutir essas questões.. [...] a medida em que você se junta e que você junta os prefeitos, os secretários, né.. as universidades, então a discussão ela se fortalece.. esse é o princípio dos territórios da cidadania; não vem acontecendo, mas que deveria acontecer” (Entrevista com R.T.1).

Diante do exposto, concluímos que o grande desafio do Estado consiste na dinamização do desenvolvimento em diferentes escalas territoriais, o que significa criar condições de que em todo o território nacional o desenvolvimento seja potencializado e as desigualdades sejam minimizadas (ANDRADE e MACÊDO, 2012). Esse desafio deve ser enfrentado por todas as instâncias de governo e também pela própria sociedade que deve identificar e criar possibilidades para concretizar as aspirações coletivas, principalmente em âmbitos territorialmente localizados. É neste sentido que as instituições, as organizações e os atores locais são elementos necessários para a construção de uma política de desenvolvimento apropriada para o território (BOISIER, 1997; 2005; BARQUERO, 2007).

Boisier (1997) aponta que o desenvolvimento territorial pode ser visto como um “jogo” no qual participam dois jogadores, o Estado e o Território. Neste sentido, cabe ao Estado criar as condições para que o Território consiga se desenvolver. No desempenho deste papel, o Estado age por meio de políticas públicas, planos e programas de governo a fim de potencializar o desenvolvimento nos estados e municípios brasileiros.

Portanto, diante do exposto, podemos concluir que o Território da Cidadania do Agreste tem um potencial que precisa ser estimulado, tem um fórum que precisa ser ocupado e tem necessidades que precisam ser reivindicadas, de modo que mesmo o Pronatec poderia funcionar como um instrumento para a potencialização das capacidades locais se a sua oferta fosse

definida de acordo com as reais demandas do Território. Afinal, o desenvolvimento é construído pelas pessoas que habitam o Território (Boisier, 1997) e a disposição de oportunidades para os indivíduos fará com que estes atuem na promoção do desenvolvimento territorial.

5.1 Limitações e Sugestões da Pesquisa

Quando o pesquisador se propõe a investigar um problema de pesquisa ele se prepara, planeja os passos a serem seguidos, estabelece técnicas, procedimentos e rotinas, se alimenta de pressupostos e vai ao campo. Lá chegando, o pesquisador percebe que o mundo real não é tal como ele imaginava, uma série de fatores pode interferir na melhor das projeções de pesquisa. Diante desta realidade, cabe ao pesquisador a sensibilidade e resiliência para perceber o que o campo está falando e o quão significativo isso pode ser para o desenvolvimento da sua pesquisa. Ante o exposto, é preciso dizer: planos se desfazem e o caminhar da pesquisa é um processo de aprendizado contínuo.

Durante o desenvolvimento deste estudo, uma das grandes dificuldades foi o acesso a informações precisas das organizações investigadas. Como apresentado na seção de análise, algumas instituições ofertantes não disponibilizaram relatórios de quantitativo de ofertas por completo, isso se deu por diferentes motivos ou justificativas. Em alguns casos, o relatório não estava pronto, em outros não havia disponibilidade de tempo para resgatar relatórios anteriores, e em outros faltou o interesse em contribuir para a realização da pesquisa. Desse modo, os resultados apresentados refletem a compilação daquilo que foi disponibilizado durante a pesquisa de campo. Apesar da limitação de algumas informações, os resultados não se alteraram de forma significativa, pois os dados faltantes contribuiriam para o aumento quantitativo, mas em nada modificariam os resultados qualitativos da pesquisa.

Outra dificuldade foi a própria configuração do campo de pesquisa, que, como se observou, não está mais tão organizado como outrora, isso foi bastante significativo para os resultados da pesquisa, pois influenciou bastante na resolução da problemática aqui proposta.

No mais, o campo, como esperado, delimitou o caminhar da investigação e fez com que algumas modificações fossem realizadas, o referencial foi readaptado, novos questionamentos surgiram e a pesquisa se fez a partir do intercâmbio entre teoria e campo, sendo este último o maior privilegiado.

Por fim, é natural que toda pesquisa apresente dificuldades e limitações quanto ao processo de realização e aos resultados analíticos. Com esta não seria diferente, por isso destaca-se como principal entrave o fator disponibilidade de informações. Como já ressaltado, algumas informações foram disponibilizadas de maneira incompleta e mesmo que não surgisse uma mudança significativa dos resultados, as informações faltantes contribuiriam para uma composição completa do retrato traçado no item 4.2. Contudo, apesar das limitações apresentadas, esta pesquisa teceu relações entre os achados empíricos e a teoria permitindo que algumas contribuições fossem trazidas acerca da dinâmica de desenvolvimento local e a efetividade de ações do governo.

Portanto, tendo em vista as dificuldades e limitações apontadas, uma pesquisa qualitativa nunca encerra em si mesma, de modo que algumas recomendações para estudos futuros são possíveis e necessárias. Desse modo, sugere-se: a investigação mais aprofundada acerca da complexa relação entre ofertantes e demandantes dos cursos do Pronatec; Estudo aprofundado acerca da efetividade do Pronatec para a sociedade local, considerando um contexto de investigação específico; estudos comparativos entre territórios distintos, a fim de validar os resultados provenientes desta pesquisa.

Referências

AMARAL FILHO, Jair do. A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local. **Planejamento e Políticas Públicas** – PPP, n. 23, 2001.

AMARAL FILHO, Jair do. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **Planejamento e Políticas Públicas** – PPP, n. 14, 1996.

AMARAL FILHO, Jair do. O Nordeste que dá certo. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 7, 2010, p.55-83.

ANDRADE, Alessandro Dalla Santa. **Os recursos estratégicos territoriais e o desenvolvimento de vantagens competitivas para a região dos Campos de Cima da Serra/RS**. 2010. Rio Grande do Sul, Brasil. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Caxias do Sul. 2010.

ANDRADE, Jackeline Amantino de; MACÊDO, Caroliny Wanderley de. Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Regional. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 16, n. 1, p. 67-78, jan./jun. 2012.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Revisitando a Questão Regional. **Cadernos do Desenvolvimento**. Ano 1, n. 1. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2006.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Desenvolvimento Regional no Brasil. *In*: FURTADO, Celso. et. al. **O Pensamento de Celso Furtado e o Nordeste Hoje**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. **Ensaio sobre o Desenvolvimento Brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BARQUERO, Antonio Vázquez. Desarrollo endógeno. Teorías y políticas de desarrollo territorial. **Investigaciones Regionales**, n. 11, 2007, p. 183-210. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28901109>. Acesso em: 25 de maio de 2014.

BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. *In*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (editores). **Pesquisa Qualitativa com Imagem, Texto e Som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BOISIER, Sergio. ¿Hay espacio para el desarrollo local en la globalización? **Revista de la CEPAL**, 86, 2005, p. 47-62.

BOISIER, Sergio. **Desarrollo (Local): ¿De qué estamos hablando?** Santiago do Chile, 1999a.

BOISIER, Sergio. El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, n. 2, 1999b.

BOISIER, Sergio. El vuelo de una cometa. Una metáfora para una teoría del desarrollo territorial. **Estudios Regionales**, n. 48, 1997, p. 41-79.

BOISIER, Sergio. Em Busca do Esquivo Desenvolvimento Regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e Políticas Públicas – PPP**, n. 13, 1996.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

BRASIL. **Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. s/d. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/>. Acesso em: 06 de agosto de 2014.

BRASIL. Lei 11.195, de 18 de novembro de 2005. Dá nova redação ao § 5º do Art. 3º da Lei 8.948, de 8 de dezembro de 1994. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 de novembro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11195.htm. Acesso em: 06 de agosto de 2013.

BRASIL. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); [...]; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 de outubro de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm. Acesso em: 25 de setembro de 2013.

BRASIL. **Linha do Tempo – Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 06 de agosto de 2014.

BRASIL. **Relatório de Gestão do Exercício 2013**. SETEC/MEC, Brasília, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acessado em: 07 de agosto de 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Curso de Desenvolvimento Econômico, Fundação Getúlio Vargas, 2006.

CARINHATO, P. H. S. **Neoliberalismo, reforma do estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil**. 2008. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/aurora_n3_misclanea_01.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2014.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Celso Furtado e a questão regional. *In*: FURTADO, Celso. et. al. **O Pensamento de Celso Furtado e o Nordeste Hoje**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

CASSIOLATO, Maria Martha M. C. GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Pronatec: Múltiplos Arranjos e Ações para Ampliar o Acesso à Educação Profissional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014. (Texto para discussão 1919).

CASTIONI, Remi. **Planos, projetos e programas de educação profissional: agora é a vez do Pronatec**. *In*: Sociais e Humanas, Santa Maria, v. 26, n. 01, 2013, p. 25-42.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DINIZ, Eli, BOSCHI, Renato. Uma nova estratégia de desenvolvimento? *In*: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (org.). **O Que Esperar do Brasil?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. p. 25-59.

FERREIRA, Assuéro. Da invenção criadora do GTDN à reinvenção do futuro da década perdida. *In*: FURTADO, Celso. et. al. **O Pensamento de Celso Furtado e o Nordeste Hoje**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

FISCHER, Tânia. **A gestão do desenvolvimento social: agenda em aberto e propostas de qualificação**. *In*: VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002.

FLICK, Uwe. **Introdução à Metodologia de Pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013.

FURTADO, Celso. **Cultura e Desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, Celso. O Nordeste: Reflexões sobre uma Política Alternativa de Desenvolvimento, 1984. *In*: FURTADO, Celso. et. al. **O Pensamento de Celso Furtado e o Nordeste Hoje**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

FURTADO, Celso. **Pequena Introdução ao Desenvolvimento**: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Ed. Nacional, 1980. (p. 1-50).

GASKELL, George. Entrevistas Individuais e Grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (editores). **Pesquisa Qualitativa com Imagem, Texto e Som: um manual prático**. 7. ed. Petrópoles, RJ: Vozes, 2008.

GEPHART, R. Qualitative research and the Academy of Management Journal. **Academy of Management Journal**, v. 47, n.4, 2004, p. 454-462.

GODOY, Arilda Schmidt. Refletindo sobre Critérios de Qualidade da Pesquisa Qualitativa. Revista Eletrônica de Gestão Organizacional – **Gestão.Org**, v. 3, n. 2, maio./ago. 2005, p. 80-89.

GOULART, Sueli. Uma Abordagem ao Desenvolvimento Local Inspirada em Celso Furtado e Milton Santos. **Cadernos EBAPE**, v. IV, n. 3, Outubro 2006.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEÃO, André Luiz Maranhão de Souza; MELLO, Sérgio Carvalho Benício de; VIEIRA, Ricardo Sérgio Gomes. O papel da teoria no método de pesquisa em Administração. **Organizações em Contexto**. ano 5, n. 10, jul./dez. 2009.

MDS. **Bolsa Família impulsiona crescimento da economia alagoana**. 2007. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2015.

MERRIAM, S. **Qualitative research and case study applications in education**. San Francisco: Jossey-Bass, 2008.

MERRIAM, S. **Qualitative research: a guide to design and implementation**. San Francisco: Jossey-Bass, 2009.

PATTON, M. **Qualitative research and evaluation methods**. Thousand Oaks: Sage, 2002. p. 297-301.

PNUD. **O que é Desenvolvimento Humano**. s/d. Disponível em: http://www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li_DH. Acesso em: 30 de julho de 2014.

PTDRS. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Agreste de Alagoas**. 2011. Disponível em: www.mds.gov.br. Acesso em: 15 de junho de 2014.

SACHS, Ignacy. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. **Estudos Avançados**,

9(25), 1995, p. 29-63.

SANTOS, Leide Maria Reis dos. **A Política de Desenvolvimento dos Territórios Rurais: uma leitura preliminar no Agreste de Alagoas**. 2009. Sergipe, Brasil. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe, 2009.

SECTI. ALAGOAS. **Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação de Alagoas**. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE / Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade – IABS / Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID / Governo do Estado de Alagoas / Editora IABS, Brasília-DF, Brasil - 2013. Disponível em: <http://www.cienciaetecnologia.al.gov.br/>. Acesso em: 14 de agosto de 2015.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Gustavo Madeiro. A história do conceito de desenvolvimento e a ascensão das associações civis. In: ENCONTRO DA ANPAD, XXXV, 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: EnANPAD, 4 a 7 set. 2011.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. (2Ed.). Porto Alegre: Bookman. 2001.

Sites Institucionais Acessados

ALAGOAS EM DADOS E INFORMAÇÕES: <http://www.dados.al.gov.br/>

ATLAS BRASIL 2013: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>

EMATAER/AL: <http://www.emater.al.gov.br/>

IBGE – <http://www.ibge.gov.br>

IFAL: <http://www.ifal.edu.br/>

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA: <http://transparencia.gov.br/>

PRONATEC: <http://pronatec.mec.gov.br/>

SECTI/AL: <http://www.cienciaetecnologia.al.gov.br/>

SENAC/AL: <http://www.al.senac.br/>

SENAI/AL: <http://www.al.senai.br/>

SENAR/AL: <http://www.senar-al.org.br/>

SEPLANDE/AL: <http://www.planejamento.al.gov.br/>

SIT – (SISTEMA DE INFORMAÇÃO TERRITORIAL DO MDA): <http://sit.mda.gov.br/>

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA: www.territoriosdacidadania.gov.br

UFAL: <http://www.ufal.edu.br/>

UNEAL: <http://www.uneal.edu.br/>

APÊNDICE A – Síntese de informações acerca dos cursos do Pronatec

Eixos Tecnológicos	Descrição Sumária	Cursos Técnicos*	Cursos FIC*
Ambiente e Saúde	Compreende tecnologias associadas à melhoria da qualidade de vida, à preservação e utilização da natureza, desenvolvimento e inovação do aparato tecnológico de suporte e atenção à saúde.	Técnico em Agente Comunitário de Saúde; Técnico em Análises Clínicas; Técnico em Biotecnologia; Técnico em Citopatologia; Técnico em Controle Ambiental; Técnico em Cuidados de Idosos; Técnico em Enfermagem; Técnico em Equipamentos Biomédicos; Técnico em Estética; Técnico em Farmácia; Técnico em Gerência de Saúde; Técnico em Hemoterapia; Técnico em Imagem Pessoal; Técnico em Imobilizações Ortopédicas; Técnico em Massoterapia; Técnico em Meio Ambiente; Técnico em Meteorologia; Técnico em Necropsia; Técnico em Nutrição e Dietética; Técnico em Óptica; Técnico em Órteses e Próteses; Técnico em Podologia; Técnico em Prótese Dentária; Técnico em Radiologia; Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos; Técnico em Reciclagem; Técnico em Registros e Informações em Saúde; Técnico em Saúde Bucal; Técnico em Vigilância em Saúde.	Aconselhador em Dependência Química; Agente Comunitário de Saúde; Agente de Combate às Endemias; Agente de Desenvolvimento Socioambiental; Agente de Gestão de Resíduos Sólidos; Agente de Higiene e Beleza Animal; Agente de Limpeza Urbana; Agente Funerário; Atendente de Nutrição; Auxiliar de Farmácia de Manipulação; Auxiliar de Fiscalização Ambiental; Auxiliar de Laboratório de Entomologia Médica; Auxiliar de Laboratório de Saneamento; Auxiliar de Laboratório de Saúde; Auxiliar de Saúde Bucal; Auxiliar em Equoterapia; Auxiliar em Imobilização Ortopédica; Auxiliar Técnico em Biotecnologia; Balconista de Farmácia; Barbeiro; Cabeleireiro; Cabeleireiro Assistente; Copeiro Hospitalar; Cuidador de Idoso; Cuidador Infantil; Depilador; Higienista de Serviços de Saúde; Lactarista; Manicure e Pedicure; Maqueiro; Maquiador; Massagista; Monitor do Uso e Conservação dos Recursos Hídricos; Operador de Aterro Sanitário de Resíduos Sólidos Urbanos; Operador de Produção em Unidade de Tratamento de Resíduos; Operador de Tratamento de Resíduos Sólidos; Operador de Usina de Compostagem; Recepcionista em Serviços de Saúde; Reciclador; Shiatsuoterapeuta; Vendedor de Produtos e Serviços Ópticos.
Controle e Processos Industriais	Compreende tecnologias associadas aos processos mecânicos, eletroeletrônicos e físico-químicos.	Técnico em Análises Químicas; Técnico em Automação Industrial; Técnico em Eletroeletrônica; Técnico em Eletromecânica; Técnico em Eletrônica; Técnico em Eletrotécnica; Técnico em Manutenção Automotiva; Técnico em Manutenção de Aeronaves em Aviônicos;	Ajudante de Forno; Ajustador Mecânico; Alimentador de Linha de Produção; Bobinador Eletricista; Caldeireiro; Caldeireiro Naval; Colorista Automotivo; Conformador de Peças em Metal; Curtidor de Couros e Peles; Desenhista Mecânico; Eletricista de Automóveis; Eletricista de Manutenção Ferroviária; Eletricista de Veículos de Transporte de Cargas e de Passageiros; Eletricista Industrial; Eletricista Naval; Eletromecânico de Automóveis; Embalador; Encanador

		<p>Técnico em Manutenção de Aeronaves em Célula; Técnico em Manutenção de Aeronaves em Grupo Motopropulsor; Técnico em Manutenção em Máquinas Pesadas; Técnico em Manutenção Metroferroviária; Técnico em Máquinas Navais; Técnico em Mecânica; Técnico em Mecânica de Precisão; Técnico em Mecatrônica; Técnico em Metalurgia; Técnico em Metrologia; Técnico em Petroquímica; Técnico em Processamento da Madeira; Técnico em Química; Técnico em Refrigeração e Climatização; Técnico em Sistemas a Gás; Técnico em Sistemas de Energia Renovável; Técnico em Soldagem.</p>	<p>Industrial; Estilista de Calçados; Forno Fundidor de Metais; Fresador Mecânico; Funileiro de Automóveis; Ilustrador de Calçados; Instalador de Acessórios Automotivos; Instalador de Isolamento Térmico; Instalador de Tubulações Navais; Laminador de Plástico; Laminador e Pintor de Embarcações em Fibra de Vidro; Lixador; Lubrificador Industrial; Manutenção Elétrica de Usina de Beneficiamento de Minérios; Mecânico de Máquinas Agrícolas; Mecânico de Ar Condicionado Automotivo; Mecânico de Automóveis Leves; Mecânico de Bombas Centrífugas; Mecânico de Bombas Hidráulicas; Mecânico de Equipamentos de Mineração; Mecânico de Freios, Suspensão e Direção de Veículos Leves; Mecânico de Instrumentos de Precisão; Mecânico de Máquina de Malharia; Mecânico de Máquinas de Calçados; Mecânico de Máquinas de Costura; Mecânico de Máquinas de Usinagem; Mecânico de Máquinas Gráficas; Mecânico de Máquinas Industriais; Mecânico de Motocicletas; Mecânico de Motores a Diesel; Mecânico de Motores Ciclo Otto; Mecânico de Motores de Popa; Mecânico de Refrigeração e Climatização Industrial; Mecânico de Sistemas de Freios, Suspensão e Direção de Veículos Rodoviários Pesados; Mecânico de Tear; Mecânico de Transmissão Automática Automotiva; Mecânico de Transmissão de Veículos Rodoviários Pesados; Mecânico de Transmissão Manual Automotiva; Mecânico de Transporte Metroferroviário; Mecânico de Usinagem Convencional; Mecânico de Veículos Rodoviários Pesados; Mecânico em Refrigeração Comercial; Modelador de Fundição; Modelista e Confeccionador de Protótipos de Bolsas; Moldador de Fundição; Montador de Bolsas; Montador de Equipamentos Eletroeletrônicos; Montador de Estruturas Metálicas; Montador de Forma; Montador de Painéis Elétricos; Montador de Veículos Automotores; Oleiro; Operador de Equipamentos de Mina; Operador de Acabamento de Peças Fundidas; Operador de CAD para Calçados; Operador de Ensaio Não Destrutivos; Operador De Filtro – Prensa; Operador de Forno de Fundição; Operador de Forno de Tratamento Térmico;</p>
--	--	--	---

		<p>Operador de Fresadora com Comando Numérico Computadorizado; Operador de Galvanoplastia; Operador de Injetores para Termoplásticos; Operador de Máquina de Prova Rotográfica; Operador de Máquina Injetora para Fundição de Precisão; Operador de Máquinas com Comando Numérico Computadorizado para Madeiras e Derivados; Operador de Máquinas de Corte de Roupas; Operador de Máquinas de Fiação de Algodão; Operador de Máquinas de Usinagem com Comando Numérico Computadorizado; Operador de Máquinas de Usinagem Convencionais; Operador de Máquinas Florestais; Operador de Movimentação de Cargas; Operador de Processos Químicos em Mineração; Operador de Processos Químicos Industriais; Operador de Produção de Fármacos e Medicamentos; Operador de Sistema de Climatização; Operador de Sistema de Combustível; Operador de Solda por Arco Submerso; Operador de Sonda de Perfuração; Operador de Torno com Comando Numérico Computadorizado; Operador e Mantenedor de Embarcações de Pesca Artesanal; Operador e Programador de Sistemas Automatizados de Soldagem; Operador em Linha de Montagem de Equipamentos Eletroeletrônicos; Oxicortador à Mão e à Máquina; Pintor de Automóveis; Pintor Industrial; Plataformista; Polidor Automotivo; Preparador de Superfícies para Pintura Automotiva; Reparador de Circuitos Eletrônicos; Reparador de Eletrodomésticos; Retificador Mecânico; Serralheiro de Alumínio; Serralheiro de Materiais Ferrosos; Serralheiro de Materiais Não Ferrosos; Soldador de Arame Tubular Naval; Soldador de Estruturas e Tubulação em Aço Carbono no Processo MAG; Soldador de Estruturas e Tubulação em Aço Carbono no Processo TIG; Soldador Eletrodo Revestido Naval; Soldador MAG Naval; Soldador Manual de Solda Branca; Soldador no Processo Arame Tubular em Aço; Soldador no Processo Eletrodo Revestido Aço Carbono e Aço Baixa Liga; Soldador no Processo MIG/MAG; Soldador no Processo TIG em Aço; Soldador Oxiacetilênico; Soldador TIG Naval; Talhador de Tecidos; Tapeceiro de Automóveis; Torneiro Mecânico; Traçador de Caldeiraria.</p>
--	--	---

Desenvolvimento educacional e Social	Compreende atividades relacionadas ao planejamento, execução, controle e avaliação de funções de apoio social, pedagógico e administrativo em escolas públicas e privadas e demais instituições.	Técnico em Alimentação Escolar; Técnico em Biblioteca; Técnico em Infraestrutura Escolar; Técnico em Ludoteca; Técnico em Multimeios Didáticos; Técnico em Orientação Comunitária; Técnico em Produção de Materiais Didáticos Bilíngüe em Libras/Língua Portuguesa; Técnico em Secretaria Escolar; Técnico em Tradução e Interpretação de Libras; Técnico em Treinamento de Cães-Guia	Adestrador de Cães; Agente de Alimentação Escolar; Agente de Projetos Sociais; Agente de Proteção Social Básica; Alemão Básico - A1; Alemão Básico - A2; Alemão Básico - B1; Auxiliar de Biblioteca; Auxiliar de Secretaria Escolar; Contador de Histórias; Espanhol Aplicado a Serviços Turísticos; Espanhol Básico; Espanhol Intermediário; Francês Aplicado a Serviços Turísticos; Francês Básico; Francês Intermediário; Guia Intérprete; Inglês Aplicado a Serviços Turísticos; Inglês Básico; Inglês Instrumental para Mecânicos de Aeronaves; Inglês Intermediário; Inspetor Escolar; Intérprete Gestuno; Introdução à Interpretação em Língua Brasileira de Sinais (Libras ? Português); Língua Brasileira de Sinais (Libras) – Avançado; Língua Brasileira de Sinais (Libras) – Básico; Língua Brasileira de Sinais (Libras) – Intermediário; Língua Portuguesa e Cultura Brasileira para Estrangeiros? Básico; Língua Portuguesa e Cultura Brasileira para Estrangeiros? Intermediário; Língua Portuguesa e Cultura Brasileira para Surdos? Básico; Língua Portuguesa e Cultura Brasileira para Surdos? Intermediário; Monitor de Transporte Escolar; Recriador; Sistema Internacional de Língua de Sinais.
Gestão e Negócios	Compreende tecnologias associadas aos instrumentos, técnicas e estratégias utilizadas na busca da qualidade, produtividade e competitividade das organizações.	Técnico em Administração; Técnico em Comércio; Técnico em Comércio Exterior; Técnico em Contabilidade; Técnico em Cooperativismo; Técnico em Finanças; Técnico em Logística; Técnico em Marketing; Técnico em Qualidade; Técnico em Recursos Humanos; Técnico em Secretariado; Técnico em Seguros; Técnico em Serviços de Condomínio; Técnico em Serviços Jurídicos; Técnico em Serviços Públicos; Técnico em Transações Imobiliárias; Técnico em Vendas.	Agente de Desenvolvimento Cooperativista; Agente de Inspeção de Qualidade; Agente de Microcrédito; Almojarife; Assistente de Despachante; Aduaneiro; Assistente de Planejamento e Controle de Produção; Assistente de Vendas; Atendente de Judiciário; Auxiliar Administrativo; Auxiliar de Arquivo; Auxiliar de Crédito e Cobrança; Auxiliar de Faturamento; Auxiliar de Pessoal; Auxiliar de Recursos Humanos; Auxiliar de Serviços em Comércio Exterior; Auxiliar de Tesouraria; Auxiliar Financeiro; Caixa de Banco; Comprador; Controlador e Programador de Produção; Mensageiro; Operador de Caixa; Operador de Supermercados; Operador de Telemarketing; Promotor de Vendas; Recepcionista; Representante Comercial; Vendedor.
Informação e Comunicação	Compreende tecnologias relacionadas à comunicação e processamento de	Técnico em Computação Gráfica; Técnico em Informática; Técnico em Informática para Internet;	Administrador de Banco de Dados; Agente de Inclusão Digital em Centros Públicos de Acesso à Internet; Cabista de Sistema de Telecomunicações; Desenhista de Produtos Gráficos Web;

	dados e informações.	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática; Técnico em Programação de Jogos Digitais; Técnico em Redes de Computadores; Técnico em Sistemas de Computação; Técnico em Sistemas de Transmissão; Técnico em Telecomunicações.	Desenvolvedor de Aplicativos para Mídias Digitais; Desenvolvedor de Jogos Eletrônicos; Instalador e Reparador de Equipamentos de Transmissão em Telefonia; Instalador e Reparador de Linhas de Telecomunicação; Instalador e Reparador de Linhas e Sistemas de Telefonia; Instalador e Reparador de Rede de TV a Cabo; Instalador e Reparador de Redes de Computadores; Instalador e Reparador de Redes, Cabos e Equipamentos Telefônicos; Instalador e Reparador de Fibras Óticas; Montador e Reparador de Computadores; Montador e Reparador de Periféricos; Montador e Reparador de Sistemas de Rádio AM e FM; Montador e Reparador de Sistemas de Rádio Digital; Montador e Reparador de Sistemas de TV Digital; Operador de Computador; Programador de Dispositivos Móveis; Programador de Sistemas; Programador Web.
Infraestrutura	Compreende tecnologias relacionadas à construção civil e ao transporte.	Técnico Aeroportuário; Técnico em Agrimensura; Técnico em Carpintaria; Técnico em Desenho de Construção Civil; Técnico em Edificações; Técnico em Estradas; Técnico em Geodésia e Cartografia; Técnico em Geoprocessamento; Técnico em Hidrologia; Técnico em Portos; Técnico em Saneamento; Técnico em Trânsito; Técnico em Transporte Aquaviário; Técnico em Transporte de Cargas; Técnico em Transporte Dutoviário; Técnico em Transporte Metroferroviário; Técnico em Transporte Rodoviário.	Acoplador; Agente de Aeroporto; Agente de Estação Ferroviária; Agente de Limpeza e Conservação; Agente de Limpeza em Aeronaves; Agente de Operações em Comissaria; Agente de Peso e Balanceamento de Aeronaves; Agente de Rampa e Fiscal de Pista; Agente Operacional de Estação de Passageiros; Ajudante de Coleta e Entrega no Transporte Pequenas Cargas; Ajudante de Obras; Almoxarife de Obras; Aplicador de Revestimento Cerâmico; Aplicador de Revestimentos Assoalhados; Aplicador de Sistemas de Proteção de Pisos e Revestimentos; Armador de Estruturas Pesadas; Armador de Ferragem; Arrumador e Conferente de Cargas; Arrumador e Estivador; Assistente de Operação de Logística Portuária; Auxiliar de Lavanderia; Auxiliar de Manutenção Predial; Auxiliar de Maquinista; Auxiliar de Operação de Estação de Tratamento de Águas; Auxiliar de Transporte, Movimentação e Distribuição de Cargas; Borracheiro, Alinhador e Balanceador; Cadista para a Construção Civil; Carpinteiro de Esquadrias; Carpinteiro de Obras; Carpinteiro de Telhados; Carpinteiro Naval; Caseiro; Chaveiro; Cobrador de Ônibus Coletivo Urbano; Conferente de Carga; Conservador de Via Permanente; Curvador; Desenhista da Construção Civil; Desenhista de Topografia; Despachante de Transporte Coletivo;

		<p> Editor de Maquetes Eletrônicas; Eletricista de Linhas Elétricas de Alta e Baixa Tensão; Eletricista de Rede de Distribuição de Energia Elétrica; Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão; Encanador; Instalador Predial; Estivador; Fluviário em Embarcações Especiais; Frentista; Gesseiro; Inglês Técnico para Portuários; Instalador de Aquecedores Residenciais a Gás; Instalador de Persianas e Filmes de Proteção; Instalador de Refrigeração e Climatização; Doméstica; Instalador de Sistemas Eletrônicos de Segurança; Instalador de Tubulações Industriais; Instalador Hidráulico Residencial; Instalador; Montador de Elevadores; Instalador Predial de Tubulações de Gás Combustível; Jardineiro; Laboratorista de Materiais de Construção; Laborista de Solos; Lavador e Lubrificador de Veículos de Cargas; Lavador e Lubrificador de Veículos de Passageiros; Maçariqueiro; Manobrista de Veículos de Passeio; Manobrista Ferroviário; Mantenedor Ferroviário de Via Permanente; Manutenção Mecânica de Locomotivas; Maquinista; Marceneiro; Marinheiro Fluvial de Convés; Marinheiro Fluvial de Máquinas; Marítimo em Embarcações Especiais; Mecânico de Aparelhos Esportivos e de Ginástica; Mecânico de Bicicleta; Mestre de Obras; Monitor de Sistemas Eletrônico de Segurança; Montador de Andaimos; Montador de Móveis; Montador de Sistemas de Construção a Seco; Motorista de Transporte de Carga; Motorista de Transporte de Carga de Produtos Alimentícios; Motorista de Transporte de Carga Viva; Motorista de Transporte de Lixo Urbano; Motorista de Transporte de Passageiros; Motorista de Transporte de Produtos Perigosos; Motorista de Transporte Escolar; Operação de Tratores; Operador de Rolo Compactador e Rolo de Pneus; Operador de Abastecimento de Aeronaves; Operador de Adequação de Ambientes; Operador de Carregador de Correia Espiral; Operador de Cavalo Mecânico e Hidráulico; Operador de Elevador de Cargas; Operador de Empilhadeira; Operador de Equipamento de Guindar; Operador de Escavadeira Hidráulica; Operador de Manobra; Operador de Máquina Perfuratriz; Operador de Minicarregadeira; Operador de </p>
--	--	--

			<p>Motoniveladora (Patrol); Operador de Pá Carregadeira; Operador de Paleteira Elétrica; Operador de Plataforma Elevatória; Operador de Pontes Rolantes; Operador de Rampa; Operador de Retroescavadeira; Operador de Sugador de Granéis Sólidos; Operador de Terminais Portuários; Operador de Tratamento de Águas e Efluentes; Operador de Trator de Pneu; Pedreiro de Alvenaria; Pedreiro de Alvenaria Estrutural; Pedreiro de Refratário; Pedreiro de Revestimentos em Argamassa; Pintor de Obras; Porteiro e Vigia; Revitalizador de Pisos Cerâmicos; Sondador; Supervisor de Transportes; Trabalhador Doméstico; Tratador de Piscinas; Vidraceiro; Zelador.</p>
Militar	<p>Compreende tecnologias, infraestrutura e processos relacionados à formação do militar, como elemento integrante das organizações militares que contribuem para o cumprimento da missão constitucional das Forças Armadas.</p>	<p>Técnico em Ações de Comandos; Técnico em Armamento de Aeronaves; Técnico em Artilharia; Técnico em Artilharia Antiaérea; Técnico em Cavalaria; Técnico em Combate a Incêndio, Resgate e Prevenção de Acidentes de Aviação; Técnico em Comunicações Aeronáuticas; Técnico em Comunicações Navais; Técnico em Controle de Tráfego Aéreo; Técnico em Desenho Militar; Técnico em Eletricidade e Instrumentos Aeronáuticos; Técnico em Equipamento de Engenharia; Técnico em Equipamentos de Voo; Técnico em Estrutura e Pintura de Aeronaves; Técnico em Forças Especiais; Técnico em Fotointeligência; Técnico em Guarda e Segurança; Técnico em Hidrografia; Técnico em Infantaria; Técnico em Informações Aeronáuticas; Técnico em Manobras e Equipamentos de Convés; Técnico em Material Bélico; Técnico em Mecânica de Aeronaves; Técnico em Mergulho; Técnico em</p>	--

		<p>Montanhismo; Técnico em Navegação Fluvial; Técnico em Operação de Radar; Técnico em Operação de Sonar; Técnico em Operações de Engenharia Militar; Técnico em Preparação Física e Desportiva Militar; Técnico em Sensores de Aviação; Técnico em Sinais Navais; Técnico em Sinalização Náutica; Técnico em Suprimento.</p>	
Produção Alimentícia	<p>Compreende tecnologias relacionadas ao beneficiamento e industrialização de alimentos e bebidas.</p>	<p>Técnico em Agroindústria; Técnico em Alimentos; Técnico em Apicultura; Técnico em Cervejaria; Técnico em Confeitaria; Técnico em Panificação; Técnico em Processamento de Pescado; Técnico em Viticultura e Enologia.</p>	<p>Açougueiro; Ajudante de Padeiro; Auxiliar de Confeitaria; Cervejeiro; Confeiteiro; Cozinheiro Industrial; Destilador de Bebidas; Magarefe; Masseiro; Moleiro; Operador de Beneficiamento de Café; Operador de Máquinas na Fabricação de Massas, Doces, Achocolatados, Salgados e Similares; Operador de Processamento de Frutas e Hortaliças; Operador de Processamento de Grãos e Cereais; Operador de Processamento de Pescado; Operador de Processos de Produção de Carnes e Derivados; Padeiro; Preparador de Doces e Conservas; Produtor de Bebidas Alcoólicas; Produtor de Bebidas Não-alcoólicas; Produtor de Cachaça; Produtor de Carnes Exóticas; Produtor de Cervejas; Produtor de Derivados do Leite; Produtor de Doce de Leite; Produtor de Embutidos e Defumados; Produtor de Frutas e Hortaliças; Processadas com Uso de Acidificação; Produtor de Frutas e Hortaliças Processadas com Uso do Frio; Produtor de Frutas e Hortaliças processadas pelo Uso de Calor; Produtor de Frutas, Hortaliças e Plantas Aromáticas Processadas por Secagem e Desidratação; Produtor de Hortaliças e Plantas Aromáticas Processadas com Uso de Sal; Produtor de Iogurte; Produtor de Leite Pasteurizado; Produtor de Licores; Produtor de Manteiga; Produtor de Produtos Apícolas; Produtor de Queijo; Produtor de Vinhos e Derivados da Uva; Sorveteiro.</p>
Produção Cultural e Design	<p>Compreende tecnologias relacionadas com representações, linguagens, códigos e projetos de</p>	<p>Técnico em Arte Circense; Técnico em Arte Dramática; Técnico em Artes Visuais; Técnico em Artesanato; Técnico em Canto; Técnico em Cenografia;</p>	<p>Aderecista; Agente Cultural; Ajudante de Manutenção em Tecelagem Plana; Alfaiate; Artesão de Artigos Indígenas; Artesão de Biojoias; Artesão de Cerâmica; Artesão de Pintura em Tecido; Artesão em Bordado à Mão; Assistente de Camarim; Assistente de</p>

	<p>produtos, mobilizadas de forma articulada às diferentes propostas comunicativas aplicadas.</p>	<p>Técnico em Composição e Arranjo; Técnico em Comunicação Visual; Técnico em Conservação e Restauro; Técnico em Dança; Técnico em Design de Calçados; Técnico em Design de Embalagens; Técnico em Design de Interiores; Técnico em Design de Joias; Técnico em Design de Móveis; Técnico em Documentação Musical; Técnico em Fabricação de Instrumentos Musicais; Técnico em Instrumento Musical; Técnico em Modelagem do Vestuário; Técnico em Multimídia; Técnico em Museologia; Técnico em Paisagismo; Técnico em Processos Fonográficos; Técnico em Processos Fotográficos; Técnico em Produção de Áudio e Vídeo; Técnico em Produção de Moda; Técnico em Publicidade; Técnico em Rádio e Televisão; Técnico em Regência.</p>	<p>Produção Cultural; Auxiliar de Cenotecnia; Auxiliar de Conservação de Acervos; Auxiliar de Costura; Cartonageiro a Mão; Comprador de Moda; Confeccionador de Acordeão; Confeccionador de Bijuterias; Confeccionador de Instrumentos de Corda; Confeccionador de Instrumentos de Percussão; Confeccionador de Instrumentos de Sopro; Contrarregra; Corretor de Moda; Costureiro; Desenhista de Calçados; Desenhista de Joias e Bijuterias; Desenhista de Moda; Desenhista de Móveis; Disc Jôquei (DJ); Dublador; Editor de Projeto Visual Gráfico; Editor de Vídeo; Eletricista de Audiovisual; Figurinista; Florista; Fotógrafo; Iluminador Cênico; Ilustrador; Joalheiro; Lapidador de Gemas; Locutor-Apresentador-Animador; Maquiador Cênico; Maquinista de Cenário; Marcheteiro; Modelista; Músico de Banda; Operador de Áudio; Operador de Câmera; Operador de Editoração Eletrônica; Pintor de Móveis; Pintor Restaurador; Projetista de Móveis; Regente de Banda; Regente de Coral; Revitalizador de Alvenarias; Revitalizador de Coberturas de Madeira; Revitalizador de Coberturas Metálicas; Revitalizador de Estruturas de Madeira; Revitalizador de Estruturas, Elementos e Construções em Metal; Revitalizador de Revestimentos Argamassados; Roteirista de Animação; Serígrafo; Sonoplasta; Tradutor e Elaborador de Legendas; Vitrinista.</p>
<p>Produção Industrial</p>	<p>Compreende tecnologias relacionadas aos processos de transformação de matéria-prima, substâncias puras ou compostas, integrantes de linhas de produção específicas.</p>	<p>Técnico em Açúcar e Alcool; Técnico em Biocombustíveis; Técnico em Calçados; Técnico em Celulose e Papel; Técnico em Cerâmica; Técnico em Construção Naval; Técnico em Curtimento; Técnico em Fabricação Mecânica; Técnico em Impressão Offset; Técnico em Impressão Rotográfica e Flexográfica; Técnico em Joalheria; Técnico em Móveis; Técnico em Petróleo e Gás; Técnico em Plásticos; Técnico em Pré-Impressão Gráfica; Técnico em Processos Gráficos; Técnico em</p>	<p>Acabador de Calçados; Assistente de Controle de Qualidade; Assistente de Designer Têxtil; Auxiliar de Impressão Digital; Auxiliar de Impressão Flexográfica; Auxiliar de Impressão Offset; Auxiliar de Impressão Rotográfica; Auxiliar de Plataforma; Auxiliar de Produção de Celulose; Beneficiador de Minérios; Boneleiro; Ceramista; Classificador de Couros; Confeccionador de Bolsas em Couro e Material Sintético; Confeccionador de Bolsas em Tecido; Confeccionador de Calçados; Confeccionador de Lingerie e Moda Praia; Confeccionador de Móveis Metálicos; Confeccionador de Sandálias de Couro e Material Sintético; Confeccionador de Vestuário de Couro; Costureiro de Calçados; Costureiro Industrial do Vestuário; Cravejador de Joias; Encadernador Gráfico; Estampador de Tecido; Estofador de</p>

		Têxtil; Técnico em Vestuário.	Móveis; Fabricador de Fogos de Artífício; Fundidor de Joias; Gravador de Cilindros Rotográficos; Gravador de Clichês Flexográficos; Gravador de Joias; Instalador de Esquadrias de Madeira; Matriseiro de Solados; Modelista de Cabedais de Calçados; Moldador de Borracha; Moldador de Plástico por Compressão; Moldador de Plástico por Extrusão; Moldador de Plástico por Injeção; Montador de Calçados; Operador de Acabamento (Indústria Gráfica); Operador de Acabamento Cartotécnico; Operador de Acabamento Editorial; Operador de Forno Cerâmico; Operador de Gilhotina (Corte de Papel); Operador de Injetora e Extrusora de Plástico; Operador de Máquinas de Fiar e Enrolamento; Operador de Máquinas de Linha de Abertura, Cardas e Preparação de Fiação; Operador de Máquinas de Marcenaria; Operador de Máquinas de Tecimento Processo Urdume; Operador de Máquinas de Utilização de Celulose; Operador de Máquinas para Beneficiamento de Algodão; Operador de Máquinas para Transformação de Borracha; Operador de Processo em Fabricação de Papel; Operador de Processos da Indústria Têxtil; Operador de Processos de Acabamento em Mármore e Granitos; Operador de Processos de Estamparia para Joias; Operador de Processos de Fabricação de Refratário; Operador de Produção de Vidraria e Decoração; Operador de Rama; Operador de Urdideiras - Tecidos Planos; Operador em Petróleo e Gás; Ourives; Pespontador de Calçados; Pirotécnico; Preparador de Pintura de Móveis e Esquadrias de Madeira; Reformador de Móveis; Remetedor e Engrupador; Revisor de Tecidos; Tecelão; Tecelão de Malhas; Tecelão de Malhas em Máquinas Circulares; Tecelão de Malhas em Máquinas Retilíneas; Tecelão de Tecidos Planos; Trabalhador Polivalente do Curtimento de Couros e Peles; Urdidor de Malharia; Vidreiro.
Recursos Naturais	Compreende tecnologias relacionadas à produção animal, vegetal, mineral, aquícola e pesqueira.	Técnico em Agricultura; Técnico em Agroecologia; Técnico em Agronegócio; Técnico em Agropecuária; Técnico em Aquicultura; Técnico em Cafeicultura; Técnico em Equipamentos	Açaicultor; Administrador de Empreendimentos Florestais de Base Comunitária; Agricultor Agroflorestal; Agricultor Familiar; Agricultor Orgânico; Algicultor; Amostrador de Minérios; Apicultor; Aquicultor; Auxiliar Técnico em Agroecologia; Auxiliar Técnico em Agropecuária; Avicultor; Beneficiador de Produtos

		<p>Pesqueiros; Técnico em Florestas; Técnico em Fruticultura; Técnico em Geologia; Técnico em Mineração; Técnico em Pesca; Técnico em Recursos Minerais; Técnico em Recursos Pesqueiros; Técnico em Zootecnia.</p>	<p>Extrativistas; Bovinocultor de Corte; Bovinocultor de Leite; Bubalinocultor de Corte; Bubalinocultor de Leite; Cacaucultor; Cafeicultor; Caprinocultor; Carvoejador; Criador de Peixes em Tanque Rede; Criador de Peixes em Viveiros Escavados; Cubador de Madeira; Cuidador de Animais Silvestres; Dendeicultor; Domador de Cavalos; Equideocultor; Forragicultor; Fruticultor; Horticultor Orgânico; Identificador Florestal; Inseminador Artificial de Animais; Manejador de Florestas Nativas para Uso Múltiplo; Marisqueiro; Meliponicultor; Operador de Beneficiamento de Pescado; Operador de Explosivos em Jazidas; Operador de Máquinas e Implementos Agrícolas; Operador de Mina; Operador de Motosserra; Operador de Sistemas de Irrigação; Ovinocultor; Pescador Artesanal de Água Doce; Pescador Artesanal de Ambiente Marinho; Pescador Profissional; Piscicultor; Preparador de Pescado; Produtor Agrícola Familiar nas Culturas de Milho e Sorgo; Produtor Agrícola Polivalente; Produtor Agropecuário; Produtor de Mandioca; Produtor de Olerícolas; Produtor de Plantas Aromáticas e Medicinais; Produtor Familiar de Cana-de-açúcar; Redeiro; Suinocultor; Tratorista Agrícola; Viveiricultor; Viveirista de Plantas e Flores.</p>
Segurança	<p>Compreende tecnologias, infraestruturas e processos direcionados à prevenção, à preservação e à proteção dos seres vivos, dos recursos ambientais, naturais e do patrimônio que contribuam para a construção de uma cultura de paz, de cidadania e de direitos humanos nos termos da legislação vigente.</p>	<p>Técnico em Defesa Civil; Técnico em Segurança do Trabalho.</p>	<p>Agente de Observação de Segurança; Bombeiro Civil; Vigia de Embarcação; Vigilante.</p>
Turismo, Hospitalidade e Lazer	<p>Compreende tecnologias relacionadas aos</p>	<p>Técnico em Agenciamento de Viagem; Técnico em</p>	<p>Agente de Informações Turísticas; Atendente de Lanchonete; Auxiliar de Cozinha; Auxiliar de Garçom (Cumim);</p>

	processos de recepção, viagens, eventos, serviços de alimentação, bebidas, entretenimento e interação.	Cozinha; Técnico em Eventos; Técnico em Guia de Turismo; Técnico em Hospedagem; Técnico em Lazer; Técnico em Serviço de Restaurante e Bar.	Barista; Bartender; Camareira em Meios de Hospedagem; Cerimonialista e Mestre de Cerimônias; Churrasqueiro; Conductor Ambiental Local; Conductor Cultural Local; Conductor de Turismo De Aventura; Conductor de Turismo de Pesca; Copeiro; Cozinheiro; Garçom; Mensageiro em Meio de Hospedagem; Organizador de Eventos; Pizzaiolo; Recepcionista de Eventos; Recepcionista em Meios de Hospedagem; Salgadeiro; Sommelier; Sushiman.
--	--	--	--

Fonte: Elaborado a partir do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e do Guia Pronatec de Cursos FIC.

APÊNDICE B: Ranking dos cursos do Pronatec ofertados no Território da Cidadania do Agreste (2012-2014)

Cursos	Eixo Tecnológico	Turmas ofertadas
Aux. Administrativo	Gestão e Negócios	42
Operador de Computador	Informação e Comunicação	38
Aux. De recursos humanos	Gestão e Negócios	34
Operador de caixa	Gestão e Negócios	23
Promotor de vendas	Gestão e Negócios	19
Vendedor	Gestão e Negócios	19
Operador de supermercados	Gestão e Negócios	18
Eletricista Industrial	Controle e Processos Industriais	15
Eletricista de Automóveis	Controle e Processos Industriais	13
Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão	Infraestrutura	13
Balconista de farmácia	Ambiente e Saúde	12
Pedreiro de Alvenaria	Infraestrutura	11
Recepcionista de eventos	Turismo, Hospitalidade e Lazer	11
Manicure e Pedicure	Ambiente e Saúde	10
Frentista	Infraestrutura	10
Padeiro	Produção Alimentícia	10
Bovinocultor	Recursos Naturais	10
Mecânico de Motores Ciclo Otto	Controle e Processos Industriais	9
Aplicador de Revestimento Cerâmico	Infraestrutura	9
Mecânico de Motocicletas	Controle e Processos Industriais	8
Horticultor	Recursos Naturais	8
Recepcionista	Gestão e Negócios	7
Maquiador	Ambiente e Saúde	6
Aux. De pessoal	Gestão e Negócios	6
Montador e Reparador de Computador	Informação e Comunicação	6
Almoxarife	Gestão e Negócios	5
Aux. De Operações em logística	Gestão e Negócios	5
Operador de telemarketing	Gestão e Negócios	5
Fruticultor	Recursos Naturais	5
Cabeleireiro	Ambiente e Saúde	4
Cabeleireiro Assistente	Ambiente e Saúde	3
Assistente de Planejamento e Controle de Produção	Gestão e Negócios	3
Comprador	Gestão e Negócios	3
Encanador Instalador Predial	Infraestrutura	3
Confeiteiro	Produção Alimentícia	3
Salgadeiro	Turismo, Hospitalidade e Lazer	3
Recepcionista em Serviços de Saúde	Ambiente e Saúde	2
Alfabetização avançada em língua portuguesa, matemática, tecnologia e empreendedorismo	Desenvolvimento Educacional e Social	2
Programador de Sistemas	Informação e Comunicação	2

Desenhista da Construção Civil	Infraestrutura	2
Masseiro	Produção Alimentícia	2
Agente de Informações Turísticas	Turismo, Hospitalidade e Lazer	2
Camareira em Meios de Hospedagem	Turismo, Hospitalidade e Lazer	2
Garçom	Turismo, Hospitalidade e Lazer	2
Recepcionista em Meios de Hospedagem	Turismo, Hospitalidade e Lazer	2
Depilador	Ambiente e Saúde	1
Instalador de Acessórios Automotivos	Controle e Processos Industriais	1
Mecânico de Motores a Diesel	Controle e Processos Industriais	1
Técnico em Refrigeração e Climatização Doméstica	Controle e Processos Industriais	1
Espanhol Básico	Desenvolvimento Educacional e Social	1
Libras (Básico)	Desenvolvimento Educacional e Social	1
Técnico em Administração	Gestão e Negócios	1
Programador WEB	Informação e Comunicação	1
Técnico em Manutenção e Suporte de Informática	Informação e Comunicação	1
Cadista para a Construção Civil	Infraestrutura	1
Instalador de Sistemas Eletrônicos	Infraestrutura	1
Pintor de Obras	Infraestrutura	1
Assistente de projeto visual gráfico	Produção Cultural e Design	1
Editor de Projeto Gráfico	Produção Cultural e Design	1
Editor de Vídeo	Produção Cultural e Design	1
Agricultor familiar	Recursos Naturais	1
Bombeiro Civil	Segurança	1

Fonte: Elaborado a partir dos relatórios disponibilizados pelas instituições ofertantes